

Coleção
Documentos

121

TEMAS DE HISTÓRIA DA IMPREENSA NO BRASIL E EM PORTUGAL

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

TEMAS DE HISTÓRIA DA
IMPREENSA NO BRASIL E EM
PORTUGAL





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

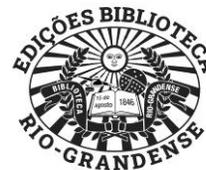
TEMAS DE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL E EM PORTUGAL



- 121 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2026

Ficha Técnica

Título: Temas de História da Imprensa no Brasil e em Portugal

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 121

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 17 mar. 1895.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-065-4

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

ÍNDICE

A liberdade de imprensa à época de D. Pedro I / 9

Constâncias de Mercúrio: a caricatura e as representações do comércio / 37

Política e representações discursivas: o conflito entre republicanismo e monarquismo na imprensa portuguesa acerca da república brasileira / 67

Representações das atividades jornalísticas em periódicos ilustrado-humorísticos cariocas e lisbonenses / 95

A LIBERDADE DE IMPRENSA À ÉPOCA
DE D. PEDRO I

Nos quadros do processo colonial luso-hispânico, as atividades tipográficas desenvolveram-se de maneira mais tardia no Brasil, tendo em vista a proibição sobre as mesmas sofrida a partir das determinações metropolitanas. Apesar de algumas tentativas anteriores, esporádicas e pouco frutíferas, a gênese da imprensa brasileira só viria a dar-se com a transferência da Família Real Portuguesa para as terras de sua colônia sul-americana quando, primeiro como uma iniciativa oficial e, posteriormente, como atividade de natureza particular, surgiram os primeiros jornais brasileiros. Ao lado dessas folhas percursoras, apareciam também os primeiros mecanismos reguladores que impunham limites à liberdade de pensamento expresso por meio da imprensa¹.

As leis que regulamentaram as práticas jornalísticas, colocadas em vigor durante o Período Joanino, serviram de base para a implantação da legislação de imprensa do Brasil Independente, ao estabelecer alguns dos pressupostos que viriam a ser repetidos pelos legisladores do novo país. Ainda em 1811, foi estabelecida a censura prévia sobre qualquer impresso, exercida pelo Reverendo Arcebispo da Diocese e por Censores nomeados pelo Governo da Capitania. Essa

¹ A respeito da legislação brasileira de imprensa, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa e legislação no Brasil do século XIX. Histórica – Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. v. 1. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997. p. 52-57.; ALVES, Francisco das Neves. *Legislação de imprensa no Brasil (1823/1923): um contraponto entre a Monarquia e a República. Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. n. 15. Curitiba: SBPH, p. 37-55.; COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da legislação brasileira de imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1978.; IPANEMA, Marcello de. *Legislação de imprensa*. Rio de Janeiro: Aurora, 1949.; IPANEMA, Marcello de. *Estudos de história da legislação de imprensa*. Rio de Janeiro: Aurora, 1949.

censura prévia só foi abolida em 1821, porém o controle não deixou de existir, não mais sobre os manuscritos, mas sobre as primeiras provas de impressão. Já em julho de 1821, a lei das Cortes Portuguesas sobre a liberdade de imprensa estabelecia os limites e determinava as punições aos respectivos “abusos” cometidos através do jornalismo, levando a efeito muitos dos preceitos que viriam a nortear a legislação brasileira de imprensa.

Às portas da emancipação, tendo em vista a crise política característica daquele momento, o Príncipe Regente D. Pedro promulgou o Decreto de 18 de Junho de 1822 sobre os “crimes de abusos da liberdade de imprensa”, determinando que essa deveria ser limitada em nome da “suprema lei da salvação pública”, proibindo que fossem publicados “os inimigos da ordem, da tranquilidade e da união”, bem como “doutrinas incendiárias e subversivas, princípios desorganizadores e dissociáveis”, os quais promovessem “a anarquia e a licença” e atacassem e destruíssem “o sistema que os Povos deste grande e riquíssimo Reino, por sua própria vontade, escolheram, abraçaram e requereram”. Garantindo que não pretendia “ofender a liberdade bem entendida de imprensa” e manifestando o desejo de sustentá-la e conservá-la, como um dos meios “que tantos bens tem feito à causa sagrada da liberdade brasileira”, o Governo determinava que os “crimes” de imprensa passariam a ser julgados por Juizes de Fato, escolhidos dentre “os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas”. A nova legislação estabelecia também que as tipografias eram obrigadas a mandar um exemplar de todos os impressos a um Procurador da Coroa, que todo o material escrito deveria ser assinado e os textos que a isso não

respeitassem teriam os editores ou impressores responsabilizados criminalmente, já os autores que atentassem contra a “tranquilidade pública” seriam julgados e punidos².

Com a independência, dotar o Brasil de um arcabouço constitucional, tendo em vista a sua reordenação institucional como país emancipado, passou a ser uma das metas governamentais. Para atingir tal intento, formou-se uma Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, na qual o tema acerca da liberdade de imprensa foi amplamente debatido. Um dos pontos básicos da discussão girou em torno da necessidade ou não de erigir-se uma nova lei de imprensa, surgindo dúvidas sobre uma possível continuidade na execução das antigas leis anteriores à independência³. Alguns constituintes argumentavam que, apesar da liberdade de imprensa estar regulada pelo Decreto de 18 de Junho de 1822, “motivos imperiosos” teriam feito “emudecer a Lei” e “geralmente se crê que tal liberdade não existe de fato”, de modo que, com a instalação da Assembleia, deveriam “desaparecer as desconfianças” e “a liberdade de imprensa deveria ressurgir escudada por uma lei protetora”; para o que seria necessário reformar aquele Decreto, pois “as circunstâncias em que se achava a Nação Brasileira tinham muito felizmente mudado”⁴. Nessa linha, afirmava-se que era necessária “uma lei regulamentar que marcasse a carreira da liberdade

²Decreto de 18 de Junho de 1822. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 23-4.

³Sessão de 6 de Maio de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1973. v.1. p. 34.

⁴Sessão de 10 de Maio de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.1. p. 51.

de imprensa, de uma maneira digna da livre e briosa Nação Brasileira”. Os discursos contrários a essa posição questionavam se havia “alguma lei que revogue a da liberdade da imprensa que se aprovou para nos regermos por ela”, de maneira que se havia lei, se pusesse em execução, e que se a mesma tinha defeitos, estes deveriam ser remediados, mas “que não se despreze a que existe para fazer outra nova”⁵.

Sobre a necessidade da formação de uma comissão que elaborasse um projeto a respeito de uma lei de imprensa, declarava-se na Constituinte que “entre nós não há lei que regule geralmente a liberdade de imprensa”, havendo “simplesmente um Decreto de Sua Majestade Imperial que manda provisoriamente que em certos casos que aponta” fossem os “delitos julgados por jurados, executando-se naquela parte somente a Lei da Liberdade da Imprensa promulgada pelas Cortes de Lisboa”, de forma que “o que nos regula nesta maneira é uma parte de uma lei estrangeira, aprovada unicamente para casos específicos”. Afirmava-se, assim, que deveria haver “pois uma lei regulamentar que dê à liberdade da imprensa toda a facilidade de fazer o bem, evitando ao mesmo tempo os males que podem resultar do seu abuso”. Ainda a respeito do caráter imprescindível dessa nova lei, tendo em vista a “necessidade da liberdade da imprensa, esse *paladium* da liberdade civil; esse forte baluarte, já contra o despotismo aviltador, já contra a desorganização anárquica; esse alimento vital dos governos livres, e sem o qual eles perecem”, lamentava-se “que entre nós esteja de fato quase suprimida a faculdade de falar, escrever e

⁵Sessão de 24 de Maio de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* v.1. p. 113.

imprimir, dom precioso concedido ao homem e tão antigo como a faculdade de pensar”⁶.

Em oposição à ideia de uma nova legislação, declarava-se que o país já possuía leis de imprensa, inclusive referendadas pelo Imperador, enquanto Regente, e que, portanto não poderiam ser consideradas como “estrangeiras”. Argumentava-se que “se essas leis não são adequadas, se não classificam bem os abusos, ou dando esse nome ao que o não é, ou impondo penas que lhe não correspondem, ou pela sua brandura, ou nímio rigor, reformem-se”, porém, “nunca se diga que não temos lei, porque assim damos ideia que temos abraçado o sistema constitucional, mas sistema vazio e sem alma”. Nessa linha, afirmava-se que poderia “não haver liberdade de imprensa de fato, mas que tem isso com a liberdade de direito?”; e, diante da questão “uma nova lei guiará a opinião pública?”, respondia-se que “não certamente”, pois “não é por temor de violar uma lei que estava sujeita a liberdade; podem muitas causas influir, e essas causas nem provém da lei, nem ela pode removê-las”. Quanto à propalada falta de liberdade de expressão, respondia-se que cometia “uma falsidade quem assevera que não há liberdade de imprensa”, uma vez que “a lei está em seu vigor e o Governo nunca pretendeu destruí-la” e “o contrário disto é uma calúnia que os fatos desmentem” e que não poderia deixar de ser rebatida⁷.

Ainda nas discussões acerca da lei de imprensa na Constituinte, debatia-se que apesar da existência de direito, “a liberdade de imprensa estava entre nós

⁶Sessão de 24 de Maio de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.1. p. 113.

⁷Sessão de 24 de Maio de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.1. p. 113-4.

suprimida de fato” e “sufocada”, de modo que se tornava “necessário remediar este mal, fazendo que o cidadão goze do direito sagrado de comunicar as suas ideias por meio dos seus escritos”. De acordo com esse pensamento, declarava-se que sem uma imprensa livre “perdida está a liberdade da Pátria”, sendo fundamental, portanto, “que todos os cidadãos fiquem garantidos neste direito” e que “todos os partidos escrevam sem susto”, pois “é do choque das opiniões que sairá a verdade”. Defendia-se, assim, “que todos podem escrever sem susto e exprimir suas ideias da maneira que lhes parecer bem, ficando só responsáveis pelo abuso segundo a lei e façamos com que o Governo ponha em vigor e efetivo efeito esta nossa declaração”⁸.

Segundo alguns constituintes, a legislação então em vigor facilitava a prática de “excessos” através do jornalismo, sob a argumentação que, “quando se declaram os direitos do cidadão e a sua liberdade, é preciso também declarar os seus deveres e as penas que deve sofrer pelos abusos dessa liberdade”, fazendo valer o axioma “*provax libertas civitatem miscuit*”, o qual não estaria servindo para o caso da liberdade de imprensa no Brasil, a qual “tem já degenerado em licença”. Nesse sentido, chegava-se a afirmar que “nós não temos liberdade de imprensa, temos liberdade de abusar da imprensa”, provocando vergonha o fato de que poderiam “aparecer na Europa papéis que entre nós chamam políticos, e que só induziram a crer que somos um bando de lacaios”⁹. Mesmo aqueles que se colocavam como defensores “da liberdade de pensar, falar e escrever, como a

⁸Sessão de 24 de Maio de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.1. p. 114-5.

⁹Sessão de 3 de Setembro de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.2. p. 711.

mais segura garantia do sistema representativo”, propugnavam que era “preciso que a liberdade se contenha nos limites da utilidade geral e fins da associação política e que se faça bem efetiva a responsabilidade daqueles que só querem dissolver e destruir”¹⁰.

Formou-se, assim, na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa uma comissão a fim de elaborar um projeto de lei acerca dos limites da liberdade de imprensa. A versão original do Projeto de Lei sobre a Liberdade de Imprensa foi apresentada em outubro de 1823 e determinava que “nenhum escrito, de qualquer qualidade, volume ou denominação” seria “sujeito à censura, nem antes, nem depois de impresso”, sendo lícito “a qualquer pessoa imprimir, publicar, vender e comprar os livros e escritos de toda a qualidade sem responsabilidade alguma”, afora os casos previstos na lei. Segundo esse projeto eram crimes de imprensa publicar sem identificação do lugar, ano de impressão e nome do impressor, ou ainda falsificar essas informações; atentar contra a Religião Católica Romana; blasfemar ou zombar de Deus, dos seus santos ou do culto religioso da Igreja Católica; excitar os “povos” direta ou indiretamente à rebelião; atacar a forma de governo vigente; infamar ou injuriar a Assembleia Nacional ou o Chefe do Poder Executivo; provocar os “povos” à desobediência às leis ou às autoridades constituídas; atentar contra a moral cristã ou os bons costumes; e cometer calúnia ou injúria contra empregados públicos ou “pessoas particulares”. Prevendo penas de prisão, degredo e multa, esse projeto adotou o sistema de responsabilidade sucessiva na apuração dos possíveis implicados

¹⁰Sessão de 27 de Setembro de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* v.3. p. 130.

nos casos de delito de imprensa, os quais deveriam ser julgados pelos Conselhos de Juízes de Fato, que seriam escolhidos dentre os “homens bons”, de acordo com a mesma modalidade utilizada para a eleição de Deputados¹¹.

Prevalecia, desse modo, a doutrina da liberdade com responsabilidade para as práticas jornalísticas. O projeto foi justificado pelo fato de que, “assim como é de utilidade geral e conforme o direito de todo o cidadão o de ter a liberdade de exprimir por palavra ou por escrito os seus pensamentos”, consistindo-se isso na “liberdade civil e política nos governos constitucionais”, convinha também “ao mesmo interesse geral reprimir todo o abuso que se cometer”. Argumentava-se que “seria mal entendida a liberdade de imprensa se fosse lícito a qualquer abusar dela para ofender qualquer cidadão e muito mais, por qualquer maneira, tender ao fim da sociedade, menoscabando ou pretendendo destruir a força moral e física do Governo”; de maneira que “por tão justos motivos se mandou nesta Augusta Assembleia formar o projeto que discutimos”, para que se “classificasse os diversos delitos e estabelecesse penas proporcionadas à sua maior ou menor gravidade”, constituindo-se, enfim, numa lei “sobremaneira justa e necessária”¹². As discussões a respeito do projeto direcionaram-se a questões como a extensão das punições também aos compradores de escritos delituosos e aos crimes de natureza religiosa, sugerindo-se que estes ficassem sob a jurisdição dos Bispos.

¹¹Sessão de 6 de Outubro de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.3. p. 176-9.

¹²Sessão de 8 de Novembro de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.3. p. 384.

Uma das grandes preocupações dos constituintes referiu-se aos delitos contra a “ordem social”, considerados como um “crime maior” e, por consequência, cabíveis de penalidades mais rigorosas. Dessa forma, quanto aos escritos que servissem para excitar “os povos à rebelião”, afirmava-se que, “entre os crimes que se cometem nas sociedades, não há algum de maior gravidade do que aquele que se dirige a destruir os pactos sociais, levando os povos à anarquia, que é o maior de todos os males políticos”. Declarava-se ainda que “este delito é por sua natureza tão grande e tão atroz que tende e se encaminha a derrubar o Governo”, o que tornaria evidente “que a pena, tendo por medida a gravidade de sua imputação, com o dano causado à sociedade, deve ser a maior”. Refletia-se nesse pensamento a tendência de defender o Estado Nacional em formação, uma vez que “todos os penosos trabalhos da sociedade” deveriam ter “o primário fim de firmar e consolidar o Governo, estabelecendo-se assim a ordem, a paz e a segurança social”, de modo que “os fatos que vão diretamente em contrário são crimes gravíssimos, porque sobre a sua horrível imputação, afrouxam, desatam, rompem e estragam de todo os laços e vínculos sociais”¹³.

De acordo com essa ideia de defender acima de tudo o jovem Estado Brasileiro, chegou a propor-se a pena de expatriação e até de morte para os crimes de imprensa que tendessem a subverter a “ordem social”. A pena de morte foi apontada como a mais justa “para aqueles que diretamente excitarem com os seus escritos o povo à rebelião”, o que estaria em conformidade com “a marcha regular e filosófico-jurídica dos escritores que, modernamente, tem

¹³Sessão de 10 de Novembro de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.3. p. 391-2.

ilustrado o Direito Criminal”. Das sugestões dessas penalidades mais extremadas originaram-se opiniões contrárias, de acordo com o argumento que “tais crimes são crimes dos tempos, filhos do fogo das nossas ideias e das nossas paixões”, ficando aquelas penas “desproporcionadas ao crime principalmente em um governo constitucional”, de modo que aprovar aquelas penas poderia vir a ter como resultado um caminho “com pés de lã para o despotismo”¹⁴.

As discussões acerca da lei de imprensa viriam a ser interrompidas por ocasião da dissolução da Assembleia Constituinte. A necessidade de mecanismos reguladores das práticas jornalísticas, no entanto, continuava constituindo-se numa das preocupações governamentais, tanto que, através do Decreto de 22 de Novembro de 1823, o Imperador mandava executar provisoriamente o Projeto de Lei da Assembleia Constituinte sobre Liberdade de Imprensa, levando em conta a sua redação original na íntegra. Segundo o Governo, aquela medida tornara-se necessária tendo em vista o fato de que, “assim como a liberdade de imprensa é um dos mais firmes sustentáculos dos governos constitucionais, também o abuso dela os leva ao abismo da guerra civil e da anarquia”. A ideia de salvação nacional era apontada como o norte dessa legislação, afirmando-se que era “de absoluta necessidade empregar já um pronto e eficaz remédio que tire aos inimigos da independência deste Império toda a esperança de verem renovadas as cenas que quase o levaram à borda do precipício”, de modo a marcar “justas barreiras a essa liberdade de imprensa,

¹⁴Sessão de 10 de Novembro de 1823 da Assembleia Constituinte. In: *Diário...* . v.3. p. 392.

que, longe de ofenderem o direito, que tem todo cidadão, de comunicar livremente suas opiniões e ideias, sirvam somente de dirigi-lo para o bem e interesse geral do Estado, único fim das sociedades políticas”¹⁵.

O caráter “provisório” do Decreto de 22 de Novembro de 1823, bem como a própria determinação da Constituição Imperial - “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar” - levaram à necessidade que se viesse a estabelecer uma definitiva legislação de imprensa, tornando-se esse um dos trabalhos do Parlamento Brasileiro que se estendeu por mais de meia década. O Projeto de Lei contra os Crimes por Abuso da Liberdade de Imprensa começou a tramitar em junho de 1826 na Câmara dos Deputados. A necessidade de uma imprensa livre mais uma vez fazia parte dos discursos parlamentares, levando em conta que um governo representativo era “o único capaz de fazer a felicidade e a prosperidade das nações (...), mas, para que ele dure, se fortifique e cresça, cumpre que haja liberdade de imprensa”, constituindo-se, assim “os grandes pilares sobre que se estriba todo o sistema, e um tirado, baqueia forçosamente o edifício inteiro”, uma vez que “onde a opinião pública não pode enunciar-se livremente, onde a

¹⁵Decreto de 22 de Novembro de 1823. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1823*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887. p. 89-94.

segurança individual teme ferros arbitrários, masmorras incomunicáveis, processos secretos, não pode haver sistema representativo”¹⁶.

Ainda sobre a necessidade da liberdade de imprensa afirmava-se que “o direito de comunicar os pensamentos é inato no homem”, o que “a nossa constituição reconhece e é quanto basta”. A “utilidade da liberdade de imprensa” era apontada “como uma nova faculdade, que se agrega às mais belas que possui o homem e que de certo mudará a sorte do mundo, como já tem mudado a de uma grande parte”, como no caso das “terras clássicas da liberdade na Europa e América, e seja a felicidade e prosperidade de que gozam essas nações a resposta mais formal ao díscolo servil que, atacando a liberdade de imprensa, (...) teme que este archote da razão ilumine o horror da sua conduta política”. Mesmo assim, a defesa não se dava no sentido de uma liberdade sem restrições para o jornalismo, já que se deveria coibir os seus excessos, através de nova lei, “cuja sanção é urgentíssima, por isso que é provisória, além de imperfeita, a que temos”¹⁷.

A respeito dos abusos de imprensa declarava-se que “nós não temos tido, nem temos liberdade de imprensa; o que tivemos e temos é um veículo das calúnias mais atrozes”. Acusava-se o jornalismo brasileiro de “em vez de ocupar-se pelo lado das suas relações com o simples cidadão, em fertilizar o seu trabalho e a sua indústria, em multiplicar a sua riqueza e as suas relações de

¹⁶Sessão de 10 de Junho de 1826 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento e a evolução nacional*. Brasília: Senado Federal, 1972. v.2 t.1. p. 141.

¹⁷Sessão de 10 de Junho de 1826 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* v.2. t.1. p. 141-2.

sociedade”, bem como “de melhorar as suas faculdades intelectuais e físicas, de ajudá-lo em seus projetos, de aliar-se em todas as suas ações, em todos os seus pensamentos e de servir, enfim, até ao cidadão mais isolado, revelando-lhe na solidão meios de gozo e de felicidade”, estaria, ao contrário, transformando-se em “instrumento da ociosidade e da depravação, prestando-se à calúnia, à ignorância, ao servilismo e à venalidade”. Também acerca dos “exageros” praticados através do jornalismo, afirmava-se que, “em vez de manter-se pelo lado das suas relações políticas, fecunda fonte de prosperidade nacional, tornando-se a sentinela da liberdade pública”, ou ainda, “preparando a estrada para a reforma dos abusos e removendo os obstáculos que o interesse pessoal e a má-fé procuram sempre elevar, servindo de precursora da opinião na formação das leis, ou dispendo os espíritos para abraçar sem resistência o bem que se lhes pretende fazer”, a imprensa teria se tornado “o flagelo dos povos e o pomo da discórdia que tem macerado o Brasil”¹⁸.

Diante dessa propalada situação de excessiva liberdade de imprensa, questionava-se se deveria por mais tempo “continuar tão vergonhoso escândalo”, dando o país “à Europa e ao mundo erradas ideias da nossa civilização?”. A essa interrogação respondia-se que não, devendo-se, isto sim, passar “a esponja do esquecimento sobre o passado” e “marcar já as verdadeiras raias da liberdade da imprensa, formando uma lei que feche todos os antros da calúnia, da intriga, da vingança e da imoralidade e, de par em par, franqueie as portas da verdade, da justiça, da razão, da ciência, do interesse e amor

¹⁸Sessão de 10 de Junho de 1826 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* v.2 t.1. p. 142.

nacional”¹⁹. O Projeto de Lei contra os crimes de imprensa foi encaminhado à comissão específica para apreciação e, voltando a debate, foi justificado pela asseveração de que “a liberdade bem entendida deve unicamente abraçar aquilo que não ofende os direitos dos outros; e a lei por isso mesmo protetora, formada por essa mesma liberdade que é anterior a tudo, e por quem tudo existe na ordem social”. Tendo em vista esse princípio, a nova lei passava a ter por orientação o pressuposto de “que a liberdade de pensar e de imprimir o que se pensa deve ter limites, assim como têm todas as liberdades legais”. A projetada legislação buscava, desse modo, “marcar as balizas” para evitar que por escritos ou palavras pudesse se “ofender os direitos dos outros, ou considerados coletiva, ou individualmente”. Na primeiras discussões sobre o projeto debateu-se se a lei deveria servir para regular apenas a “liberdade de publicar os pensamentos”, ou, de modo mais amplo, limitar a própria “liberdade de pensar”; assim como discutiu-se os possíveis delitos contra a “ordem social”²⁰.

Em agosto de 1826, o projeto voltava para comissão específica. No retorno a plenário, o debate refletia as incertezas que então cercavam os parâmetros para o estabelecimento de uma lei de imprensa. Chegava-se a questionar se uma nova legislação seria realmente imprescindível, afirmando-se que “nenhuma necessidade temos de que passe esta lei com tantos artigos e que é até desnecessária por já haver uma outra”. Argumentava-se que “se a lei que existe tem alguns defeitos, emende-se; apareça uma resolução, explicando-a; e não nos

¹⁹Sessão de 10 de Junho de 1826 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* v.2 t.1. p. 142-3.

²⁰Sessão de 6 de Julho de 1826 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* v.2 t.1. p. 144-52.

envolvamos em uma discussão, que nos gastará imenso tempo”. Outro argumento nesse sentido, lembrava que, em se tratando de liberdade de imprensa, “aqueles que mais falam nesta liberdade são os que menos a querem”, diante do que se deveria empregar “na discussão de outras matérias o tempo que gastam com este objeto; a melhor lei que a este respeito se pode organizar é nenhuma”²¹.

Essas incertezas quanto aos limites da liberdade de imprensa refletiam-se também nas medidas governamentais que, às vezes pendiam para a defesa da livre imprensa e, em outras, para atitudes mais coercitivas. Nessa linha, o Governo chegou a reprovar o procedimento do Presidente do Maranhão que, “numa determinação criminoso de atropelar direitos garantidos pela Constituição”, fizera o redator de um periódico maranhense “embarcar violentamente para Lisboa”, sem chance de defesa; as autoridades governamentais manifestavam, assim, a sua estranheza por um ato “que só poderia ser aprovado em Governo onde regesse a vontade e não a lei”²². No outro sentido, à mesma época, o Imperador reforçava as determinações que visavam coibir os abusos da liberdade de imprensa dirigidos a infamar ou injuriar as autoridades públicas”²³. A própria Câmara dos Deputados chegou a expressar-se quanto a possíveis exageros cometidos contra a liberdade de imprensa, como ao

²¹Sessão de 1º de Junho de 1827 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* . v.2 t.1. p. 155-6.

²²Decisão do Governo N. 196 - 3 de Setembro de 1825. In: *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885. p. 130.

²³Decreto de 13 de Setembro de 1827. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878. p. 40.

acusar certos juizes que estariam ultrapassando sua autoridade nos casos de delitos de imprensa. Dessa forma, acusava-se “alguns magistrados” de estarem aniquilando “a instituição do júri, este baluarte constitucional que a sabedoria e a prudência dos legisladores muito de propósito se empenharam em desviar e por a coberto do absolutismo togado”. Denunciava-se, assim, que “o Poder Judiciário vai muito clara e abertamente invadindo o Poder Legislativo”, além do que, “dar garrote à liberdade do júri” poderia significar “acabar com o sistema constitucional”, já que “tudo tende a abafar a liberdade de escrever”, pois “todos os redatores são presos”, numa verdadeira “guerra por todo o Brasil”²⁴.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi amplamente discutido, artigo por artigo, com debates mais acirrados nas questões envolvendo os crimes de imprensa contra o Estado e contra a religião, bem como quanto à equiparação das penas para os trabalhos expressos por escritos ou por gravuras, até que uma proposta definitiva foi encaminhada ao Senado, onde os limites à liberdade de imprensa também foram alvo de longas discussões. A demora nos trabalhos parlamentares quanto à elaboração final de uma lei que coibisse os “abusos” cometidos pela imprensa levou o próprio Imperador a manifestar-se contra aquele estado de coisas. Na Fala do Trono, D. Pedro I afirmava que “o abuso da liberdade de imprensa, que infelizmente se tem propagado com notório escândalo por todo o Império, reclama a mais séria atenção da assembleia; é urgente reprimir um mal, que não pode deixar em breve de trazer após de si

²⁴Sessão de 15 de Junho de 1829 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* v.2 t.1. p. 213-6.

resultados fatais”²⁵. Em resposta a fala imperial, no Voto de Graças, foi declarado que “a imprensa já mereceu e continuará a merecer os mais sérios cuidados”, e “não só pela sua transcendente importância na moral e na política, como porque cumpre oferecer ao cidadão honrado, na sábia imparcialidade da lei, segura égide para repelir as setas da calúnia”²⁶.

No Senado, a existência de uma lei de imprensa foi considerada como “boa” e “necessária, porque se identifica com o Governo Monárquico Constitucional Representativo, que felizmente nos rege, e, em tais circunstâncias só nos resta tratar dela, porque ninguém a pode recusar”. uma vez que “se todos têm a liberdade de exprimir os seus pensamentos, torna-se necessária a lei que deve coarctar os abusos de tal liberdade”²⁷. Mais uma vez os possíveis delitos de imprensa contra a “ordem social”, a forma e o sistema de governo foram as questões que mais geraram polêmica. Alguns discursos orientaram-se por uma posição de extrema liberdade para com os escritos jornalísticos, questionando se deveria ser posto “um freio ao cidadão capaz de descobrir um meio de dar melhor modificação ao nosso sistema, sem todavia destruí-lo?”, ou ainda se seria “justo proibir-se que fale do Governo Monárquico Constitucional Representativo conhecendo qualquer defeito, quando das suas reflexões podem resultar melhoramentos?”²⁸.

²⁵Fala do Trono na Abertura da Assembleia Geral em 3 de Maio de 1829. In: *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 119.

²⁶Projeto de Voto de Graças apresentado em Sessão de 7 de Maio de 1829. In: *Falas...* p. 121.

²⁷Sessão de 6 de Maio de 1829 do Senado do Império. In: *O Parlamento...* v.2 t.1. p. 164.

²⁸Sessão de 8 de Maio de 1829 do Senado do Império. In: *O Parlamento...* v.2.t.1. p. 176.

Diante dessas teses de ampla liberdade, argumentava-se que a situação política de então não era compatível com as mesmas e, portanto, tornava-se necessária uma lei de imprensa mais rígida. Apesar do reconhecimento de que aquela era uma “matéria difícilíssima”, opinava-se “que as circunstâncias exigem uma lei” mesmo que ela saísse “imperfeita”, já que “lá virá tempo em que façamos melhor”, pois apenas principiava-se uma “carreira legislativa no país”. Afirmava-se que “a imprensa necessita de providências muito prudentes e muito sábias”, devendo “alguma deliberação” ser tomada a respeito, “porque esta lei já teve o voto da outra Câmara e é recomendada na Fala do Trono”. Ainda sob o argumento de que “como ainda são melindrosas as nossas circunstâncias”, defendia-se que “muito convém reprimir os que atacam o nosso sistema atual”, pois “queremos que ele continue a existir, como a única forma de governo que pode fazer a prosperidade do Brasil”²⁹.

Já os defensores de uma liberdade de imprensa não tão restrita afirmavam que aquele projeto em votação tratava-se de “uma lei inteiramente policial”, e que era “preciso que o Senado não vá com ela apresentar uma espionagem política”, sendo, assim, “tirada toda a liberdade do homem”, pois “isto não tem lugar, porque somos livres”; não devendo-se, portanto, votar numa “lei policial”, visto que era “preciso não ir de encontro à liberdade do nosso sistema”. Nesse sentido, declarava-se que “se estamos em toda a liberdade, no Império pacífico, a lei deve ser com toda a latitude”, uma vez que “a liberdade de imprensa é o sustentáculo dos governos constitucionais, é o veículo da

²⁹Sessão de 8 de Maio de 1829 do Senado do Império. In: *O Parlamento...* v.2. t.1. p. 176-9.

felicidade de toda a sociedade, porque daqui é que vêm as luzes a todo o Império”, e o contrário seria “por aos homens uma mordaca para não falarem”. Em contraposição a esta postura, apontava-se para as condições circunstanciais pelas quais o país estaria passando, e questionava-se que se a ideia de uma imprensa com total liberdade “fosse onde já estivessem as luzes bem espalhadas, teria todo o lugar, mas em um país onde agora isto apenas principia a nascer, como é que queremos nós ir com tanta largueza?”. Afirmava-se, desse modo, que “nestas circunstâncias em que estamos, devemos atender a muitas razões e não atender só às circunstâncias relativas da lei”; de modo que, mesmo no futuro, viria o “tempo em que possa dar-se essa amplidão”, pois “nós não queremos por peias, mas também não queremos uma total liberdade”³⁰.

Após longa discussão o projeto de lei sobre a imprensa baixou para a Comissão de Legislação do Senado. A falta de definição quanto ao empreendimento da nova legislação levou a uma nova manifestação de D. Pedro I, o qual afirmou que “vigilante e empenhado em manter a boa ordem, é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir por meios legais o abuso que continua a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Império”, pois “semelhante abuso ameaça grandes males” e “à assembleia cumpre evitá-los”³¹. À fala do Imperador os parlamentares responderam que estavam empenhados “na manutenção da boa ordem e felicidade do Império, na extirpação dos abusos

³⁰Sessão de 9 de Maio de 1829 do Senado do Império. In: *O Parlamento...* v.2. t.1. p. 180-3.

³¹Fala do Trono na Abertura da Assembleia Geral em 3 de Maio de 1830. In: *Falas...* p. 127-8.

da liberdade de imprensa e das ofensas feitas à mesma liberdade”³². A cobrança imperial levou a uma busca por agilizar-se os trabalhos parlamentares na elaboração da lei de imprensa e, a 6 de maio de 1830 o projeto saiu da Comissão de Legislação e passou a ser debatido nas sessões senatoriais. Em agosto do mesmo ano o projeto voltou à Câmara dos Deputados onde passou a discutir-se as emendas do Senado.

A partir de então as decisões sobre a lei de imprensa passaram a ser tomadas de afogadilho, apesar de certas vozes destoantes. De acordo com a consideração de que “a lei de que se trata é das mais importantes”, pois “a liberdade de imprensa é o único meio que nós temos de defender nossas liberdades, única garantia que tem o povo contra as pretensões do poder”, questionava-se como se poderia discutir o projeto “de pancada”³³. Os críticos desse apressamento do processo parlamentar declaravam que “se nós temos uma lei já defeituosa, para que havemos de adotar essa lei má, muito mais em matéria tão delicada?”. Já os defensores de uma solução definitiva e urgente para a promulgação da lei reguladora da imprensa afirmavam que era “preciso uma nova lei da liberdade da imprensa que estorve os abusos dessa mesma liberdade, mas também garante melhor a segurança individual”; e argumentavam que a legislação deveria ser aprovada da maneira que estava, tendo em vista “que nesta sessão não se poderá fazer melhor, e visto que esta já melhora alguma coisa e cumpre-se o que dissemos na Fala do Trono”. Para

³²Projeto de Voto de Graças apresentado em Sessão de 6 de Maio de 1830. In: *Falas...* . p. 129.

³³Sessão de 2 de Agosto de 1830 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* . v.2 t.1. p. 202.

estes, não se poderia colocar “em discussão um novo plano de lei e seria grande estorvo não se aprovarem as emendas da lei”, de forma que o melhor seria votar “por ora por esta, que já melhora alguma coisa e iremos ao depois continuando a melhorar”. A pressão sobre os deputados para que se entabulasse o epílogo acerca da lei de imprensa refletia-se em alguns dos próprios argumentos utilizados para otimizar a sua aprovação, como na declaração de que “se nós não adotarmos estas emendas, há de haver um clamor geral contra a Câmara”³⁴.

O projeto foi votado e aprovado e, após a sanção imperial, transformou-se na Lei sobre o Abuso da Liberdade de Imprensa de 20 de Setembro de 1830. Essa nova legislação mantinha o sistema de responsabilidade sucessiva, determinava os ditames do julgamento dos crimes de imprensa os quais seriam apurados a partir de um Conselho de Jurados formado nas cidades e vilas e previa penas de multa e prisão para os infratores. Foram considerados delitos de imprensa promover ataques dirigidos a destruir o sistema monárquico representativo; estabelecer provocações dirigidas a excitar a rebelião contra a pessoa do Imperador e seus direitos ao Trono; estabelecer provocações dirigidas à desobediência às leis e às autoridades constituídas; publicar doutrinas dirigidas a destruir as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma e a espalhar blasfêmias contra Deus; promover calúnias, injúrias e zombarias contra a religião do Império e os seus dogmas, ou contra os diferentes cultos praticados no país, com permissão e garantia da Constituição; ofender os cultos da religião do Império e a moral pública; imputar ofensas e

³⁴Sessão de 4 de Agosto de 1830 da Câmara dos Deputados. In: *O Parlamento...* v.2 t.1. p. 202-5.

injúrias ao Imperador, à sua esposa ou ao Príncipe Herdeiro; injuriar a Regência, o Regente, as pessoas da Família Real, a Assembleia Geral, cada uma das suas Câmaras ou cada um de seus respectivos membros; cometer injúrias contra corporações e empregados públicos ou contra quaisquer pessoas; imprimir ou publicar qualquer escrito sem identificar a tipografia, o lugar e o ano da impressão, bem como falsificar essas informações³⁵.

Apesar da promulgação desta lei de setembro de 1830, ainda no mesmo ano, diante da crise política, o Governo cobrava das autoridades responsáveis providências contra jornais que, animados pela impunidade advinda de certas omissões de funcionários, estariam avançando “no excesso de atacarem os princípios fundamentais da Constituição, emitindo doutrinas subversivas das bases do sistema jurado, provocando a anarquia e excitando rebelião” contra a pessoa do Imperador e seus direitos ao Trono³⁶. A Lei sobre o Abuso da Liberdade de Imprensa acabaria sendo em grande parte incorporada ao Código Criminal do Império o qual passou a estabelecer as regras que norteariam as atividades jornalísticas. Mantendo o sistema de responsabilidade exclusiva e sucessiva para os crimes de imprensa, o Código Criminal determinava as punições de multas, apreensão dos exemplares ou ainda de prisão aos delitos praticados através da imprensa contra a existência política do Império, o livre exercício dos poderes públicos, a segurança interna do Império e a pública

³⁵Lei de 20 de Setembro de 1830. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. p. 35-49.

³⁶Decisão do Governo N. 225 - 11 de Dezembro de 1830. In: *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1876. p. 168-9.

tranquilidade, os direitos autorais, a religião e a moral pública; além de condenar as diversas formas de calúnia e injúria e do uso indevido da imprensa³⁷. Apesar de diversas medidas complementares, mormente quanto ao processo de julgamento, o Código Criminal do Império perduraria como o mais importante parâmetro regulador da imprensa brasileira ao longo de todo o Período Monárquico.

Nesse contexto, as três principais legislações de imprensa à época do I Reinado revelaram as próprias indefinições acerca do estabelecimento de princípios reguladores das atividades jornalísticas. As determinações do Decreto de 22/11/1823, que era para ser provisório, perduraram por quase sete anos. Já a Lei de 20/9/1830, cuja elaboração foi amplamente debatida ao longo de diversas sessões parlamentares, teve seus ditames valendo por pouco tempo, uma vez que os crimes de imprensa passaram a ser regulados a partir do Código Criminal, elaborado de modo praticamente concomitante aquela legislação. Essa lei de setembro de 1830, de exígua duração, era a que previa as penalidades mais rigorosas, uma vez que o Código Criminal manteve certo equilíbrio e até suavizou certas penas com relação ao Decreto de 22/11/1823. As punições aos crimes de imprensa previstas nessas três legislações traduziam uma grande preocupação com a defesa do Estado, dos funcionários e órgãos públicos, com a manutenção da ordem institucional, moral e religiosa, com as práticas da calúnia e da injúria, bem como com a identificação dos responsáveis pela

³⁷Lei de 16 de Dezembro de 1830. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. p. 142-200.

TEMAS DE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL E EM PORTUGAL

publicação dos periódicos. Uma comparação entre as penalidades expressas nessas legislações pode ser observada a partir do seguinte quadro:

Penas médias previstas segundo as legislações de imprensa de 22/11/1823, 20/9/1830 e 16/12/1830 (Código Criminal)

CRIMES DE IMPRENSA *	Decreto 22/nov./1823 -prisão-	Decreto 22/nov./1823 -multa-	Lei 20/set./1830 -prisão-	Lei 20/set./1830 -multa-	Lei 16/dez./1830 -prisão-	Lei 16/dez./1830 -multa-
publicar sem identificar nome, local e ano	---	50\$000	---	50\$000	---	60\$000
falsificar os dados anteriores atribuindo-lhes a outrem	---	100\$000	---	---	---	250\$000
não registrar o jornal junto ao órgão competente	---	---	---	---	---	40\$000
atentar contra a forma, sistema ou regime de governo	---**	600\$000	6 anos	2:000\$000	15 meses	450\$000
atentar contra a religião	9 meses	80\$000	4 anos	1:600\$000	5 meses	150\$000
atentar conta a moral pública (bons costumes)	6 meses	50\$000	9 meses	100\$000	4 meses	100\$000

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

calúnia contra funcionário ou órgão público	6 meses	600\$000	---	---	14 meses	400\$000
calúnia contra pessoa particular	3 meses	200\$000	---	---	8 meses	100\$000
injúria contra funcionário ou órgão público	---	50\$000	1 ano	200\$000	7 meses	200\$000
injúria contra pessoa particular	---	50\$000	2 meses	80\$000	4 meses	100\$000
MÉDIA GERAL	6 meses	200\$000	28 meses	700\$000	8 meses	200\$000

* Levando em conta apenas os crimes mais comuns entre as três legislações.

** Esse decreto não previa a pena de prisão para aquela modalidade de crime, e sim a de degredo.

Assim, as discussões acerca do conceito de liberdade de imprensa e dos limites estabelecidos para com a mesma através de diversas legislações, entabulados à época de D. Pedro I, acompanhando o próprio processo de formação e institucionalização do Estado Nacional Brasileiro, não foram fenômenos restritos apenas a esse período, estendendo-se no cronológico e tornando-se verdadeiros elementos constitutivos do conjunto da história da imprensa brasileira. Os acirrados debates parlamentares acerca da

regulamentação da liberdade de imprensa, emitidos naquele momento, apresentam um significativo conteúdo de contemporaneidade, uma vez que ainda não foi encontrado o meio termo entre liberdade absoluta e liberdade restrita no que tange às lides jornalísticas.

Tendo em vista a “discrepância de opiniões” acerca dos limites da liberdade de imprensa, chegou-se a considerar durante o I Reinado que “achar o exato expediente de reprimir os seus abusos sem prejudicar ao direito do homem de comunicar seus pensamentos era problema irresolúvel”³⁸, num verdadeiro dilema que permaneceu marcando as várias fases da história brasileira, ao longo de suas diversas reformas institucionais e que, até o presente, constitui-se em elemento gerador de profunda polêmica. Além disso, como nos tempos de Pedro I, a liberdade de imprensa, durante toda a evolução histórica do Brasil, ficou caracterizada por uma relação diretamente proporcional com os momentos de estabilidade ou de crise político-institucional típicas da conjuntura brasileira, quando o jornalismo passou, respectivamente, por um constante alternar entre a liberdade e o cerceamento de suas atividades³⁹.

³⁸Sessão de 9 de Maio de 1829 do Senado do Império. In: *O Parlamento...* v.2. t.1. p. 186.

³⁹ Publicado originalmente em: Anais do III Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 165-183.

CONSTÂNCIAS DE MERCÚRIO: A
CARICATURA E AS REPRESENTAÇÕES
DO COMÉRCIO

A caricatura desempenhou um papel essencial na edificação de um imaginário social nas comunidades humanas em que foi praticada ao longo do século XIX. Associado à imprensa, o desenho caricato ganharia o mundo, com inexorável poder de difusão e extraordinária força de persuasão junto à opinião pública. Em meio a uma prática jornalística de predomínio incontestado do texto escrito, com colunas e colunas, páginas e páginas de escritos na maioria das vezes densos, as folhas voltadas essencialmente à caricatura ofereceriam um outro gênero ao público leitor, mais leve, mas, ao mesmo tempo, incisivo e direto, e com um dispositivo de formidável apelo – o uso da imagem. Praticando um jornalismo crítico-opinativo, os caricatos ganhariam o gosto não só dos seus respectivos leitores, mas extrapolavam a leitura em si, uma vez que geravam verdadeira rede discursiva por meio da constante repetição e comentários acerca daquilo que apresentavam em suas folhas impressas.

O jornalismo humorístico por meio da caricatura espalhou-se pelo mundo, sendo praticado em vários países e, por vezes, mantendo muitas características em comum. Gerou-se um verdadeiro modelo de periódico caricato, normalmente semanário e dividindo igualmente suas páginas entre desenhos e texto. Na maior parte não publicava matéria publicitária e tinha algum tipo de dificuldade em manter o número de assinantes, garantindo sua existência na maior parte pela venda de números avulsos. Ao mesmo tempo que despertava amplo interesse da opinião pública, conquistava significativo número de inimigos, mormente aqueles que eram alvos do olhar irônico e jocoso da publicação, muitas vezes representantes do poder instituído o que, não raro, trazia algum

tipo de perseguição, traduzida por fiscalização e policiamento dos responsáveis pelo periódico, ou até chegando à culminância da violência e do empastelamento. Ainda assim, a visão bem humorada e caricatural da vida em sociedade não deixou de se manifestar em cada um dos hebdomadários que circularam na conjuntura mundial.

No contexto do periodismo brasileiro, o fenômeno não seria outro, de modo que, mormente na capital imperial/federal e nas mais importantes cidades de cada uma das províncias/estados, o jornalismo caricato desenvolveu-se em grande escala, com maior ênfase ao longo da segunda metade do século XIX e, de forma ainda mais significativa, nas últimas décadas de tal centúria. Uma das mais destacadas representantes dessa imprensa caricata foi a *Revista Ilustrada* que circulou no Rio de Janeiro a partir de 1876, sob a orientação do artista italiano que se radicaria no Brasil Angelo Agostini, um dos maiores expoentes da caricatura brasileira. À época monárquica, a *Revista* constituiu-se numa das mais ferrenhas críticas ao *status quo* governamental, sustentando uma construção discursiva fortemente calcada nos ideais abolicionistas e republicanos. Com o característico norte editorial calcado no humor, o hebdomadário carioca (que chegou a também ser quinzenal ou mensal ao longo de sua vida) transformar-se-ia numa das mais importantes folhas de seu gênero no Império. Além da própria circulação e da leitura, os textos e, principalmente as imagens impressas em suas páginas, foram reproduzidas em larga escala por folhas caricatas de diversas partes do país,

numa difusão extraordinária de suas convicções e formas de reproduzir a realidade.

Desse modo, Angelo Agostini através das diversas publicações em que trabalhou ou dirigiu, com destaque para a *Revista Ilustrada*, se transformaria em verdadeiro referencial para a caricatura nacional de modo que seu estilo seria copiado ou influenciaria um sem número de praticantes do jornalismo caricato ao longo do território brasileiro. Em algumas das edições nas quais demarcava seu aniversário de surgimento, a *Revista* revelaria a permanência de seus intentos e de suas linhas editoriais. A folha auto-caracterizava-se como portadora de uma jovialidade elegante e praticante do belo humor, respirando sempre o sentimento da justiça e o respeito à verdade, além de considerar-se como uma mantenedora da mais completa independência⁴⁰. Pretendia a edição caricata continuar sem receio a sua obra, seguindo sempre o mesmo programa, inspirado no amor à pátria e fortificado pela mais intensa aspiração à liberdade. Manifestava sua indignação diante das misérias coetâneas, desejando um futuro melhor, no qual a justiça viesse a ser a lei⁴¹.

Segundo o periódico, se não fizera o seu público rir a bandeiras despregadas, vinha, contudo, desanuviando muitas frentes, descarregando muito sobreceño implacável e dando origem a que o homem se manifestasse pelo seu característico mais incontestável – o riso. Afirmava que tal missão não era fácil, pois as coisas caminhavam de um modo que, em vez de sorrir, todos

⁴⁰ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1882. p. 2.

⁴¹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1885. p. 2.

sentiam, intimamente, o desejo de imigrar, diante do que era contra esse desalento, essa tristeza, essa descrença invencível que tinha a *Revista* levantado a mais insuperável barreira, extraíndo dos fatos desanimadores a nota humorística que desarmava o desespero e deixava ver, sob as armaduras dos déspotas, os ridículos de um retrozeiro avesso à tragédia. Explicava a folha que tinha sempre procurado não sacrificar a justiça ao espírito, não confundir o patriotismo com as patacoadas, não cessar de combater os arbítrios, nem ter condescendências com as tentativas de opressão⁴². No sentido de vencer as amolações da imprensa, o semanário jurava, grato a todos, dar-lhes muitos alegrões⁴³.

O processo de difusão da caricatura no Brasil⁴⁴ encontraria assim na *Revista Ilustrada* um de seus mais notáveis representantes. Foi marcante a forma pela qual as folhas caricatas criaram determinados conjuntos de construções discursivas e representações imagéticas que revelavam suas práticas editoriais e contribuíam para um melhor entendimento do público leitor. Nesse sentido, por vezes nem mesmo a legenda era necessária para que se entendesse o desenho, uma vez que as realidades retratadas, os personagens

⁴² REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1886. p. 2.

⁴³ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1888. p. 2.

⁴⁴ Acerca do desenvolvimento da imprensa caricata no Brasil, ver: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t.80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946.; e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

caricaturados e a simbologia utilizada estavam a contento com o poder de interpretação dos leitores que conseguiam identificar-se com as mensagens passadas por essas publicações. A imagem tonava-se assim um mecanismo discursivo que criava praticamente uma conexão direta entre o construtor do discurso e o seu receptor, num quadro em que desenho e texto interagem na edificação da mensagem jornalística.

De acordo com essa perspectiva, a mitologia seria utilizada intensamente pela caricatura, num contexto em que deuses, semi-deuses, musas, heróis e tantos outros personagens mitológicos povoariam as páginas das folhas caricatas. Não eram só as figuras mitológicas, mas também suas ações, indumentárias, hábitos e atribuições que eram ressaltadas pela caricatura, revelando a perspectiva pela qual cada um desses elementos tinha significância para o público leitor que conseguia identificar a intenção simbólica expressa pela folha. Nesse quadro, o universal passava a ter pontos de intersecção com o nacional, o regional ou o local, e o não-contemporâneo encontrava significado no contemporâneo, ou seja, os homens e mulheres do século XIX que se deparavam com o simbolismo mitológico estampado na caricatura, conseguiam ter a devida compreensão de seu sentido. A utilização de variadas figuras do panteão mitológico do mundo clássico não escaparia à pena de Angelo Agostini na *Revista Ilustrada* e, dentre esses personagens, um dos mais utilizados, mormente na representação das atividades comerciais foi o deus Mercúrio, aqui estudado em seu simbolismo ao longo de parte da circulação dessa publicação durante a década final da monarquia brasileira.

No panteão romano, uma das divindades de significativo destaque foi Mercúrio, filho de Júpiter e de Maia. Seu nome em grego, Hermes, significa intérprete ou mensageiro, já na versão latina, sua denominação advém da palavra *merces*, ou seja, mercadoria. Mercúrio era o mensageiro dos deuses, de Júpiter em particular, servia com denodo em suas funções, chegando, até mesmo, a realizar práticas não muito honestas na execução de seu papel. Tinha ainda por encargos resolver as disputas e as paixões entre os habitantes do Olimpo, presidir jogos e assembleias, ouvir e responder aos discursos, além de conduzir com seu caduceu as almas ao inferno ou reconduzi-las à Terra. Divindade da eloquência e da arte de bem falar, assim como dos viajantes, dos comerciantes e dos ladrões, era o embaixador dos deuses, assistindo aos tratados de aliança, numa atividade infatigável que o tornava um dos mais atarefados entre deuses e homens.

Diante de tantas atribuições, Mercúrio assumia um papel considerável no conjunto das divindades greco-romanas, tendo suas habilidades e qualidades constantemente aumentadas, contribuindo para o progresso das atividades mercantis e das artes, bem como atribuía-se a ele a edificação de uma língua exata e regular, das primeiras letras e da harmonia das frases, pondo nome a um grande número de coisas, além de instituir práticas religiosas, fortalecer as relações sociais e familiares, e ensinar aos homens a luta, a dança e os exercícios praticados nos estádios, inventando, finalmente, a lira. Identificado por uma figura com uma bolsa, capacete e sandálias alados, os quais significam a força de elevação e a aptidão para os deslocamentos rápidos e com o caduceu,

vareta em torno da qual se enrolam, em sentido inverso, duas serpentes, equilibrando os dois aspectos – esquerda e direita, diurno e noturno –, com um símbolo benéfico e outro maléfico, representando o antagonismo e o equilíbrio típicos da divindade, Mercúrio trata-se de uma força limitada a um nível um tanto utilitário e facilmente corruptível.



A presença de Mercúrio não se limitou ao meio greco-romano e, ao longo do tempo, sua figura seria assimilada, transformada e metabolizada junto a diversas civilizações. A tradição clássica viria a marcar o mundo ocidental contemporâneo e esta influência se faria sentir nos mais variados espaços das sociedades, fosse o público ou o privado, o individual ou o coletivo, o simbólico ou o concreto. Nesse sentido, as divindades gregas e romanas viriam à tona junto ao imaginário de várias sociedades e, nesse quadro, a figura de Mercúrio se cristalizaria definitivamente como o símbolo das atividades mercantis. Fosse a própria imagem da divindade, ou, particularmente, o caduceu e/ou o capacete passaram a trazer em si o significado do comércio⁴⁵.

Mercúrio especificamente e a mitologia greco-romana em geral caracterizam-se por uma longa sobrevivência junto à mentalidade coletiva das comunidades do mundo ocidental. Assim, permanecer vivo não significa apenas que a mensagem veiculada pelas narrativas continua a ser entendida, com todas as suas implicações e em todos os níveis. Quer também dizer que o campo da mitologia está sempre constituindo o lugar onde as crenças podem se

⁴⁵ Descrição de Mercúrio elaborada a partir de: COMMELIN, P. *Nova mitologia grega e romana*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. p. 56-59.; CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 160 e 487-488.; e CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 379. A respeito de Mercúrio ainda pode-se lembrar que ele é o deus que conduz a noiva para a casa do noivo, para que atravesse a porta e a entrada do quarto nupcial; mensageiro, assopra aos recém-casados as palavras amorosas, as palavras de sedução; e, além disso, inventor do fogo pela fricção de dois pedaços de madeiras, Hermes é muito ativo no comércio sexual, favorecido pela coabitação da mulher e do homem, no mesmo lar. (SISSA, Giulia & DETIENNE, Marcel. *Os deuses gregos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 275.).

explicar e se perpetuam, expressando-se no modo e na forma de narrativas elaboradas. Nessa perspectiva, a mitologia constitui o assunto de um debate que ultrapassa, aparece atravessada por polêmicas que não usam, como os filósofos, as armas da discussão argumentada, da refutação, mas operam por uma organização diferente dos materiais da fábula⁴⁶.

A tradição histórica já traduz em si as motivações que levaram à edificação de vários mitos como elementos e atributos comuns à vida social e, dentre esses, os personagens da mitologia da Antiguidade Clássica ganharam revelo especial. Nessa linha, o mito se constitui num meio de atuar sobre o presente, convertendo-se num potente fator motivador da existência dos que o interiorizam à medida que passaram a compreender-lhe o verdadeiro significado. Uma figura mítica é a maneira mais econômica de invocar uma imagem que, a não ser assim, demandaria o emprego de longa expressão, permanecendo, deste modo, desde resíduos mentais ou fragmentos simbólicos até expressões e imagens concretas nas formas de agir e pensar, num quadro onde os mitos antigos ainda manifestam a sua presença no mundo mental do homem moderno⁴⁷.

Assim, desde o cotidiano, à literatura, à tradição ou ao conhecimento erudito, entre outros, todos poderiam trazer à tona esses mitos antigos. No Brasil do século XIX e a sua formação histórica ligada à agroexportação e à recepção de produtos estrangeiros através de seus portos, as atividades mercantis foram

⁴⁶ VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito & política*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 232.

⁴⁷ PATAI, Raphael. *O mito e o homem moderno*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 14-17.

fundamentais para a própria consolidação do Estado Nacional. Nesse quadro, a relevância do comércio transformaria a figura de Mercúrio (e/ou alguns de seus objetos ou peças de sua indumentária) num personagem recorrente no contexto da sociedade brasileira, servindo de inspiração ou materializando-se concretamente em fachadas de prédios, selos, papéis timbrados, desenhos de matéria publicitária e em diversas outras manifestações pictóricas e artísticas em geral. As influências psicossociais e históricas dos mitos, e de Mercúrio em particular, seriam inter-complementadas pela ação da leitura pois, ainda que não atingisse o conjunto da população, através da oralidade, a informação dela advinda se difundiria, num processo de propagação cultural. Desse modo, a imprensa contribuiria decisivamente na difusão de uma imagem das lides mercantis através de Mercúrio, com destaque para os jornais caricatos, cujas páginas constituiriam cenários de várias ações da divindade.

Durante o século XIX, circulavam pelo país e faziam parte do acervo de determinados centros de leitura, mormente na capital do Império, uma variada gama de literatura acerca da mitologia greco-romana. Eram livros em diversas línguas, normalmente de procedência européia, que, ao seu modo, complementavam o processo de incorporação de alguns daqueles mitos, entre eles Mercúrio. Em termos exemplificativos, em língua portuguesa, *Mercurius* era apresentado como o *Deos da eloquencia, do Commercio e dos Ladrões, e o mensageiro dos Deoses, principalmente de Jupiter, o qual lhe havia pegado asas*

*na cabeça, e nos calcanhares, para com mais presteza executar as suas ordens*⁴⁸. Já em inglês, o deus era descrito como *a Roman divinity of commerce and gain. The character of the god is clear from his name, which is connected with merx and mercari. The Romans of later times identified Mercurius, the patron of merchants and tradespeople, with the Greek Hermes, and transferred all the attributes and myths of the latter to the former*⁴⁹. Em língua francesa, aparecia *Mercure, o Hermès des Grecs, avait une foule d'attributions: il était le dieu de l'éloquence, du commerce et des voleurs, le héraut des dieux et le conducteur des âmes aux enfers*⁵⁰, ou ainda, *Mercure psychagogue porte le caducée et les talonnières; dieu de l'éloquence, il leve le bras droit; du commerce, il tient une bourse*⁵¹.

Nesse quadro, perpassando os séculos, Mercúrio viria a aparecer como um personagem/símbolo ativo e presente junto à comunidade brasileira, agindo e interagindo com esta, uma vez que o mito não constitui uma mera herança ou apenas uma sobrevivência do passado, mas resulta de um vivo e real dinamismo psicossocial, que opera na psique do homem moderno em grau tão intenso quanto aquele em que operou em gerações do passado remoto. Dessa

⁴⁸ Diccionario classico histórico geographico-mythologico. Lisboa: Officina de Joaquim Rodrigues D'Andrade, 1816.

⁴⁹ SMITH, William. *A classical dictionary of biography, mythology, and geography*. London: John Murray, 1864. p. 437.

⁵⁰ GRÉGOIRE, Louis. *Dictionnaire encyclopedique d'histoire, de biographie de mythologie et de géographie*. Paris: Garnier Frères, Libraires-Editeurs, 1876. p. 1336.

⁵¹ JACOBI, E. *Dictionnaire mythologique universel ou biographie mythique*. Paris: Libraire de Firmin-Didot et Cie., 1878. p. 313.

forma, o acontecimento mítico, em contraste com a ocorrência histórica factual, é parte não só do presente mas também do passado, pois influi na vida contemporânea não somente através de uma cadeia de consequências históricas, como os fatos históricos, senão também direta e imediatamente, através da força que originalmente o provocou, e continua a operar com efeito não diminuído, desafiando o tempo e o espaço⁵². Nas páginas das folhas caricatas, tal divindade encontrou espaço garantido na propagação e perpetuação de seu mito⁵³, como foi o caso da *Revista Ilustrada*.

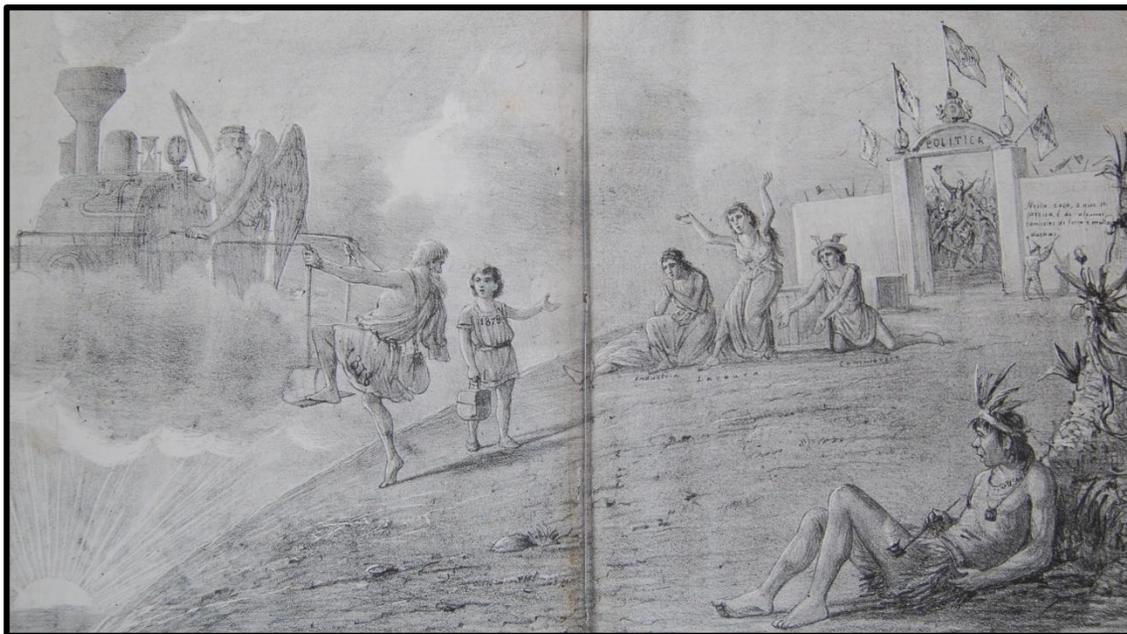
Na passagem do ano de 1878 para o seguinte, como era típico dos jornais caricatos de então, a *Revista* publicava desenho alusivo à mudança do calendário. A chegada do penúltimo ano da década de setenta, era representada pela folha através do “ano velho” que partia num trem e conversava com um jovem que simbolizava o “ano novo”. Na gravura apareciam em estado deplorável as representações das artes, da indústria, da lavoura e do comércio, este na figura de um Mercúrio quase que suplicante de mãos estendidas. Tais personagens encontravam-se diante do portão e dos muros da “política”, adornado com as bandeiras dos partidos que disputavam o poder e no interior da qual se encontravam os políticos que discutiam freneticamente. Num dos

⁵² PATAI, p. 16 e 71.

⁵³ Contextualização elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Mercúrio em apuros*: algumas imagens do comércio rio-grandino. In: ALVES, F. N. (org.). *Indústria e comércio na cidade do Rio Grande: estudos históricos*. p. 47-55.; e ALVES, Francisco das Neves. O mito de Mercúrio: articulações entre o universal e o regional. In: PRADO, D. P. (org.). *Anais do Seminário Internacional de Estudos Históricos – História Geral e do Brasil*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 69-87.

muros, o bobo da corte, o mais típico representante do periodismo caricato, pintava a frase: “Nesta casa, o que se precisa é de algumas camisolas de força e muitas duchas”. A cena era completada pelo índio, criação do próprio Angelo Agostini para designar o povo brasileiro, que, pitando cachimbo, assistia a tudo, entre estupefato e incrédulo, mas deitado, em verdadeira inação. Como legenda, servia o diálogo: “O ano novo – Estas infelizes criaturas serão as tais vítimas da seca do Norte?”; ao que aparecia como resposta: “O ano velho – Não, estas são as vítimas da seca do progresso e vítimas da política. Durante 365 dias tenho as visto definhar, e se tu não trazes algum remédio, é provável que o teu sucessor as verá expirar”⁵⁴. Na concepção da folha, a ação dos homens públicos estaria levando a uma profunda crise, que destruía as atividades produtivas, diante da passividade da população em geral.

⁵⁴ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1879. p. 4-5.



A penetração do capitalismo internacional e as relações de domínio econômico seculares em relação ao Brasil, herança ainda da época colonial, também apareciam nas representações de Mercúrio criadas pela *Revista Ilustrada*. Numa delas, o deus mitológico aparecia, com sua indumentária completa, sorridente, apreciando um dos produtos que abarrotava a alfândega oriunda da indústria estrangeira, simbolizada por uma dama, vestida luxuosamente, que abria a tampa de um caixote e expunha a variedade de ofertas, ao passo que lançava um certo olhar de desdém para uma outra dama, trajada com maior simplicidade, representando a indústria nacional, que, braços cruzados à porta de seu estabelecimento, não via saída para a sua produção. A

legenda era sutil e direta: “Atual posição das duas indústrias”⁵⁵. Tal desenho trazia à tona uma histórica e tradicional característica das atividades mercantis brasileiras, na qual os comerciantes e o próprio mercado consumidor davam preferência aos produtos vindos do exterior do que a própria produção nacional, menoscabada diante da melhor qualidade e, mormente, as vantagens alfandegárias oferecidas à produção internacional.

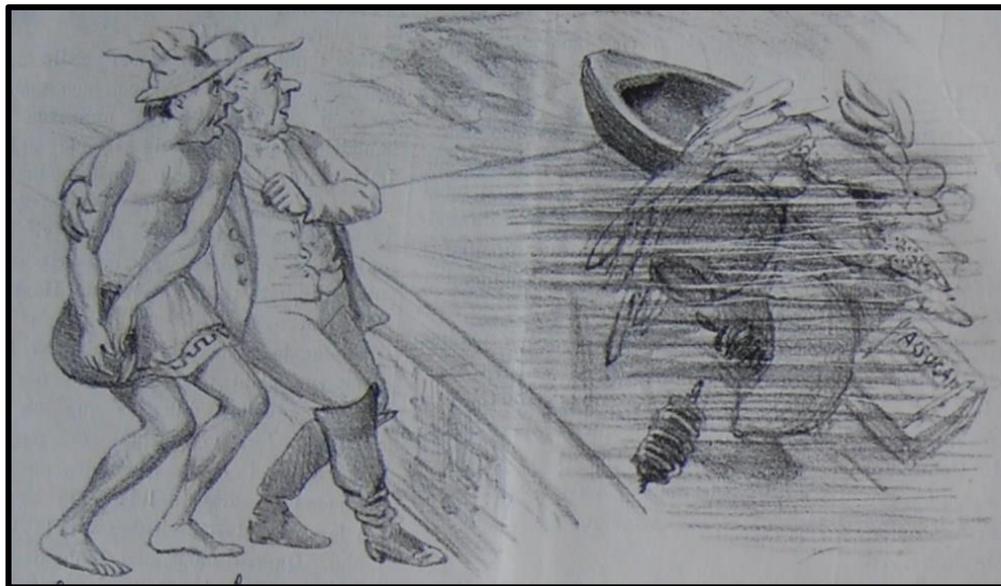


⁵⁵ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1880. p. 4-5.

Uma das especialidades da *Revista* era a publicação de conjuntos de caricaturas, razoavelmente próximo daquilo que, bem mais tarde, viria a ser categorizado como uma “história em quadrinhos”. Em tais conjuntos Mercúrio também era um personagem presente como no caso de um em que a folha tecia pesadas críticas à situação política nacional, fundamentalmente quanto à questão da escravidão. As dificuldades políticas eram associadas pelo jornal às de natureza econômica, tanto que mostrava a divindade enfrentando a crise, sendo abraçada por um indivíduo que representava as atividades agrícolas, e ambos assistiam ao desastre que ameaçava a produção nacional. O desenho era explicado pela frase: “Comércio e lavoura andam muito assustados. Lá se vai tudo pela água abaixo, pensam eles...”⁵⁶. Na mesma edição, em outro conjunto de imagens, o periódico mostrava uma certa perspectiva esperançosa, mas, ao mesmo tempo, carregada de ironia. Nela apareciam vários dos homens públicos de então, mãos dadas, fazendo uma aparentemente harmoniosa dança de roda. Faziam parte da roda o bobo da corte, trazendo em si o significado da caricatura e o próprio Mercúrio, denotando a relevância do comércio para as atividades econômicas nacionais. A legenda era: “Um dia chegará em que havemos de estar todos de acordo. Esse dia será aquele em que o bom senso e o verdadeiro patriotismo tiverem feito a sua entrada no nosso parlamento”⁵⁷.

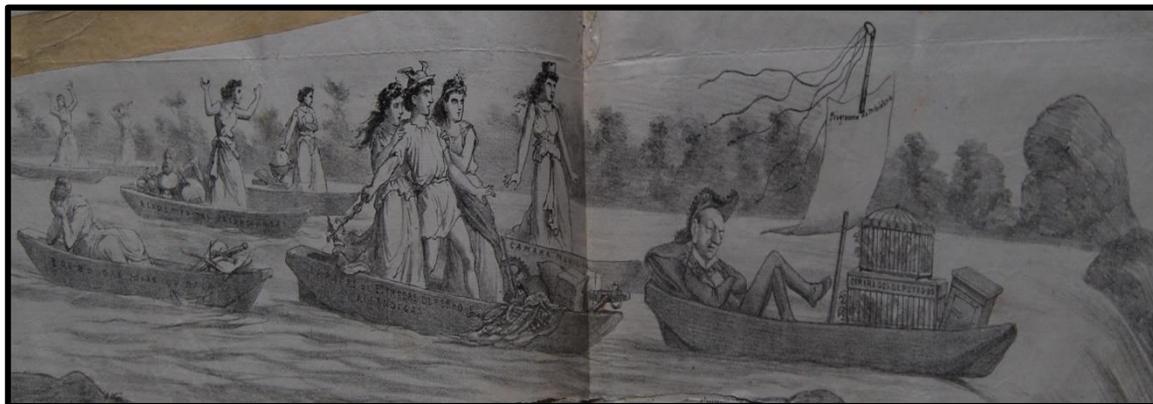
⁵⁶ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1880. p. 4.

⁵⁷ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1880. p. 8.



A negligência e a incompetência das autoridades públicas constantemente imputadas como qualificativos negativos dos políticos por parte do semanário ilustrado carioca eram mais uma vez associadas à imagem de Mercúrio como ao mostrar um ministro conduzindo uma pequena embarcação que designaria o próprio Estado Nacional. O administrador aparecia indolentemente repousando deitado sobre sua pasta, enquanto o barco, em cuja vela aparecia a descrição “programa do ministério” e que carregava um cofre, com o significado das verbas públicas e duas gaiolas cheias de papagaios, representando o Senado e a Câmara dos Deputados, ia em direção à certa destruição numa queda de água. Seguiam o mesmo curso e terrível destino uma série de outros barcos carregando várias figuras que simbolizavam diversos setores da sociedade, entre elas um apavorado Mercúrio. A explicação do desenho ficava expressa na frase: “Deixem pois a canoa do inteligente e paternal governo ir pela água abaixo, arrastando consigo outras tantas, fatais à lavoura, à indústria, ao comércio, às artes, à ciência e à justiça” entre outros⁵⁸. Tratava-se de mais uma das pesadas críticas da folha às forças governativas, demonstrando a inação dos homens públicos e a ascendência do executivo sobre o legislativo, reduzido a um amontoado de papagaios engaiolados, ou seja, perdido na esterilidade dos discursos vazios. Na concepção do periódico, as atitudes dos governantes estariam levando à destruição nacional nos mais variados segmentos da sociedade, inclusive no que tange às atividades mercantis.

⁵⁸ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1882. p. 4-5.



Em dois outros conjuntos de caricaturas publicados em abril de 1882, a figura de Mercúrio seria recorrente nos desenhos da *Revista*. Numa delas, a folha ironizava a situação nacional, sugerindo jocosamente a vinda de uma época de prosperidade, num quadro em que a divindade mitológica, com uma rede à mão tentava, como se borboletas fossem, apanhar algumas notas, e explicava: “Haverá ainda muito dinheiro que voará de todos os lados, dando assim ocasião ao nosso comércio de atirar-se a uma boa e proveitosa caçada”⁵⁹. No outro conjunto, o hebdomadário dedicava-se à sua ação predileta, quer seja, atacar as ações governamentais. Numa das figuras, Mercúrio e uma dama simbolizando a indústria apareciam curvando-se diante da autoridade pública, sobre o dizer: “Essa asa negra é o todo poderoso inspetor da alfândega, perante o

⁵⁹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1882. p. 8.

qual se curvam servilmente aqueles que têm o direito”. No quadro seguinte, os símbolos das atividades produtivas revoltavam-se e derrubavam o administrador de sua cadeira do poder, apontando a folha que aquelas figuras tinham de reagir e destroná-lo, se tivessem consciência de sua força. Mas, em contrapartida, Mercúrio e a dama-indústria acabavam tendo de fugir espavoridos dos governantes que empunhavam espada e rebenque nas mãos, aparecendo por legenda: “O nosso paternal governo e o fisco ainda são muito bons em não arrumar a estes algumas bacalhoadas, para ensinar-lhes a não serem tolos”⁶⁰.



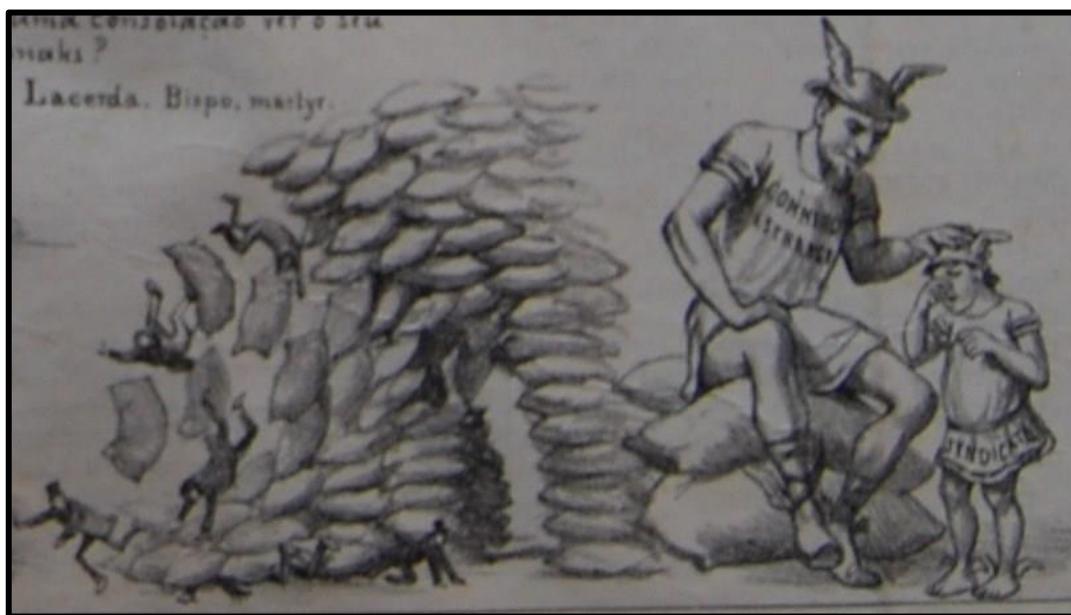
⁶⁰ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1882. p. 4-5.





As dificuldades do comércio brasileiro no cenário internacional foram também retratadas pela *Revista Ilustrada*, como ao criticar a ação de buscar estocar o mais importante produto de exportação brasileiro, o café, tendo em vista buscar uma maior valorização no mercado. Segundo a folha, tal atitude não conseguira êxito e, com graça, destacava que as “montanhas” de café estocado acabariam por desfazer-se, trazendo algumas vítimas. Apareciam duas figuras de Mercúrio, uma adulta e experiente, representando o comércio internacional, e outra, como uma criança chorosa, simbolizando as lides mercantis nacionais, diante do que o “comércio estrangeiro” sentenciava: “Se te limitasses a especular no teu próprio mercado, não estarias hoje tão triste. És

muito jovem ainda e não tens forças para lutar comigo. Sirva-te isto de lição”⁶¹. Em outra caricatura, a indústria, a lavoura e o Mercúrio-comércio, com narizes desproporcionais, faziam uma alusão às inverdades e informações pouco importantes divulgadas por meio da imprensa, através da legenda: “Nunca vi nada mais chato! Nenhuma só referência ao nosso respeito! No entanto passamos atualmente por uma crise bem feia! O que será de nós!? Pois eles se importam lá com isso! Aqui no fim tem alguma coisa que serve: o casamento. Histórias! Isto é só para inglês ver.”⁶² [Figuras 11 e 12].



⁶¹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1884. p. 5.

⁶² REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1884. p. 4.



A má condução dos negócios públicos de parte dos governantes vinha expressa nas páginas da *Revista* em mais uma aparição de Mercúrio que fazia companhia a várias figuras, como o próprio imperador e o índio-Brasil. Nesse caso, a autoridade pública pilotava a nau do Estado na forma de uma improvisada jangada que parecia não resistir à navegação⁶³. Mercúrio seria representado também com uma indumentária diferente, usando roupas normais de um homem ocidental do século XIX, mas o que distinguia a divindade em suas características era o seu chapéu com asas. Lendo as

⁶³ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1884. p. 4-5.

variações do câmbio o ser mitológico em nova roupagem manifestava ampla preocupação: “O nosso comércio observa com terror que uma nota de dez tostões, brevemente não valerá mais de que um franco”⁶⁴. Já nos últimos tempos da monarquia, a publicação ilustrada mais uma vez denunciava os desmandos administrativos, mostrando Mercúrio diante de dois homens públicos, numa direta alusão às negociatas. Servia de legenda: “No novo empréstimo não resta a menor dúvida que o sr. João Alfredo passou a perna no sr. Belisário, e que o comércio vê hoje que o ex-ministro da fazenda não era tamanho como parecia em matéria de finanças”⁶⁵.



⁶⁴ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1884. p. 8.

⁶⁵ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1888. p. 4-5.





Assim, a figura de Mercúrio serviria muito a contento para que a *Revista Ilustrada* expressasse a sua forma de observar os acontecimentos de então. Ao reconstruir caricaturalmente a realidade, edificando simbolismos e

representações todas suas, a folha refletia sua visão crítica no que tange à situação nacional, manifestando veementemente suas convicções contrárias à monarquia e às várias instituições que a compunham. Nesse sentido, a mais importante atividade econômica brasileira – o comércio – aparecia normalmente enfrentando a mais diversificada gama de dificuldades, quase sempre provocadas pelos homens públicos da época. Dessa forma, a *Revista* associava a tradicional função moralizadora que os jornais caricatos destinavam a si mesmos de apontar as mazelas que afligiam a sociedade com as suas perspectivas republicanas de repúdio ao *status quo* governamental, buscando apontar todos os tipos de obstáculos enfrentados pelas atividades mercantis no Império.

A inação de políticos e governantes, a preponderância do capital internacional sobre o nacional, os riscos das crises econômicas, as variações cambiais, as negligências ou corrupções dos homens públicos, o caráter interventor do Estado e a concentração de poderes eram alguns dos diagnósticos feitos pelo hebdomadário em relação aos possíveis males que atingiam o comércio. Nesse quadro, Mercúrio, com sua indumentária completa ou parcial, ou ainda em trajes contemporâneos, era apresentado enfrentando os mais variados empecilhos e em situações tragicômicas que iam da preocupação ao desespero, da cordialidade à submissão ao governo, do constrangimento à vergonha plena pela situação em que se encontrava, entre tantas outras vivências imputadas à simbólica figura mitológica. A presença de Mercúrio nas páginas da *Revista Ilustrada* bem demonstrava que a simples evocação do

personagem mítico ou alguma de suas características despertava a compreensão do público leitor, revelando o sentido que aquele mito, como designação do comércio, ainda fazia para as sociedades do final do século XIX⁶⁶.

⁶⁶ Publicado originalmente em: *Historiæ*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010, v.1, p.37-57.

POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES
DISCURSIVAS: O CONFLITO ENTRE
REPUBLICANISMO E MONARQUISMO
NA IMPRENSA PORTUGUESA ACERCA
DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A mudança institucional ocorrida no Brasil a 15 de novembro de 1889, além de significar um momento de inflexão histórica na vida política brasileira, traria amplos reflexos, leituras, interpretações e metabolizações acerca do fato em variadas partes do mundo. Da quartelada que derrubou o governo monárquico constitucionalmente instituído ao movimento de rebeldia libertária e democrática que apeara do poder a anacrônica monarquia, foram variadas as formas de divulgação dos acontecimentos que cercaram a proclamação da República Brasileira. No contexto internacional, um dos países no qual maiores repercussões teve a alteração da forma de governo brasileira foi Portugal. As tradicionais e históricas ligações, as trocas comerciais e financeiras e a grande colônia lusa no Brasil eram alguns dos tantos fatores que ligavam aqueles dois países monárquicos até o final de 1889.

Mas a república no Brasil traria marcas indeléveis no seio da nação portuguesa. Agora os dois países passavam a ter formas de governo diferenciadas e os reflexos de tais discrepâncias não deixariam de ser notados, passando a contribuir a discussão da temática monarquia X república como mais um fator desagregador do já enfraquecido Estado monárquico luso que havia longa data vinha enfrentando graves crises. Naquele final de século, diversos grupos políticos atuavam em Portugal, havendo, entre as várias frentes em disputa, um significativo embate entre as forças monárquicas, defensoras do *status quo*, e as republicanas que ambicionavam a chegada ao poder através da mudança da forma de governo. Nessa linha, os fatos que cercaram o 15 de

novembro de 1889, ainda que externos ao contexto português, serviram para aguçar ainda mais o confronto entre tais grupos.

A imprensa seria o grande catalisador dos confrontos discursivos que passaram a se estabelecer entre monarquistas e republicanos em Portugal. Os jornais se transformariam em verdadeiros arautos de tais conflitos, de modo que as informações, interpretações e opiniões expressas acerca da mudança institucional no Brasil passavam pelo crivo político-ideológico, e a maneira de noticiar aqueles acontecimentos revelava o prisma partidarista de cada folha. Estabelecia-se então um conflito discursivo pelo qual cada periódico buscava legitimar e defender a sua causa, ao passo que intentava deslegitimar, desmentir ou desvalorizar as premissas estabelecidas pelas publicações adversárias. Assim, a república no Brasil passaria a ser imaginada pela imprensa lusa de acordo com uma perspectiva maniqueísta/dicotômica, vista como um malefício/benefício à sociedade brasileira, dependendo do ângulo pelo qual era retratada. Este ensaio realiza dois estudos de caso acerca das reações do jornalismo português diante dos episódios que marcaram os dois últimos meses de 1889, abordando uma publicação republicana, *O Século*, e uma monarquista, o *Diário Ilustrado*.

Na virada do século XIX, Portugal passava por uma série de dificuldades de ordem interna e externa, refletindo-se tais circunstâncias nas acirradas disputas pelos vários grupos de natureza político- partidária e ideológica⁶⁷. Tais

⁶⁷ Acerca da vida política portuguesa nessa época, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo.

enfrentamentos encontrariam no jornalismo um fundamental motor de difusão, ainda mais que nessa época a imprensa lusa passava por uma etapa de grande evolução quantitativa e qualitativa⁶⁸. As manifestações de cunho político ganhavam cada vez mais terreno junto às folhas impressas que sustentaram uma série de conflitos discursivos em verdadeira batalha através das palavras. Desenvolvia-se então um discurso político como um ato de comunicação que concerne mais diretamente aos atores que participam da cena política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Tal discurso leva à edificação de imaginários de filiação comunitária e dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos⁶⁹.

Nesse sentido, as construções discursivas de cunho político estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política constitui um dos lugares onde o discurso exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais

História de Portugal – o terceiro liberalismo (1851-1890). Lisboa: Verbo, 1986. v. 9; e SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira. *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Presença, 2004. v.10.

⁶⁸ Sobre a imprensa lusa de então, ver: CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941; PEREIRA, A. X. da Silva. *O jornalismo português*. Lisboa: Tipografia Soares, 1895; MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. *História do jornalismo português*. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta, 1996, p. 351-396; TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

⁶⁹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 40.

temíveis poderes, pois o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual os diferentes grupos pretendem se apoderar⁷⁰. Desse modo, o objetivo do discurso político é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo, refletindo-se assim, por meio das palavras, as ideias e atitudes. O discurso político está intimamente relacionado com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve. Tal luta é o jogo do significado, é o jogo da construção do antagonismo, ou seja, cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo e o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do significado do discurso do outro⁷¹.

Desenvolvia-se então em Portugal de final dos oitocentos, no que tange ao debate entre monarquismo e republicanismo, um discurso político-partidário caracterizado pela formulação de duas visões distintas e divergentes, uma, a do aliado/partidário e, outra, a do inimigo/ adversário, numa constante luta entre o “nosso” e o “do outro”. Tais discussões visavam a moldar a opinião pública, buscando atingir o mais diretamente possível o público leitor, numa clara manifestação dos efeitos da mídia⁷² de então. Nessa época se manifestava um jornalismo consideravelmente imbuído pela notícia, em oposição à anterior

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 1996, p. 9-10.

⁷¹ PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: _____. *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-52 e 55

⁷² TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo. In: _____. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000, p. 14.

hegemonia da imprensa de opinião, de modo que a informação é a principal preocupação e objetivo. Ainda assim, esse caráter informativo viria a transportar de imediato à polêmica sobre o conteúdo da informação, à sua verdade ou à sua manipulação⁷³, uma vez que o caráter tendencioso dos jornais não seria deixado de lado, cada qual defendendo suas específicas visões de mundo. O poder de convencimento do jornalismo de então se dava de forma ainda mais enfática e contundente, a partir do reconhecimento público dos homens de letras que serviam então às redações dos periódicos⁷⁴, que intentavam angariar ainda maior legitimidade ao discurso jornalístico de cunho político-partidário. Nesse quadro, *O Século* e o *Diário Ilustrado* representariam muito a contento o conflito discursivo em torno das ideias monárquicas e republicanas, levando em conta os acontecimentos no Brasil naquele final de 1889.

O Século foi fundado como órgão do partido republicano e viria a ser um dos mais importantes periódicos da história da imprensa portuguesa, dedicando suas páginas também à ampla difusão de informações, à divulgação de folhetins e à inovação dos números ilustrados de domingo, em edições especiais de oito páginas, além de promover constante aumento de tiragem. A expressão de suas convicções republicanas levaria por vezes a uma vigilância próxima, ou mesmo

⁷³ ALVES, José Augusto dos Santos. *O poder da comunicação*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005, p. 164.

⁷⁴ PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 426.

a atitudes coercitivas de segmentos governamentais. À virada do século, o periódico figurava como um dos jornais de maior prestígio no contexto luso⁷⁵, contando com amplo acolhimento público, para o que muito contribuiu o estado de efervescência em que se encontravam os ânimos políticos⁷⁶, e sua longa circulação se estenderia de 1881 a 1983⁷⁷.

Em seu “número-programa”, lançado “ao país”, em 1880⁷⁸, o jornal fazia uma apresentação fortemente vinculada à sua natureza político-partidária. Afirmava o periódico que os partidos monárquicos estavam vivendo uma vida emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem caráter, num quadro em que, a tal imensa reação conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira, convinha opor uma grande e uma sólida ação democrática de verdade, de justiça e de sinceridade, de modo que para isso teria sido fundado *O Século*, ou seja, para ser justo, verdadeiro e independente. Segundo a concepção da folha republicana, a sociedade portuguesa, no jogo desconjuntado das suas instituições representativas e das corporações viciadas, tenderia fatalmente a dissolver-se por uma completa ausência de convicções sérias e por uma absoluta escassez de educação científica e profissional.

⁷⁵ TENGARRINHA, op. cit., p. 234, 237, 255 e 258-259.

⁷⁶ BESSA, Alberto. *O jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904, p. 173.

⁷⁷ RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001. v. 2, p. 271.

⁷⁸ O SÉCULO. Número programa – 1880, p. 1.

De acordo com a publicação, diante das circunstâncias descritas, para que um jornal estivesse coadunado com o seu tempo e a sua época, bem como para destruir o egoísmo pessoal em que tudo se baseava, para honrar o trabalho e a consciência humana, para ser cidadão útil, para ser mais alguma coisa do que uns simples imitadores, sem brio e sem iniciativa, passava a ser publicado *O Século*, que considerava a si mesmo como uma publicação de combate e de bom senso. Concluindo sua apresentação, o periódico destacava que seus intentos seriam os mesmos do passado e os do futuro, quer seja, transformações amplas e radicais no organismo político nacional, a moralidade nos homens e o senso comum e justiça nos governos. Diante de tais metas, o jornal afirmava que se conseguisse cumpri-las, já teria preenchido uma altíssima missão de progresso e de civilização.

A instauração da república no Brasil seria recebida com grande entusiasmo pelo *Século*. Já no dia seguinte a tal mudança, diante das dúvidas que ainda pairavam no ar, o jornal publicava a manchete em forma de interrogação – “Proclamação da república no Brasil?” –, divulgando breve nota na qual relatava que um amigo recebera no dia anterior um telegrama que dizia: “República proclamada sem conflitos”⁷⁹. Já na edição seguinte, a folha republicana se mostrava

exultante com a certeza da mudança institucional no Brasil, estampando em letras garrafais, na primeira página e logo abaixo do título, a exclamação “Viva a

⁷⁹ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.791, 16 nov. 1889, p. 1.

República Brasileira!”, e destacava que a sua redação enviara telegrama a um líder do movimento rebelde, saudando a nascente república⁸⁰.

O teor de exultação marcava também o texto da edição que noticiava aquela mudança, afirmando a folha que acabara de ser finalmente proclamada a república no Brasil, de modo que, ao império, tornado impossível e intolerável ao generoso povo brasileiro, sucedera a política instituição dos homens livres e a pura democracia. Referindo-se à abolição da escravidão, o jornal considerava que a alteração da forma de governo trazia por significado um avanço ainda maior da liberdade, e que a terra onde havia pouco se proscivera a condição servil das raças africanas não poderia continuar por largo tempo a consagrar a servidão política ao arbítrio supremo de um ditador dissimulado nas enganosas aparências da soberania constitucional. A aversão do *Século* à monarquia ficava extremamente evidenciada, como ao destacar que se expungira finalmente da Carta do Novo Mundo aquela mácula, que infamava, com uma exceção contranatural e odiosa, a civilização da América, pois fora obliterada a tradição que ainda vinculava uma vasta região americana à sujeição monárquica de uma família privilegiada⁸¹.

A folha republicana lusa lembrava o axioma expresso pelo presidente norte-americano Monroe de que a América só pertencia aos americanos, e considerava que na concisa expressão desse aforismo ia naturalmente consubstanciado o pensamento de que a América, a terra da virgem e grandiosa

⁸⁰ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

⁸¹ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

natureza, a terra do futuro, a segunda pátria da civilização na humanidade, não poderia consentir as decrépitas instituições e os preconceitos. Segundo o jornal, a monarquia seria sempre uma incomparável infração ao direito, à igualdade, à justiça e à dignidade dos cidadãos, qualificando tal forma de governo como despotismo ou ditadura, às vezes mansa e hipócrita, e em outras, arrogante e insolente, ainda mais diante da inaceitável situação de milhões de homens obedecerem, pela intimação do direito hereditário e da missão divina dos monarcas, a um só homem, muitas vezes inapto para tal missão⁸².

Inevitavelmente, *O Século* utilizava os acontecimentos no Brasil para expressar seu espírito antimonárquico ante a conjuntura portuguesa. Para o periódico, os brasileiros, ou os portugueses da América, mais esforçados ou mais favorecidos, mais briosos ou mais felizes do que os seus irmãos da Europa, conseguiram implantar nas terras de Santa Cruz a suspirada instituição. Na mesma linha, afirmava que, se ainda não se fundara em Portugal a república, se poderia considerar com orgulho que, da velha e viciosa instituição monárquica lusa, viera a desentranhar-se, além dos mares, uma nova democracia, a cuja sombra viria a desenvolver-se e prosperar na sua riqueza e cultura o generoso povo brasileiro. Sem meias palavras, a folha exortava que se Portugal, no passado, levara ao Brasil a monarquia e a escravidão, pudesse agora este país inspirar com a sua audaz resolução a metrópole de outras eras, dando como retorno o exemplo da liberdade com a república⁸³.

⁸² O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

⁸³ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.792, 17 nov. 1889, p. 1.

Buscando contrariar várias manifestações que, em outras publicações portuguesas, consideravam a mudança da forma de governo brasileira como uma surpresa, para o *Século* tal acontecimento não fora tão inesperado como a primeira vista poderia parecer. De acordo com o periódico, a organização e o entusiasmo do partido republicano no Brasil teriam sido decisivos para a concretização daquela alteração, e que, para tais partidários, tudo já estaria inteligentemente previsto. Além de exaltar com ardor a ação dos republicanos, o jornal buscava apontar alguns dos erros na atuação do monarca brasileiro, como fatores aceleradores da mudança pela qual a monarquia brasileira arrebentara-se e passara ao livro dos registros mortuários, tornando-se a república um fato consumado⁸⁴.

A folha partidária da república também contradizia outros jornais que renunciavam os riscos que a forma republicana poderia trazer à unidade territorial brasileira. O periódico destacava que os monarquistas vaticinavam o antagonismo e a luta civil entre as províncias, e respondia que estas, agora estados de uma federação, teriam aderido espontaneamente ao grande movimento nacional. Ainda lembrava que, embora os opositores à república augurassem tremendas perturbações econômicas e sociais, a ordem reinava mais assegurada do que antes e a autoridade adquiria, pelo consenso livre e o dedicado apoio dos cidadãos, a plenitude e a força benéfica do poder. No mesmo sentido, explanava que os jornais monárquicos clamavam que a república viria a ser o desmembramento do Brasil, e que já não mais perderia tempo discutindo

⁸⁴ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.793, 18 nov. 1889, p. 1.

tal perspectiva, considerada uma tolice, a qual estaria a revelar ou uma absoluta ignorância das doutrinas políticas, que confundia autonomia com desmembramento, ou uma suprema má fé, que os levava a mentir capciosamente para a ilusão dos ingênuos⁸⁵.

O Século aplaudia a forma pacífica pela qual se instaurara a república no Brasil e fazia questão de chamar atenção para o temor que tal alteração estaria a surtir junto aos regimes monárquicos, o que teria feito com que fossem lançados improperios contra a jovem república. Diante disso, o jornal exclamava que, apesar das injúrias, a república seguia a sua marcha e o Brasil intimara as monarquias européias à sua derradeira condenação e vaticinava que deveria ser aprendido naquele fausto exemplo como as monarquias adormeciam, tendo à cabeceira a coroa e as insígnias da majestade e, ao cabo de um sonho de fantasiado amor e devoção de um povo inteiro, acordavam, tendo junto de si a república a dizer mansamente que era chegada a hora de restituir a soberania à nação, sobre a qual exercera o seu domínio. Na perspectiva do periódico, a vitória da república naquela forte nação, filha diletta e primogênita de Portugal, ensinara aos republicanos portugueses como a fé ardente na pura democracia, a perseverança na pregação, a discrição aliada à fortaleza, a disciplina com plena consciência, a porfia sem temeridade e a moderação sem tibieza, auxiliadas pelos erros da monarquia e pela corrente republicana que ia arrastando no seu

⁸⁵ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.795, 20 nov. 1889, p. 1-2.

curso as decrépitas instituições, poderiam reproduzir um dia em outros climas o grande acontecimento do Brasil⁸⁶.

Referindo-se à coincidência de datas, a publicação republicana lusa lembrava que a nova forma de governo no Brasil nascera no ano do centenário da Revolução Francesa, outro movimento que levara em frente os anseios republicanos. Mais uma vez a folha usaria tal mudança como exemplo a ser seguido, transmitindo à Europa a ideia da emancipação, a qual deveria ser respondida com a expressão: “avante, pela república!”⁸⁷. As correlações entre o contexto brasileiro e o de Portugal continuariam a ser utilizadas como estratégia discursiva pela folha, como na matéria “Lição desaproveitada”, na qual afirmava que era sabido que uma das causas da proclamação da república no Brasil fora a perseguição sistemática aos militares, sobretudo aos de alta graduação,

⁸⁶ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.799, 24 nov. 1889, p. 1.

⁸⁷ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.801, 26 nov. 1889, p. 1. Nessa linha, o jornal afirmava: “Republicano, o Brasil já não poderá considerar-se daqui em diante um país isolado no seio da América, representando as velharias monárquicas que, na Europa, só têm concorrido para o retrocesso político e para a tirania mansa exercida no espírito timorato e irresoluto das massas populares. Republicano, o Brasil apressará o advento da república portuguesa, porque os nossos irmãos de além-mar, homens de mãos calejadas e de origem plebéia, hão de ser levados pelo patriotismo e pelo orgulho da sua raça a fazer causa comum com o movimento democrático que se acentua no nosso país, movimento que é preciso fazer crescer para que a honra e a independência de Portugal não corram o risco de afundar-se no mar eminente de uma bancarrota que a monarquia nos vem de há muito traiçoeiramente preparando. Que levantem o seu protesto e se emancipem da tutela realista todos quantos têm interesses ligados a esta boa terra portuguesa, explorada há meio século por um constitucionalismo gêmeo daquele que os nossos irmãos do Brasil acabam de expulsar, gloriosa e heroicamente, do seu território colossal e majestoso!”

promovida pelos poderes estabelecidos, quando os sabiam aderentes aos princípios republicanos. Diante de tal constatação, o jornal manifestava seu desejo de que as suas consequências naturais não se fizessem esperar, e que a nação portuguesa pudesse incruentamente investir-se no uso pleno e pacífico da sua soberania até então burlada⁸⁸.

Sempre combativo, *O Século* criticava ardorosamente qualquer possibilidade de intervenção europeia no sentido da retomada monárquica no Brasil, argumentando que a América passara a ser, em todos os seus governos independentes e autônomos, uma vasta confederação republicana, solidária pelos vínculos morais. Nesse quadro, segundo o jornal, uma possível cruzada contra a nova república no Brasil seria uma afronta e uma provocação aos países americanos, mormente aos Estados Unidos que reagiriam diante da mesma. Imputando práticas autoritaristas às monarquias, a folha trazia à baila mais uma vez as possíveis consequências dos acontecimentos no Brasil em relação ao continente europeu, afirmando que, não podendo afogar na terra brasileira a nascente democracia, os governos monárquicos poderiam pensar que o perigoso exemplo só seria conjurado em seus próprios territórios pelas providências profiláticas e pela higiene cautelosa da repressão e do terror⁸⁹.

Ao longo do último mês de 1889, *O Século* continuaria a dar amplo destaque à mudança na forma de governo brasileira. A presença de D. Pedro II em Portugal foi noticiada de forma tênue e brevemente descritiva, ressaltando a

⁸⁸ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.805, 30 nov. 1889, p. 1.

⁸⁹ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.806, 1 dez. 1889, p. 1.

tristeza do soberano decaído principalmente pelas perdas que sofrera, fazendo sempre questão de referir-se a ele como “ex-imperador” ou “imperial exilado”⁹⁰. A exultação com os acontecimentos no Brasil permaneceria ao longo de várias edições, inclusive com matérias que retomavam o tema, descrevendo em pormenores os fatos desencadeados no dia 15 de novembro daquele ano⁹¹. Na perspectiva de continuar travando analogias entre a alteração institucional no Brasil e o contexto português, o jornal publicou a matéria “A revolução brasileira e as liberdades em Portugal”, na qual afirmava que os aduladores da monarquia estavam experimentando naquele momento duas impressões estranhas e imprevistas, lisonjeando a realeza decaída, ao mesmo tempo em que maldiziam a revolução triunfante, diante do que reagia ao exortar que a revolução republicana no Brasil deveria servir de lição a todos os governos e a todas as instituições. Ao mesmo tempo, a folha noticiava constantemente as manifestações de apoio e adesões à nova república americana⁹².

O jornal republicano português apresentava-se mesmo como um ativo participante na alteração institucional brasileira, chegando a divulgar telegrama de autoridade pública saudando e agradecendo os grandes serviços prestados pela sua redação à causa dos Estados Unidos do Brasil. Ao mesmo

⁹⁰ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.808, 3 dez. 1889, p. 1; O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.813, 8 dez. 1889, p. 1. Com ironia, o jornal tratava do exílio de Pedro II e, mais uma vez, vaticinava que o exemplo poderia ser seguido por outras nações, ao dizer: “E isto que aconteceu com este velho, aconteceria amanhã com o mais novo dos monarcas, se a revolução o derrubasse. Ai! pobres reis que crêem na sinceridade dos cortesãos, e que chegam a crer na afeição dos áulicos!...”

⁹¹ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.814, 9 dez. 1889, p. 1.

⁹² O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.815, 10 dez. 1889, p. 1

tempo o periódico insistia na afirmação de que se mantinha firme e gloriosa esta república sul-americana⁹³, buscando assim contradizer àqueles que chamava de especuladores monárquicos que, com fins mais financeiros que políticos, vinham se entretendo em espalhar boatos aterradores acerca da ordem pública no Brasil, diante do que desmentia-os peremptoriamente⁹⁴. Na mesma linha, a folha atuava no sentido de desconstruir, ponto a ponto, várias das premissas entabuladas em manifestações públicas de monarquistas brasileiros⁹⁵, bem como acusava e repelia uma possível atitude do imperador emigrado e seus seguidores de estarem organizando em Lisboa um centro de reação contra a república do Brasil, destacando que o governo republicano brasileiro permanecia resolvido a suportar qualquer ação da família destronada que estaria a cometer um redobrar de fúrias contra a revolução brasileira⁹⁶.

Já nos últimos dias de 1889, o *Século* retomava a premissa pela qual a queda do império brasileiro não surpreendera ninguém, uma vez que a monarquia na Velha Europa não tinha bases naturais, nem culto, nem o vigor dos princípios, que seriam os grandes e poderosos esteios das instituições, e, na América, arrastara-se na vida triste e desconfortada do pedinte, que se sustentava da caridade, do favor ou da generosidade⁹⁷. Mantendo seus constantes embates, o jornal insistia em atacar aqueles que denominava

⁹³ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.824, 19 dez. 1889, p. 1.

⁹⁴ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.825, 20 dez. 1889, p. 1.

⁹⁵ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.826, 21 dez. 1889, p. 1.

⁹⁶ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.828, 23 dez. 1889, p. 1.

⁹⁷ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.831, 27 dez. 1889, p. 1.

caluniadores da república brasileira, ao dizer que não eram para estranhar as insidiosas suspeições com que os monarquistas em Portugal procuravam persuadir de que a república lutava já desde o seu berço com insuperáveis contradições nas terras do Brasil, ao que contradizia, explicando que tal forma de governo estava fundada e a restauração monárquica seria ali tão impossível como a volta dos Bourbons ou dos Bonapartes na França ou como a ressurreição do senhorio britânico no solo abençoado e fecundíssimo da poderosa democracia norte-americana. Nas páginas do periódico eram seguidamente divulgadas as correspondências trocadas entre os seus redatores e autoridades públicas brasileiras, bem como cartas favoráveis à extinção da monarquia no Brasil e saudações oriundas de diferentes partes de Portugal à jovem república brasileira⁹⁸.

Do outro lado do conflito discursivo, como um dos tantos representantes da imprensa portuguesa de cunho monarquista, esteve o *Diário Ilustrado*. Fundado em 1872, esse jornal progressivamente se afirmaria como uma importante publicação. Diferenciava-se em relação a muitas das demais folhas então em circulação exatamente por ter ilustrações, trazendo a público diariamente retratos de personagens e gravuras de paisagens e acerca de usos e costumes. Ainda que se anunciasse como uma folha independente, o *Diário* foi um ardoroso defensor da monarquia e chegou muitas vezes a ser qualificado com adjetivações pejorativas de parte de outros jornais, tendo em vista seu

⁹⁸ O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.833, 29 dez. 1889, p. 1; O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.834, 30 dez. 1889, p. 1; O SÉCULO. Lisboa, ano 9, n. 2.835, 31 dez. 1889, p. 1.

extremado governismo, de modo que, mesmo em períodos de maior repressão às atividades jornalísticas, continuaria a conseguir manter sua circulação⁹⁹, a qual se estendeu desde aquele ano até 1910¹⁰⁰.

O *Diário Ilustrado* também se utilizou da estratégia de lançar uma edição a título de “número-programa”¹⁰¹, em junho de 1872, no qual destacava que começaria a circular no primeiro dia do mês seguinte. Anunciava que sairia todos os dias do ano, sem exceção, e buscava demarcar seu caráter diferenciado no que tange a estampar motivos iconográficos, prevendo que cada número traria sempre uma ou mais gravuras executadas pelos principais artistas nacionais e estrangeiros. Divulgava também que seria utilizado o melhor papel para publicações daquele gênero, e que o tipo seria renovado duas ou três vezes por ano, para que o jornal fosse sempre perfeitamente impresso. Para além das condições técnicas, o periódico destacava as secções que pretendia levar a público: Boletim do dia, Notícias de Lisboa, das províncias e do estrangeiro, Revista política da Europa, Revista literária e teatral, Descrição das gravuras e Folhetins.

Já no que tange à parte ilustrada, o jornal anunciava que publicaria retratos de todos os homens mais notáveis de Portugal e do estrangeiro; vistas e monumentos mais célebres de Portugal, Brasil, Espanha, França, entre outros; desenhos reproduzindo os acontecimentos mais notáveis da semana ou do mês;

⁹⁹ TENGARRINHA, 1989, p. 258.

¹⁰⁰ RAFAEL; SANTOS, 2001, v. 1, p. 257.

¹⁰¹ DIÁRIO ILUSTRADO. Número programa – jun. 1872, p. 1.

desenhos de modas copiados dos principais jornais de Paris e Londres, de forma que pudesse o leitor prescindir da assinatura dos jornais estrangeiros do gênero; uma revista mensal ilustrada e tipos populares devidos aos humorísticos lápis de caricaturistas da época; brasões de armas de todas as terras de Portugal, acompanhados do resumo do foral em que foram concedidas, e plantas e cartas topográficas, sempre que alguns acontecimentos importantes as tornassem necessárias.

Nesse “número-programa”, o *Diário Ilustrado* já publicou o Boletim do dia, no qual afirmava que, ao alistar-se nas honradas fileiras do jornalismo, não tinha que hastear o seu pendão político, e que não pretendia entrar na liça para servir aos interesses de nenhum partido. Explicava, entretanto, que tal posição não significaria uma sistemática abstenção de expender as suas opiniões acerca dos negócios que interessavam ao país, uma vez que considerava o indiferentismo político como um delito social, o qual a imprensa não poderia instigar com o exemplo ou com o conselho. Declarava que, se o jornalismo tinha uma missão civilizadora a cumprir, buscando esclarecer o público com o facho luminoso da razão e da ciência, nenhum assunto lhe poderia nem deveria merecer mais a atenção do que aquele que se referia à vida nacional, de modo que era estimulando os leitores a se interessarem pelo bem da pátria, quer no progresso intelectual, quer no desenvolvimento da indústria, do comércio, quer no estudo dos conhecimentos econômicos, sociais e administrativos, quer enfim no constante movimento que resultava da aplicação dos princípios à gerência dos negócios públicos, que se poderia educar os bons e prestimosos cidadãos e

preparar os elementos para tornar-se realizável a descentralização do poder, considerada como o grande desiderato da escola liberal, a qual buscava implantar, sem sofismas, nos países cultos, o governo do povo pelo povo.

De acordo com essa perspectiva, o *Diário* opinava que, se um jornal, mesmo que noticioso, se abstivesse de desassombradamente expor as suas ideias sobre as questões políticas, ou discutindo-as no campo dos princípios, ou contestando-as na sua aplicação prática, não representaria mais do que uma inutilidade ou uma hipocrisia. Dessa forma, a inutilidade se daria mesmo quando a abstenção da folha fosse sincera, pois, recusando-se a cumprir uma das mais importantes partes da sua missão, ficava limitada a apenas rivalizar com as folhas avulsas, nas quais outrora os cegos apregoavam pela cidade os acontecimentos pavorosos que estimulavam a curiosidade pública. Já a hipocrisia estaria a ocorrer quando, sob o pretexto do indiferentismo afetado, a publicação fosse servindo aos interesses de uma facção, esquivando-se à responsabilidade que a cada um cabia pelas ideias que sustentava ou pelas doutrinas que advogava.

Em relação a essas duas tendências, o periódico garantia que seguiria um outro caminho, anunciando que buscava ser imparcial no julgamento dos homens e dos seus atos, prestando homenagem a cada um, sem lhes indagar as procedências, sem se deixar influenciar pelo espírito apaixonado das facções que tinham razão de existir e que eram até úteis, na grande luta em que se empenhavam os órgãos dos diferentes partidos militantes, mas que, num jornal que não vinha à arena das discussões pugnar sob o pendão de nenhum partido,

acima de inúteis, seriam condenáveis. Considerava, ainda, que a honestidade dos homens públicos lusos e o seu empenho em bem servir à pátria estariam a autorizar o jornalismo independente a fazer justiça a todos, sem vislumbres de servilismo, e ficando-lhe a liberdade plena de aplaudir ou condenar os seus atos, segundo o consciencioso critério, com que deveriam ser julgados.

A primeira notícia sobre a proclamação da república no Brasil expressa no *Diário Ilustrado* foi editada na forma de uma dúvida quanto à mudança institucional brasileira, tratada ainda como um boato, mas já nessa breve nota o jornal demonstrava suas convicções quanto à substituição da monarquia pela república, afirmando que custava acreditar que o grande império tivesse se lançado nas aventuras da república, nos últimos dias da vida de um soberano que todo se dedicara à felicidade do seu povo¹⁰². No dia seguinte, a folha permanecia reticente quanto aos acontecimentos no Brasil, destacando que houvera uma revolução republicana circunscrita ao Rio de Janeiro e que não se espalhara pelo país, e mantinha sua posição, manifestando sua convicção de que tal revolução seria sufocada mais cedo ou mais tarde pelos poderes constituídos, permanecendo Pedro II no trono como o mais indefesso promotor dos progressos e liberdades nacionais¹⁰³.

Três dias após a proclamação, o *Diário* viria a reconhecer que a revolta republicana fora vencedora no Rio de Janeiro, enfatizando que esta só surtira efeito graças ao apoio militar. Explicava que ainda fazia falta uma quantidade

¹⁰² DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.969, 16 nov. 1889, p. 2.

¹⁰³ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.970, 17 nov. 1889, p. 2.

maior de informações sobre os acontecimentos e opinava que era duvidoso o destino da nova forma de governo. O jornal explicitava seu receio de que o grande império americano entrasse, por efeito de uma aventura política, naquela instabilidade de governos que paralisa todos os aumentos de riqueza pública e todos os progressos sociais. Advertia que o Brasil poderia se governar como entendesse e quisesse, mas que aquela publicação, monárquica por convicção, não deixaria de ver um perigo na transformação política que acabara de se operar¹⁰⁴. No mesmo sentido, o periódico opinava que a mudança institucional no Brasil só ocorreria pelos vaivéns do destino, de modo que o imperador fora derrubado somente pelo uso da força, vendo-se obrigado a sair de seu país de forma desrespeitosa, inclemente, desapiedada e cruel, sem que fossem lembradas suas virtudes comprovadas, seus serviços valiosos e suas bondades incomparáveis, num ato qualificado como de desumanidade e ingratidão de parte do povo brasileiro¹⁰⁵.

Somente a 20 de novembro, após a adesão das demais províncias brasileiras, o *Diário Ilustrado* aceitaria o triunfo da causa republicana no Brasil, mas continuava a considerar surpreendentes os acontecimentos que se desenrolavam neste país, e colocava em dúvida as notícias dele vindas, tendo em vista que os novos detentores do poder estavam de posse dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, a folha negava qualquer tipo de repercussão desse movimento republicano em Lisboa e qualificava tais rumores como

¹⁰⁴ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.971, 18 nov. 1889, p. 2.

¹⁰⁵ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.972, 19 nov. 1889, p. 2.

profundamente falsos e cômicos¹⁰⁶. A partir de então, o jornal por diversas vezes passaria a destacar fragmentos de textos oriundos de vários representantes da imprensa acerca dos episódios desencadeados no Brasil a partir do 15 de novembro. Além disso, o periódico viria a contradizer os despachos emitidos pelo governo brasileiro, que apresentavam a situação como sendo a mais favorável, citando indicações de que nem tudo marchava tão bem como aqueles interessados pretendiam, apontando mormente para perseguições e agitações que estariam acontecendo no Brasil¹⁰⁷. A publicação monarquista lusa permaneceria editando transcrições de vários outros jornais, principalmente estrangeiros, mas não deixava de considerar que junto à jovem república nem tudo corria tão bem quanto os novos detentores do poder buscavam demonstrar¹⁰⁸.

A vinda e a permanência em Portugal do imperador brasileiro apeado do trono seria um tema profundamente destacado pelo *Diário*. Embora tivesse chegado a publicar o retrato e uma pequena biografia de dois históricos representantes do republicanismo brasileiro¹⁰⁹, não deixava de lado suas filiações monárquicas, lançando também uma edição na qual estampava uma gravura com efígie de Pedro II, ocupando boa parte da primeira página, portanto

¹⁰⁶ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.973, 20 nov. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.974, 21 nov. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.975, 22 nov. 1889, p. 2.

¹⁰⁷ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.978, 25 nov. 1889, p. 2.

¹⁰⁸ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.981, 28 nov. 1889, p. 2.

¹⁰⁹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.987, 4 dez. 1889, p. 1; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.988, 5 dez. 1889, p. 1.

bem maior do que aquelas dedicadas aos republicanos, além de várias colunas alusivas ao soberano decaído¹¹⁰. No número seguinte, o periódico transcrevia várias notícias acerca do Brasil, aproveitando-se das informações dos jornais recém-chegados, além de publicar mais uma página especial onde figuravam D. Pedro II, sua esposa e um neto¹¹¹.

As matérias acerca dos acontecimentos no Brasil continuariam a ser recorrentes nas edições do *Diário Ilustrado*, restringindo-se, normalmente, a fazer transcrições e a descrever aqueles episódios. Além disso, a família imperial brasileira ocuparia muitas colunas do jornal ao longo de dezembro de 1889. Breves biografias e retratos de membros do novo ministério brasileiro também viriam a estampar as páginas do periódico, mas, ao mesmo tempo, manifestos redigidos por monarquistas brasileiros eram transcritos na íntegra pela publicação portuguesa¹¹². A postura mais descritiva da folha não significava passividade plena diante das manifestações das publicações lusas de cunho republicano em favor da causa brasileira. Nesse sentido, o *Diário* buscou menoscabar e até ridicularizar as conexões entre os partidários do republicanismo nos contextos luso e brasileiro, além de tecer severas censuras aos representantes da imprensa portuguesa vinculados ao ideário

¹¹⁰ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.991, 8 dez. 1889, p. 1-2.

¹¹¹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 5.992, 9 dez. 1889, p. 1-2.

¹¹² DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.0003, 20 dez. 1889, p. 1; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.004, 21 dez. 1889, p. 1-2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.006, 23 dez. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.009, 26 dez. 1889, p. 2; DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.010, 27 dez. 1889, p. 2.

antimonárquico que, segundo o *Ilustrado*, pretendiam que as folhas opositoras à república se calassem acerca dos fatos no Brasil para não colocar em risco a colônia portuguesa ali residente, o que, de acordo com o jornal, seria inaceitável e prova irrefutável das tendências autoritárias e jacobinas das forças republicanas¹¹³.

Assim, esta brevíssima amostragem exemplificativa na forma de dois estudos de caso permite o conhecimento de um microcosmo bem representativo do que foi o universo de reações da imprensa portuguesa diante da proclamação da república no Brasil. De um lado o combativo *O Século* dando o mais amplo destaque aos acontecimentos no Brasil, inclusive em termos gráficos, já que praticamente todos os fatos brasileiros ganhavam espaço na primeira página, muitas vezes como matéria editorial e até com grande manchete. Para essa folha, a república no Brasil trazia por significado o incremento à sua campanha em prol da mudança na forma de governo também no contexto português. Já o

¹¹³ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, ano 18, n. 6.009, 26 dez. 1889. p. 2. Sob o título de “Republicanos originais”, o *Diário* afirmava: “Lemos amiúde nos jornais republicanos cá da nossa terra, que todos devemos estar muito caladinhos sobre os acontecimentos no Brasil. Nada de críticas: nem um *oh* de admiração, nem sequer um *ai* de sofrimento. E os republicanos cá da nossa terra explicam-se, dizem as razões e expõem os motivos por que se deve abrir uma exceção à liberdade que cada um deve ter de manifestar o seu pensamento, liberdade que para eles não tem limites, excetuando a crítica que incida sobre o pronunciamento de 15 de novembro: é para que a colônia portuguesa no Rio de Janeiro não sofra as consequências da opinião que possam ter alguns dos jornais portugueses. Ora, este conceito, devemos confessar, traduz a fatura da gente jacobina da nossa pátria estremecida; é uma fotografia de como eles são feitos por dentro, nos pensamentos e nas ideias; dá a medida da sua *liberdade*, mostra como os de cá, conhecendo-se, avaliam e compreendem os de lá”

Diário Ilustrado seria bem mais comedido na cobertura dos episódios desencadeados no Brasil, uma vez que, apesar de acompanhá-los diariamente, tais notícias ocupavam rotineiramente a segunda página, sobressaindo um caráter mais descritivo que opinativo. Defensor da monarquia, o *Diário* abordava as mudanças no Brasil por um prisma negativo, qualificando-as como uma aventura política, um acaso do destino ou uma surpresa, buscando apontar para os possíveis malefícios que tais alterações poderiam trazer à ex-colônia lusa.

Esta introdutória amostra reflete o quanto foi relevante a mudança na forma de governo brasileira para o acirramento do conflito discursivo entre republicanismo e monarquismo em Portugal, desencadeando-se um processo histórico que encontraria significativo eco através da imprensa. Exaltar a alteração institucional no Brasil, aplaudi-la, apoiá-la, vê-la com desconfiança, censurá-la, contradizê-la ou mesmo combatê-la foram apenas algumas das reações advindas da sociedade lusa que os jornais registrariam de modo recorrente. As comparações, conexões e inter-relações estabelecidas entre o caso brasileiro e o português seriam inevitáveis e sustentariam por vários anos construções discursivas conflitantes. Apesar de uma sobrevivência prolongada ainda por dois decênios, a já abalada monarquia portuguesa sofreria mais um revés com a deflagração da república no Brasil, a qual se somou ainda a outros episódios que se seguiriam, como as amplas manifestações lusófbas ocorridas no Brasil, os desentendimentos diplomáticos e a própria ruptura luso-brasileira, fatores que, de algum modo, contribuiriam para enfraquecer ainda mais a forma de governo reinante em Portugal. Aquele final de ano de 1889 constituiria

assim mais um passo decisivo na batalha monarquia X república que se arrastaria pelas décadas seguintes no âmago do jornalismo e no seio da nação portuguesa. Era como se fosse um espelho às avessas, no qual um país olhava para o outro e tentava enxergar-se republicano ou monarquista e a imprensa emoldurava os reflexos, reproduzindo imagens positivas ou negativas e tecendo representações discursivas, de acordo as filiações político-ideológicas então em voga¹¹⁴.

¹¹⁴ Publicado originalmente em: *Historiæ*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011, v. 2, n. 2, p. 25-42.

REPRESENTAÇÕES DAS ATIVIDADES
JORNALÍSTICAS EM PERIÓDICOS
ILUSTRADO-HUMORÍSTICOS
CARIOCAS E LISBONENSES

A expressão da arte caricatural por meio da imprensa constituiu um fenômeno editorial que ganhou o gosto do público leitor em termos mundiais. A caricatura é composta de traços, desenhos e gravuras que representam pessoas, figuras ou fatos de forma grotesca, cômica ou satírica. A palavra deriva-se de *caricare*, no sentido de fazer carga contra alguém ou sobre alguma coisa. Como uma arte inovadora e influente, a exemplo dos grandes satíricos da literatura universal, a caricatura se mantém no tempo com seu conteúdo contundente e inesgotável de humor. Nesse quadro, o caricaturista é o autor, o criador, aquele que traça ou faz caricatura. Esse artista possui estilo próprio e se realiza, especialmente, não por ser exímio desenhista, mas por saber expressar em traços, sinais, desenhos, a natureza crítica da caricatura, demonstrando a capacidade de elaborar e celebrar, com manchas sumárias, figuras, para cuja fisionomia contribui de forma grotesca, burlesca ou simplesmente ridícula¹¹⁵.

Tal arte busca apreender um movimento, por vezes imperceptível, tornando-o visível a todos os olhos, além de aumentá-lo, vindo a obrigar os seus modelos a fazerem caretas como eles próprios as fariam. Desse modo, o desenhista de caricaturas adivinha, por debaixo das harmonias superficiais da forma, as revoltas profundas da matéria, pondo em evidência desproporções e deformidades que poderiam ter existido na natureza em estado de veleidade,

¹¹⁵ BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 63-64.

mas que não puderam concretizar-se, recalcadas por uma força maior. A arte caricatural tem qualquer coisa de diabólico, pondo em evidência o demônio que venceu o anjo. Ela constitui uma arte que exagera e por isso é que se dá uma definição muito errada quando se lhe assinala como fim um exagero, uma vez que existem caricaturas mais parecidas do que retratos, caricaturas onde mal se nota o exagero e inversamente também se pode exagerar ao máximo sem obter um verdadeiro efeito de caricatura. Assim, para que o exagero seja cômico torna-se necessário que apareça não como um fim, mas como um simples meio de que o desenhador se serve para tornar manifestas aos olhos as contorções que ele vê esboçarem-se na natureza, ou seja, é esta contorção que importa e que interessa¹¹⁶.

Ao assumir uma dimensão social, a caricatura se torna uma arte autônoma, voltando-se ao espírito crítico que tende a julgar a sociedade nos seus mais variados setores¹¹⁷. No sentido de demarcar sua força, a caricatura trouxe consigo o desprendimento de artistas/humoristas para brincar com a mágica da criação, fazer esses bonecos divertidos e interrogá-los sobre o seu caráter e sobre a sua alma¹¹⁸. A caricatura se consolidou ao estabelecer-se como uma das formas de expressão da imprensa e, nesse contexto, o caricaturista, ao registrar o momento histórico, o fato político significativo do dia, vem a compor,

¹¹⁶ BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. 2.ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1993. p. 31-32.

¹¹⁷ MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 304.

¹¹⁸ GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 364.

de certa maneira, um aspecto da personalidade de seu jornal, assim como identifica uma tendência, firma uma posição¹¹⁹. A arte caricatural proporciona uma contribuição fundamental ao debate político, desmistificando o poder e incentivando o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado¹²⁰.

A eficiência da caricatura depende da capacidade que tenha seu realizador de apreender e apresentar as características mais marcantes de uma pessoa, de um personagem ou de uma situação. Nesse sentido, a caricatura torna-se um trabalho de imitação da realidade elaborado a partir de uma certa faculdade criadora, de modo que, quanto mais sofisticada for a caricatura, de menos elementos precisará para passar a sua mensagem. Assim, melhor será aquela caricatura que for capaz de passar através de uma simples expressão fisionômica ou mesmo de um gesto aquilo que compõe a essência do caricaturado. Sua eficácia humorística também depende da familiaridade que o observador tenha com o tema para que se possa estabelecer a cumplicidade necessária entre ele e o caricaturista¹²¹.

¹¹⁹ LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. In: *Revista USP*, set., out. e nov. 1989, p. 64.

¹²⁰ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 121.

¹²¹ LUSTOSA, Isabel. Caricatura. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez & STARLING, Heloisa Maria Murgel (orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 232. Contextualização elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Venturas e desventuras de um caricaturista no sul do Brasil: estudos acerca de Thadío Alves De Amorim*. Lisboa; Rio Grande; CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2022. p. 7-9.

Em meio às tantas estratégias e formas de representação utilizadas pela arte caricatural para expressar seus fundamentos, esteve a alegoria. As construções alegóricas constituem uma figuração que toma com maior frequência a forma humana, mas também pode ser relacionada a um feito heroico, a uma determinada situação, a uma virtude ou a um ser abstrato. Elas exprimem uma operação racional, constituindo uma figuração, em um mesmo nível de consciência, daquilo que já pode ser bem conhecido de uma outra maneira¹²². Desse modo, a alegoria traz consigo um conceito já bem racionalizado, sendo constituída para designar realidades concretas. Os elementos da categoria podem também retornar a seu estado simbólico em determinadas circunstâncias, ao ser captados como tais pelo inconsciente. Surge então um campo intermediário entre as imagens criadas consciente e inconscientemente¹²³. Este ensaio aborda as representações alegóricas e outras formas de designação em torno das práticas jornalísticas realizadas por periódicos ilustrado-humorísticos de existência fugaz, editados no Rio de Janeiro e em Lisboa, na virada do século XIX ao XX¹²⁴.

No primeiro trimestre de 1895 circulou no Rio de Janeiro a revista *A Notícia Ilustrada*, publicação que abordava temáticas socioculturais e realizava

¹²² CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. xvi.

¹²³ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 37-38.

¹²⁴ Contextualização a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Alegorias do jornalismo na imprensa ilustrada e humorística porto-alegrense e pelotense*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2024 p. 8-12.

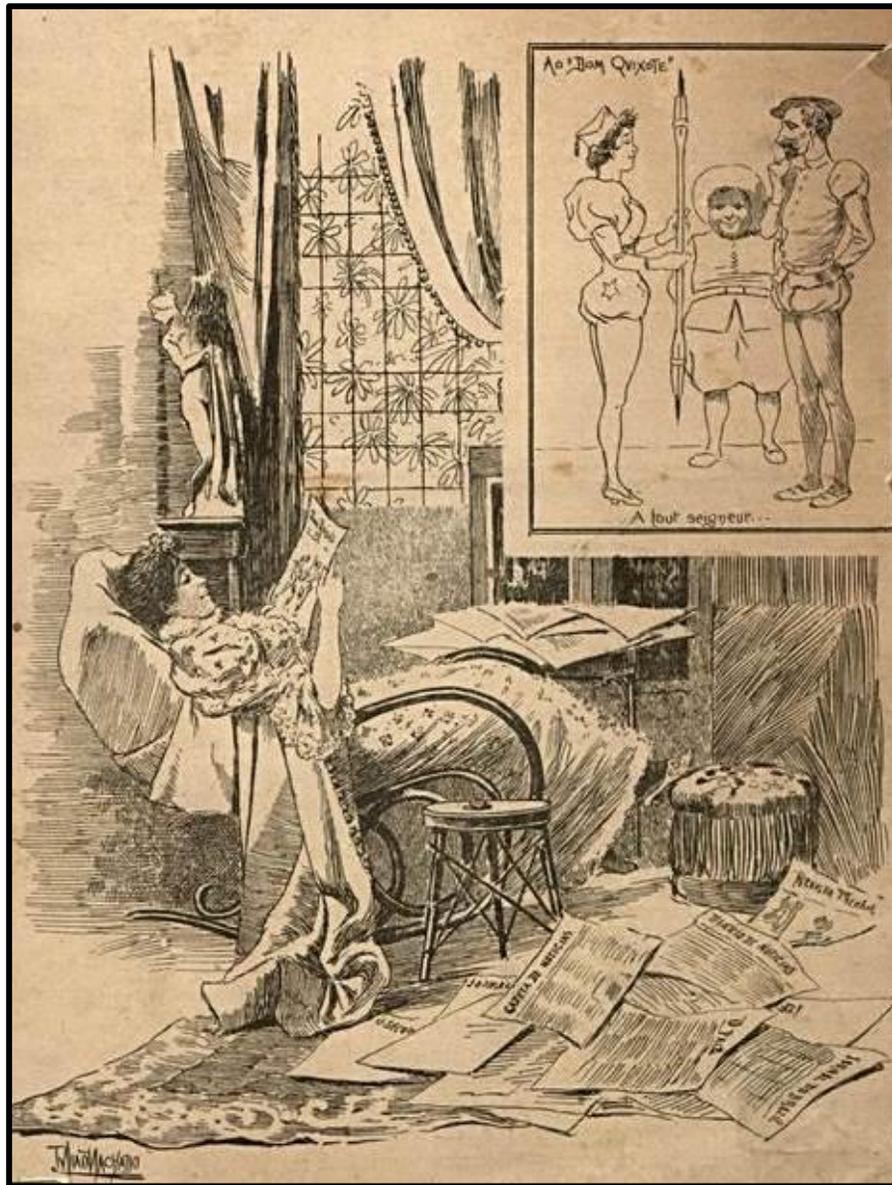
as variadas formas de crítica, com destaque para a de costumes, sem deixar de lado a social e a política. A redação de tal periódico, levando em conta o gênero contido em seu título, foi representada por uma figura feminina, que, como era comum àquele estilo jornalístico, buscava promover uma interação com o público leitor, intentando demonstra até certa proximidade com este. Na primeira edição, a *Ilustrada* surgia trazendo a pena o crayon à tiracolo, em referência à elaboração dos textos e a expressão da arte caricatural, compondo ainda o quadro o tinteiro, outro utensílio essencial para a escritura. Ela se encontrava cercada de páginas do periódico, como se as estivesse distribuindo aos leitores¹²⁵. Em outro número, a personagem feminil encontrava-se lendo os demais jornais cariocas, observando os comentários acerca do novel magazine, com especial referência ao *D. Quixote*, um dos mais importantes hebdomadários ilustrado-humorísticos da época. Nesse sentido, ela agradecia “penhoradíssima o modo gentil pelo qual a recebeu a imprensa¹²⁶. Ela também figurava utilizando-se do telefone, uma modernidade que começava a encontrar espaço naquele momento, servindo ainda de forma limitada como uma acessório para as práticas redacionais¹²⁷.

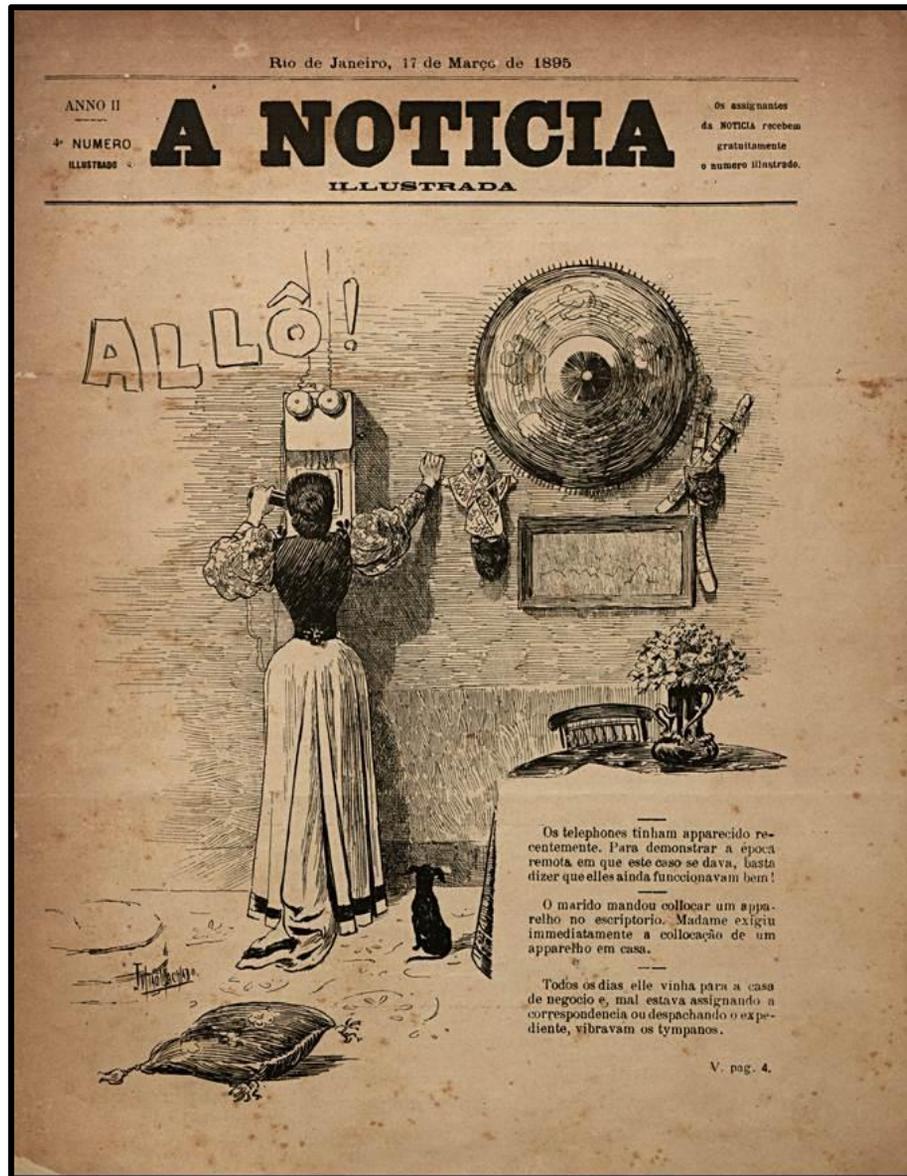
¹²⁵ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 24 fev. 1895.

¹²⁶ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 mar. 1895.

¹²⁷ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 17 mar. 1895.







A *Ilustrada* voltaria à capa da revista em um misto de mulher e sorvete, propondo que a nudez quebrada apenas por um acessório na cabeça e um leque, seria a melhor “fantasia de verão” para aguentar o escaldante clima carioca¹²⁸. Ela também surgia como se fosse uma atriz de teatro, da qual só apareciam as pernas e tendo aos pés as flores jogadas pelo público em sinal de admiração pela capacidade artística desempenhada. Tratava-se de um aberto elogio a uma peça então encenada na capital brasileira¹²⁹. As festas de Momo também serviram como oportunidade para uma nova presença a figura feminina, dessa vez fantasiada para aproveitar a agitação carnavalesca típica daquela época do ano¹³⁰. A alegoria feminil da redação surgiu ainda na seção de modas, posando em um vestido, na matéria que discutia as transformações na forma de vestir no passado, no presente e no futuro¹³¹. A personagem se revelava ainda penserosa e melancólica, na apresentação de um soneto publicado na folha carioca¹³². Mas não foi só a figura feminil que designou a redação da revista, aparecendo também o registro do redator, embora sem lhe mostrar o rosto, o qual aparecia sentado à sua escrivaninha de trabalho, abordando as notícias que saíam “agora mesmo” e “escrevendo muito quieto e muito pacato”¹³³.

¹²⁸ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 24 mar. 1895.

¹²⁹ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 mar. 1895.

¹³⁰ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 3 mar. 1895.

¹³¹ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 3 mar. 1895.

¹³² A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 mar. 1895.

¹³³ A NOTÍCIA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 17 mar. 1895.



Rio de Janeiro, 31 de Março de 1895

ANNO II

NUMERO ILLUSTRADO

A NOTICIA

Os assinantes da NOTICIA recebem gratuitamente o numero illustrado.

ILLUSTRADA

O INEVITAVEL TIM TIM POR TIM TIM



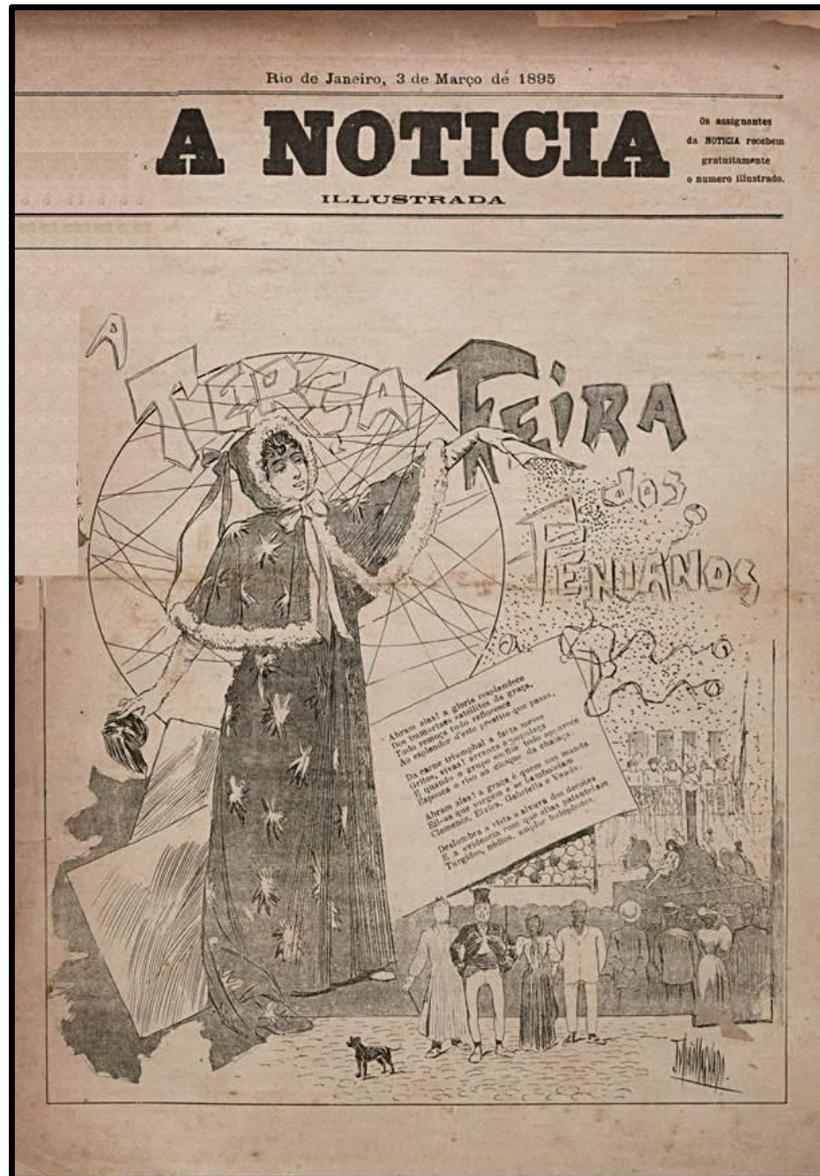
O successo actual do *Tim-tim*, por *tim-tim* explica-se pela mesma razão porque se prefere um par de botas velhas a um par de sapatos de verniz novos.

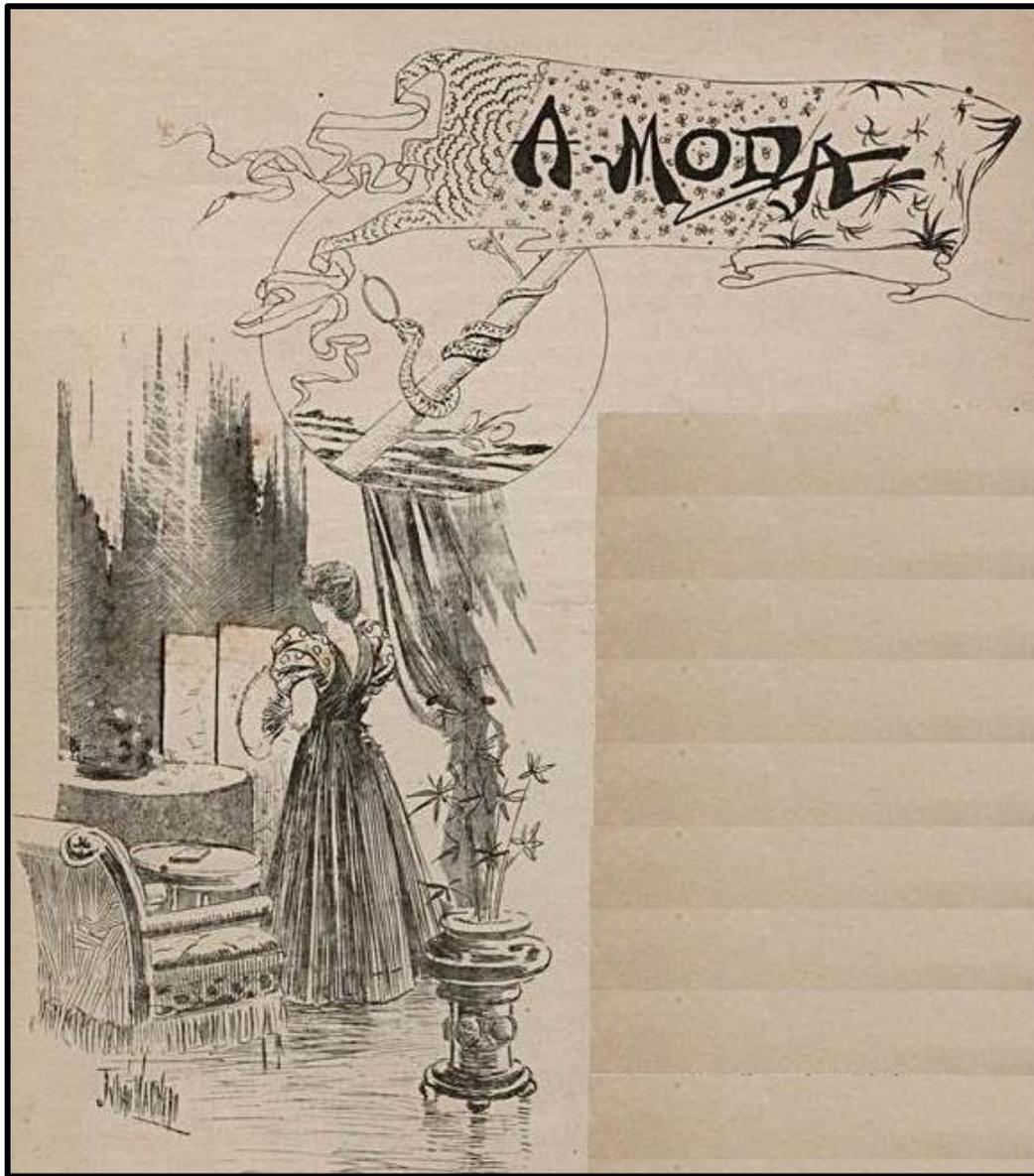
Com as botas velhas sente-se um homem á vontade, seguro da sua autonomia; digere melhor e tem o espirito mais inclinado á laracha e á pansadinha amigavel.

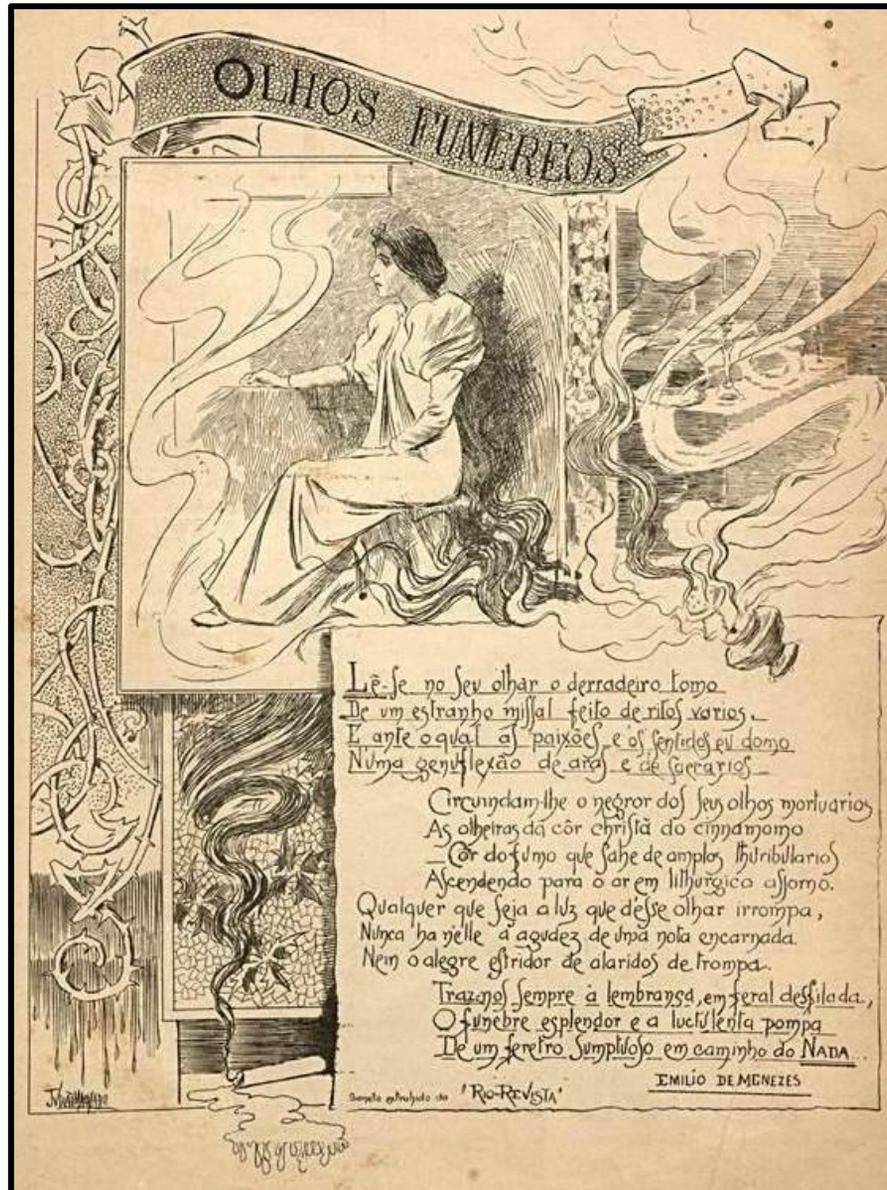
D'ahi o successo do *Tim-tim*, a celebre peça do Sr. Souza Bastos...

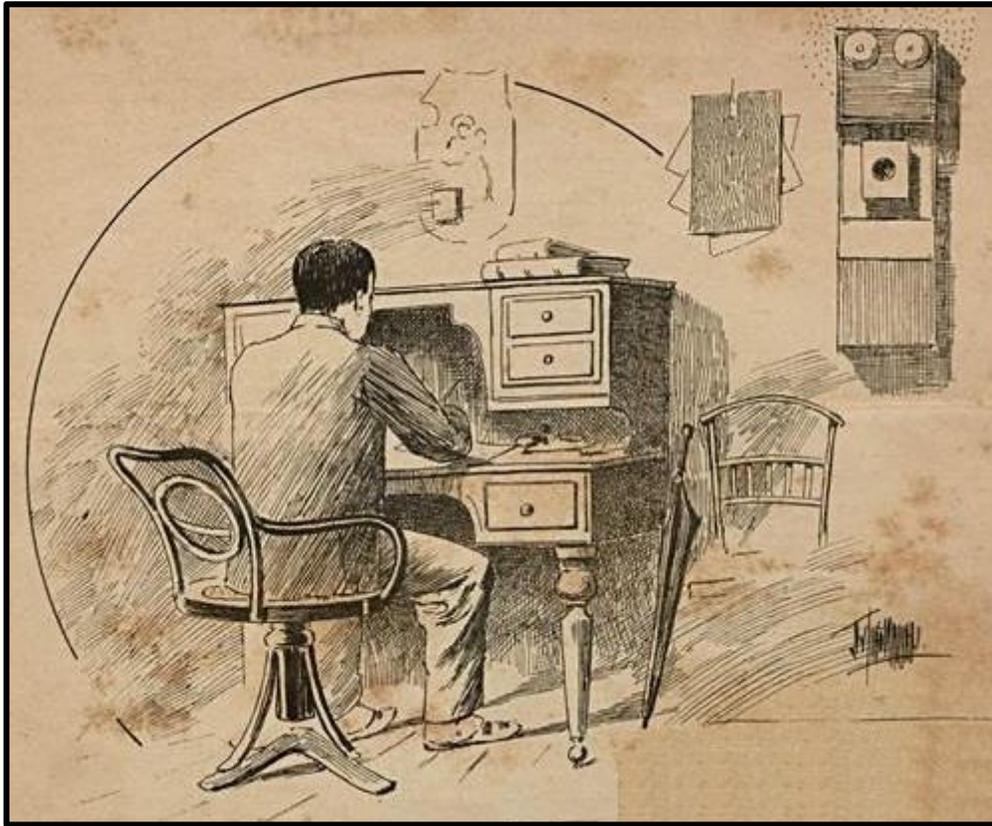
Demais, succede com o *Tim-Tim* esta singularidade que se dá com um par de botas que trago ha dezoito mezes: — de tantas vezes que foram a arranjar, ellas não conservam nem uma molecula do cabedal primitivo — o que não impede que eu gabe este par de botas que *comprei*, digo eu, *ha anno e meio*.

D'ahi o successo do *Tim-tim*, a celebre peça do Sr. Souza Bastos...









Pouco mais de dois anos depois, circulou na capital federal uma outra publicação ilustrada de vida efêmera. Era *A Semana Ilustrada*, que se apresentava como “órgão de propaganda comercial”, que visava a trazer uma abordagem “crítica, literária e humorística”, tendo sido editada entre julho de 1898 e abril de 1899. O próprio frontispício do periódico, que se modificou ao

longo de sua existência, fazia alusão às atividades jornalísticas. Foi o caso do título acompanhado pela presença de um personagem de cartola e de crayon à mão, abrindo uma escancarada risada¹³⁴. Já em nova modificação no cabeçalho, um novo personagem, associado à pena e ao crayon, mantinha a larga risada e trazia cabeças humanas como marionetes que manipulava e representavam os dias da semana sobre os quais o periódico discorria a cada uma de suas edições¹³⁵.



¹³⁴ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 23 jul. 1898.

¹³⁵ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 5 dez. 1898.



Nas folhas da *Semana Ilustrada*, o próprio responsável pela redação/litografia aparecia, de crayon a tiracolo, agradecendo pela recepção que tivera por parte de seus colegas de imprensa, em meio a qual pretendia garantir um espaço. Um hábito muito comum em relação ao jornalismo da época foi traduzido de modo imagético pelo periódico, ao mostrar um grande afluxo de

público aos escritórios dos jornais para ler exemplares ou cartazes afixados nas paredes ou em um mural, bastante ávido por notícias¹³⁶. Em outro conjunto caricatural, a velocidade das notícias espantava não só o redator como também o próprio leitor¹³⁷. A prática da violência contra o jornalismo também foi retratada, por meio da cena na qual um homem adentrava a redação de um jornal portando uma enorme espada para tirar satisfações e ameaçar o jornalista. O gosto pela leitura dos periódicos foi igualmente demonstrado pela folha ilustrada, que trazia gravura na qual um casal na cama compartilhava o conteúdo de um jornal¹³⁸. O redator voltava a figura nas páginas da *Semana Ilustrada* para saudar outro jornalista que se apresentava na “arena jornalística”, como era comum aparecer nas notas dos periódicos de então. O colega encontrava-se vestido de mulher, tendo em vista o título feminino que escolhera para a novel publicação¹³⁹.

¹³⁶ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 9 jul. 1898.

¹³⁷ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 14 jul. 1898.

¹³⁸ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 20 ago. 1898.

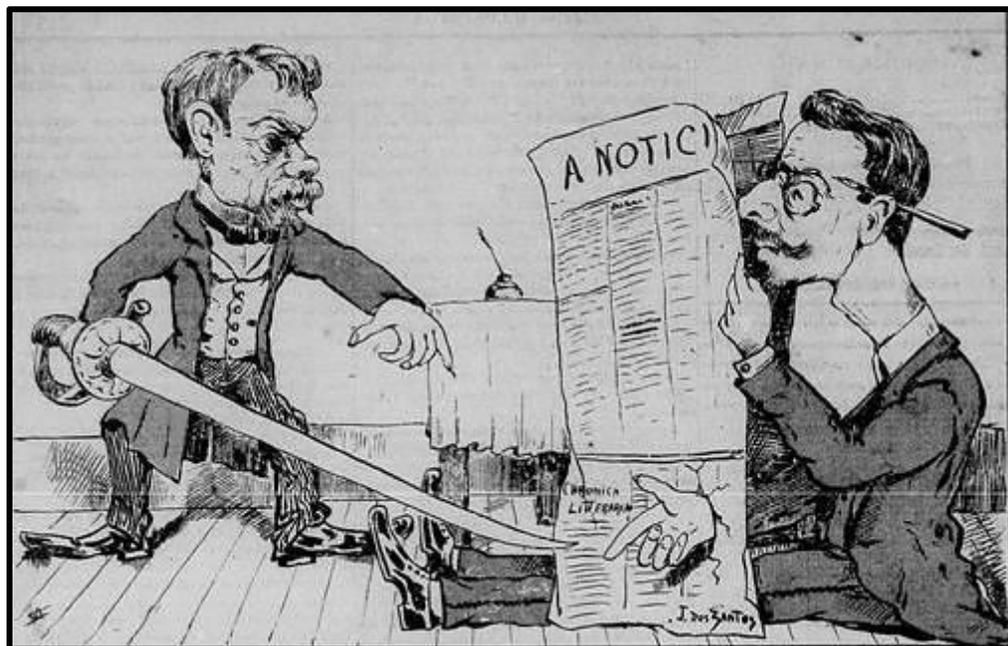
¹³⁹ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 24 set. 1898.











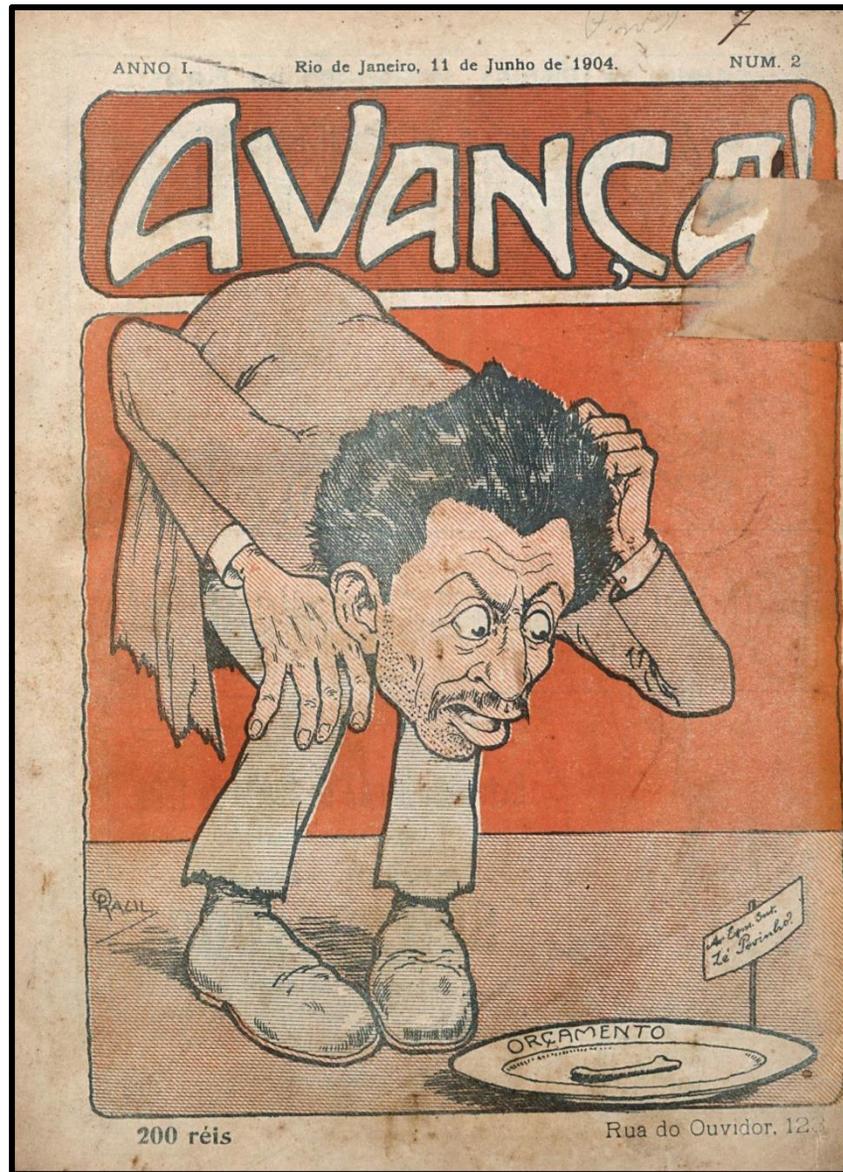


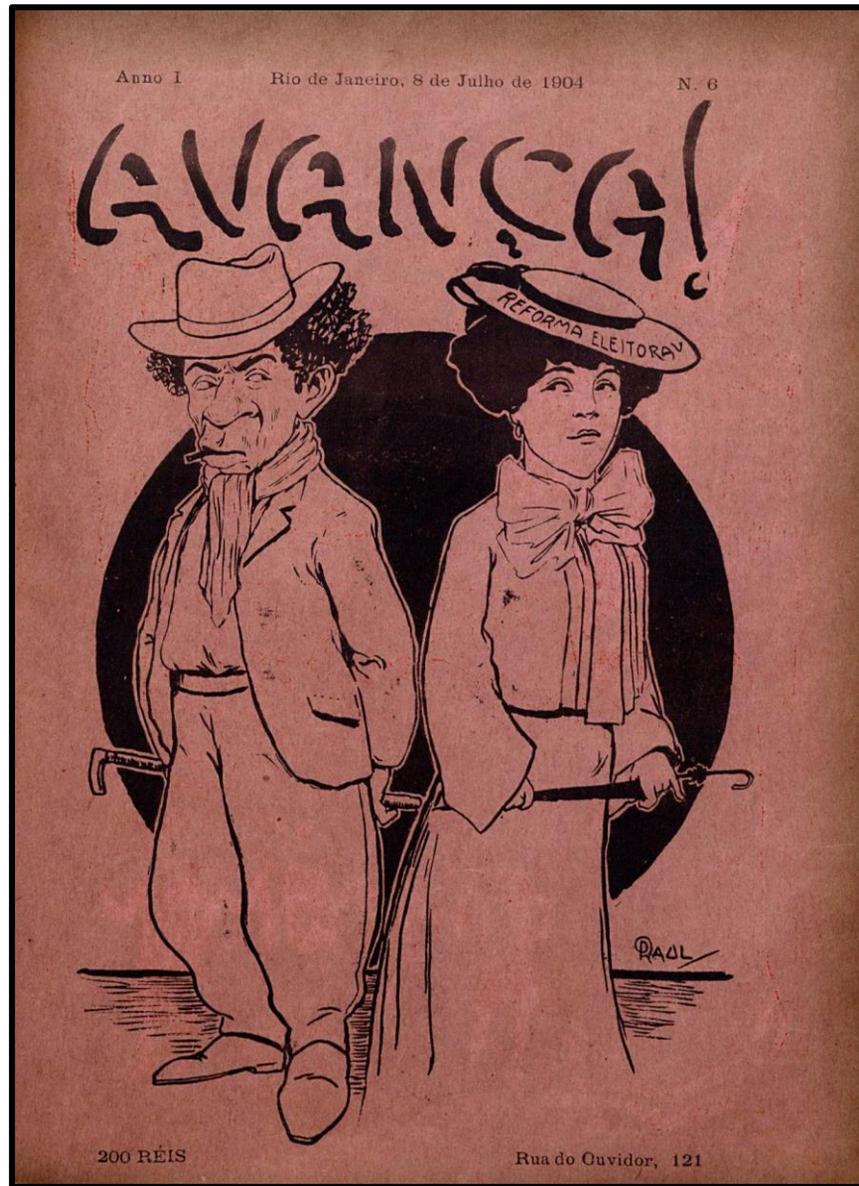
Já no século XX foi editado no Rio de Janeiro o periódico ilustrado *Avança!*, cuja circulação restringiu-se ao breve período entre junho e julho de 1904. Seu título inspirava-se no ato de investir e acometer, intenção que se tornava ainda mais incisiva com o ponto de exclamação que seguia o nome, de modo que a publicação se propunha a descobrir e divulgar aquilo que considerava como males da sociedade. Pretendia assim, “simplesmente avançar”, capturando “as simpatias dos leitores”, fazendo-lhes rir, ao colocá-los “diante dos olhos, os bonecos recortados do natural, todos os *avanças* que fazem parte da formidável procissão que passa triunfante e jamais saciada”. Essa publicação não chegou a firmar uma figura que representasse sua redação de modo recorrente, embora, em algumas edições apareciam várias versões de indivíduos, com faces diferentes, em geral mal-encarados, que seriam o próprio *Avança*, aproximando-se da designação do povo e buscando denunciar os problemas que afetavam a vida em comunidade. Nessa linha, tal personagem esteve presente em uma capa, na qual detectava que os políticos haviam consumido todo o orçamento público, restando praticamente nada para investimentos no campo social¹⁴⁰. Em outra, olhava de soslaio para uma dama que representava a reforma eleitoral, desconfiado dos alcances da mesma¹⁴¹. Finalmente ele surgia como um artista que, tal qual o caricaturista, trazia a pintura dos fatos com os quais convivia¹⁴².

¹⁴⁰ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 11 jun. 1904.

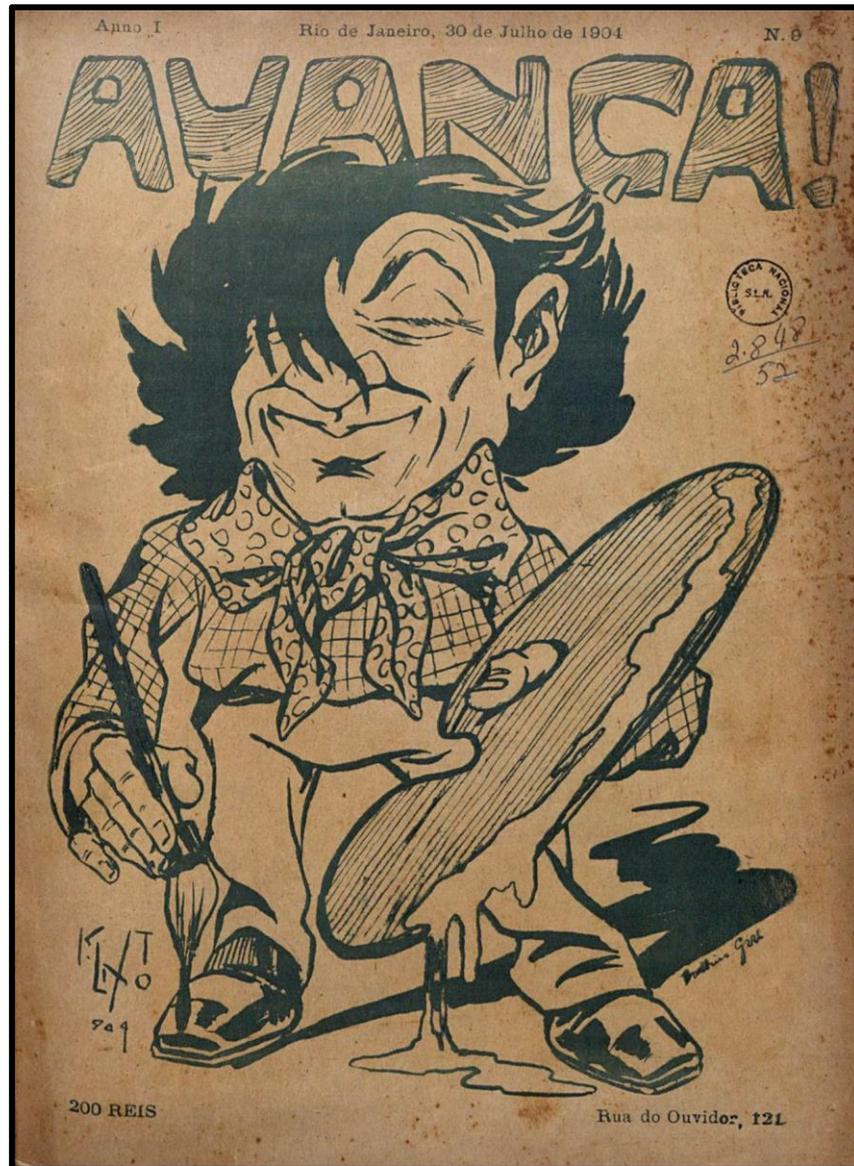
¹⁴¹ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 8 jul. 1904.

¹⁴² AVANÇA!. Rio de Janeiro, 30 jul. 1904.





TEMAS DE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL E EM PORTUGAL



O *Avança!* trouxe ainda outros desenhos que continham em si menções às lides jornalísticas. O próprio frontispício do periódico já tinha esse tipo de inspiração, ao mostrar um indivíduo com pendores de militar que, de crayon à mão – designando a arte caricatural –, incitava seus subordinados – no caso os leitores – a avançar. A inauguração da folha, considerada como o “primeiro ato”, apresentava a reunião de redatores e colaboradores, junto de um clérigo, para realizar a cerimônia de “benção e lançamento da nova pedra fundamental”, que não passava de um queijo, para ser fatiado e degustado, de acordo a perspectiva humorada que orientava a publicação. Uma das seções mais comuns do periódico denominou-se a “Cesta do Avança”, a qual era ilustrada por gravura de um cenário tomado por folhas de papel que escapavam de um cesto, reproduzindo uma situação normal da redação de um jornal, em que o jornalista tinha de submeter-se à apreciação de um juiz com cara de poucos amigos e uma verdadeira legião de inquisidores que se fazia presente ao fundo¹⁴³. Já outro segmento, batizado de “Retratos à pena”, mostrava as costas de um caricaturista que executava a sua arte¹⁴⁴.

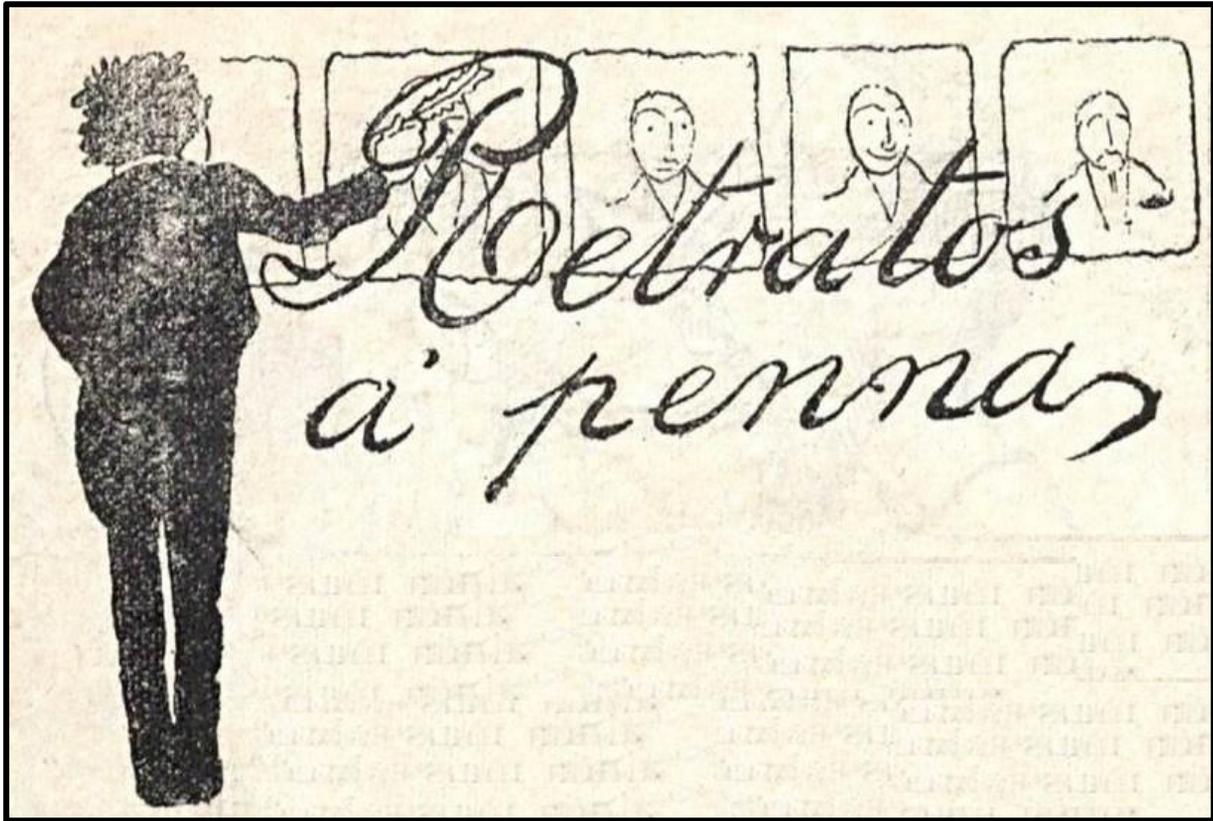
¹⁴³ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 4 jun. 1904.

¹⁴⁴ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 11 jun. 1904.









Sob o título “Avançando”, combinando com seu título, a folha sugeria que sua circulação viria a despertar o interesse do público, tanto que mostrava um cidadão em correria diante do surgimento de um “novo jornal”, para o qual ele queria “ser o primeiro a avançar no abraço”¹⁴⁵. Na segunda edição, o “sucesso da

¹⁴⁵ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 4 jun. 1904.

semana” se referia à recepção do periódico, com os redatores de braços abertos, “rasgando um agradecimento ao respeitável público leitor”. Ainda por ocasião do impacto da chegava da nova publicação, era mostrada uma verdadeira confusão, na qual os leitores se engalinhavam para obter um exemplar, em um registro do “sucesso do nosso primeiro número”, havendo um “grande ‘avança em cima de nossos vendedores”¹⁴⁶. Segurando o crayon o caricaturista aparecia fazendo uma nota explicativa sobre a criação apresentada, destacando homens públicos que estariam a designar “os sete pecados mortais”¹⁴⁷. De picareta à mão, outro personagem da redação saía às ruas para obter mais um “furo” jornalístico”¹⁴⁸. A leitura dos jornais para observar notícias sobre atos corruptos nos órgãos públicos, associando a crítica política a de costumes, foi outra inserção caricatural do *Avança!*¹⁴⁹. Duas alegorias femininas, representando a história e a legenda, apareciam nas páginas da publicação, sob a argumentação de que serviriam como uma espécie de musas inspiradoras para a realização dos trabalhos redacionais¹⁵⁰.

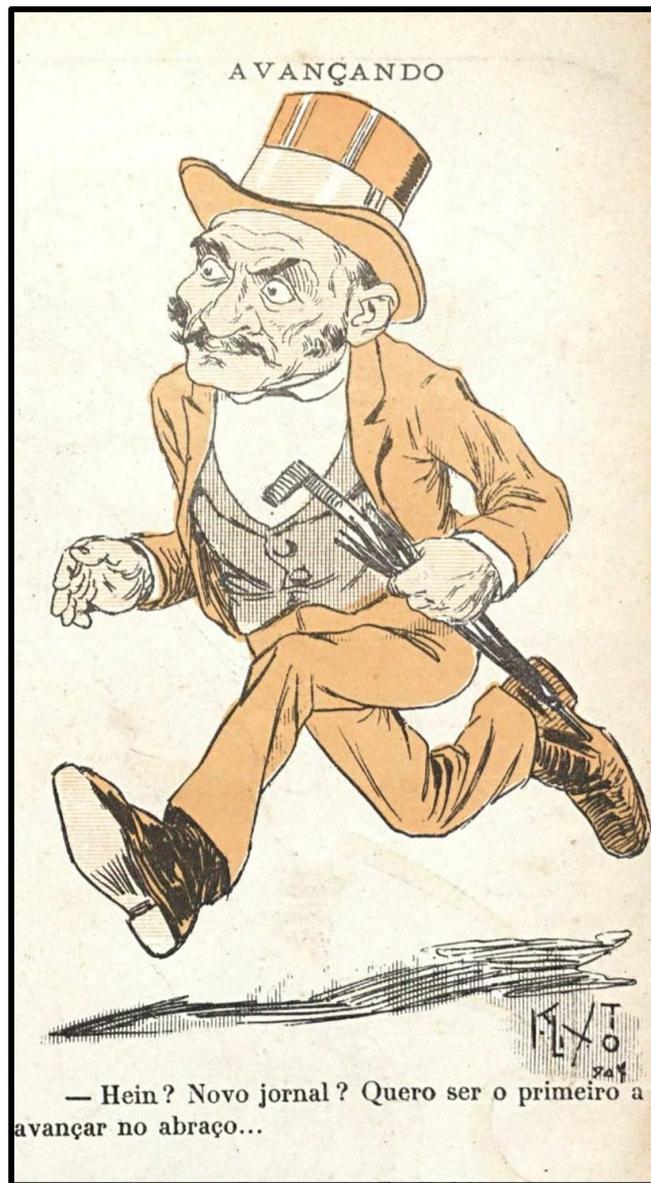
¹⁴⁶ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 11 jun. 1904.

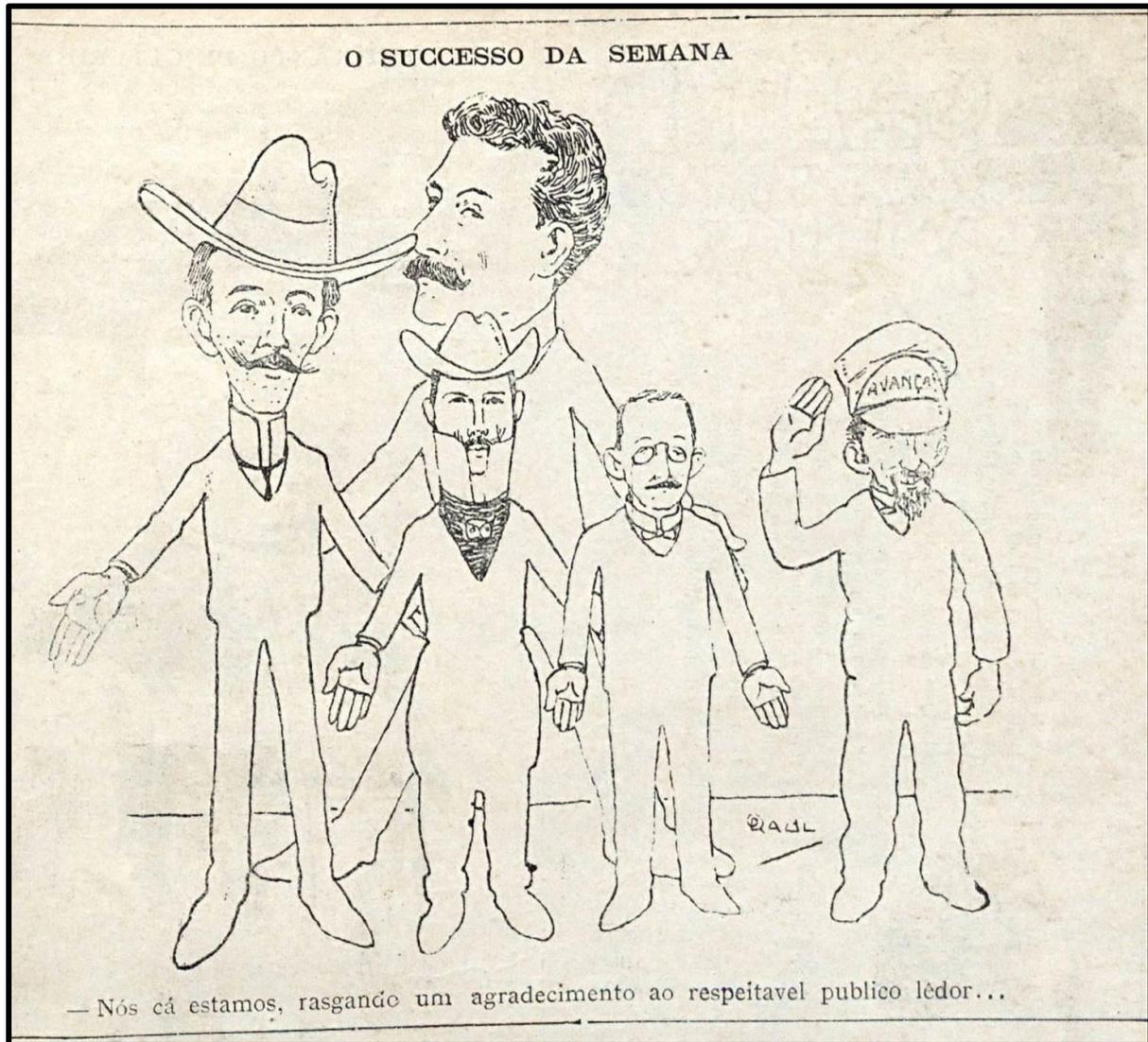
¹⁴⁷ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 25 jun. 1904.

¹⁴⁸ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 1º jul. 1904.

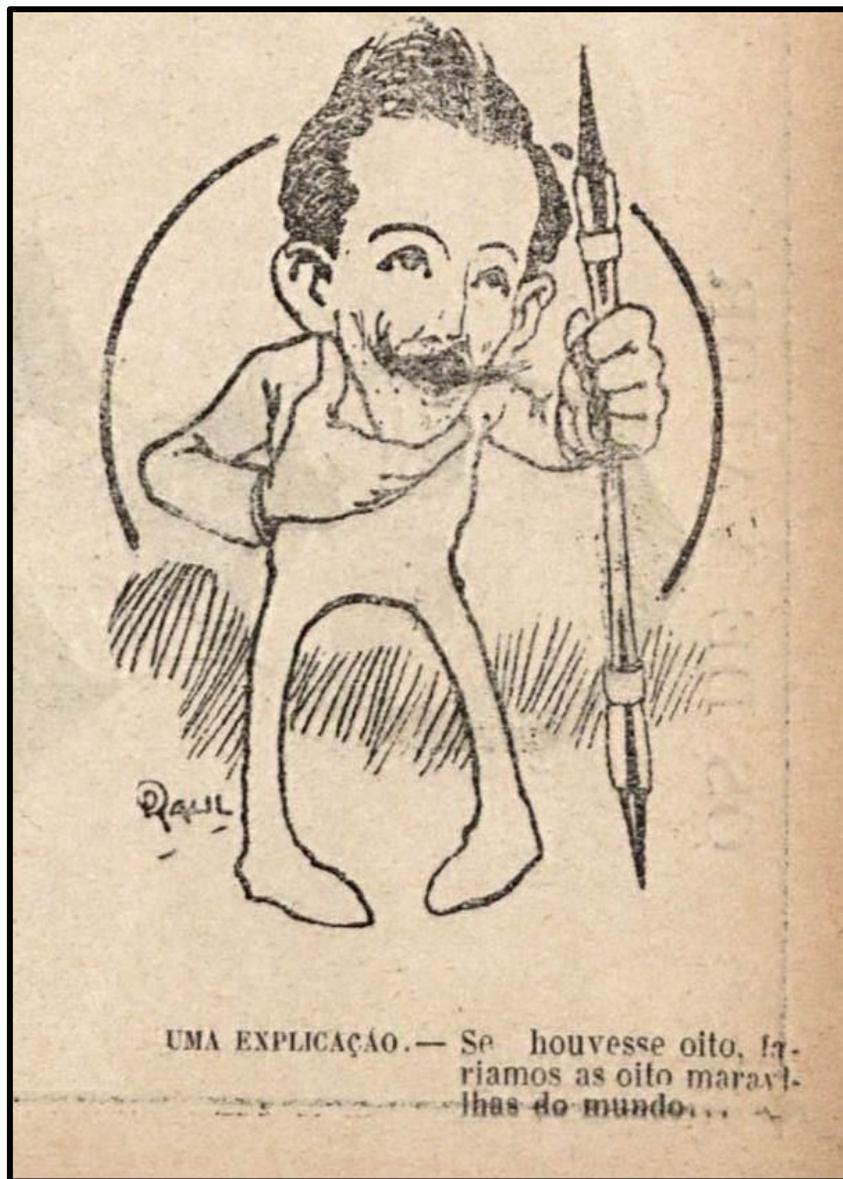
¹⁴⁹ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 18 jul. 1904.

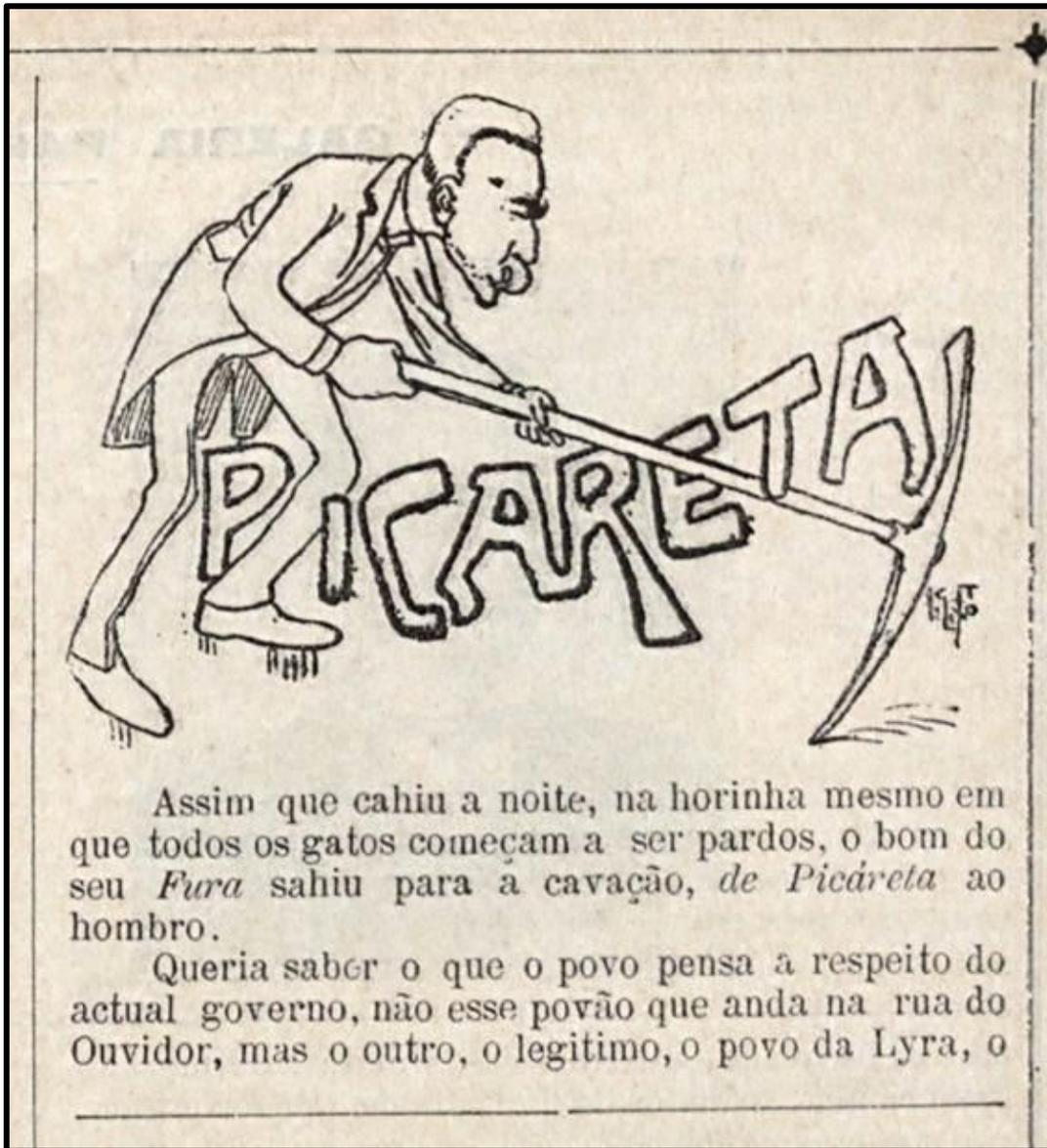
¹⁵⁰ AVANÇA!. Rio de Janeiro, 30 jul. 1904.

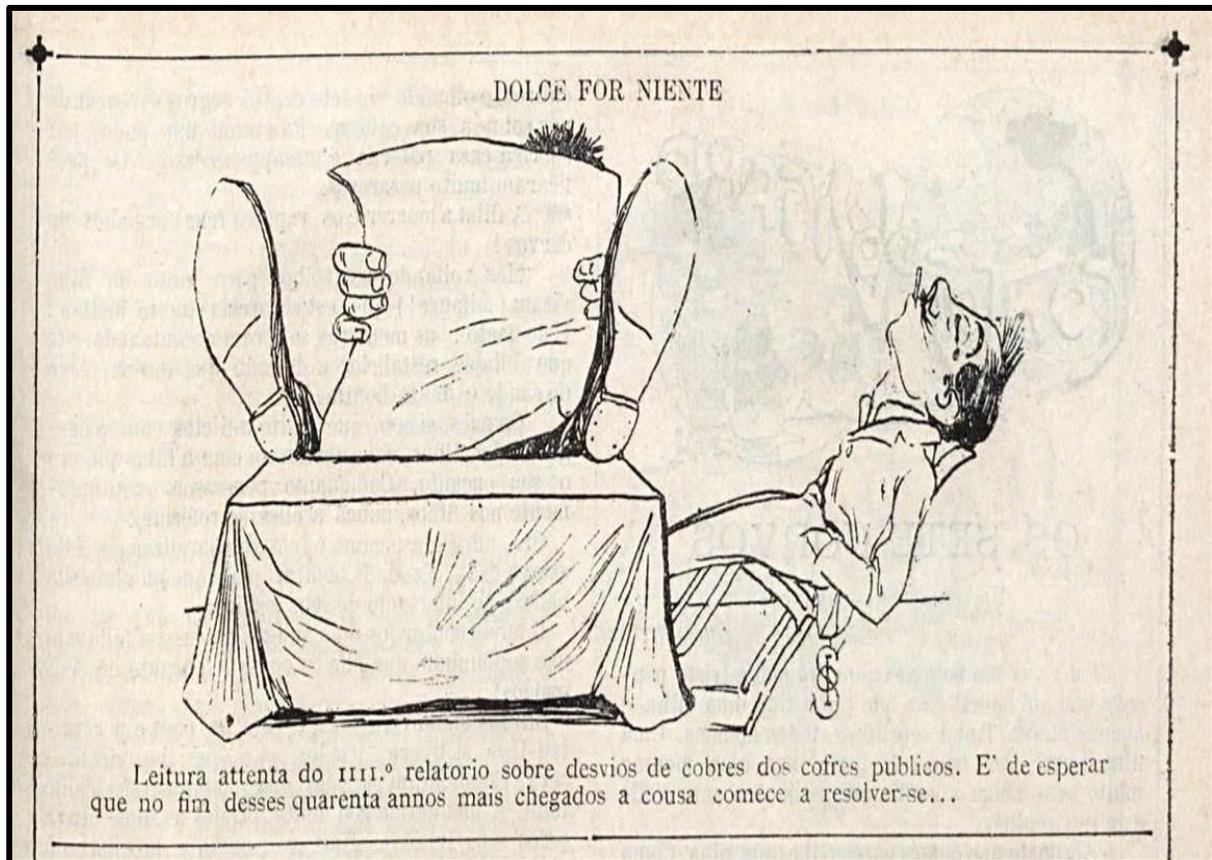














No âmbito lisboeta do final do século XIX, também foram editadas revistas ilustrado-humorísticas de vida efêmera que, em sua curta existência, também expressou formas de representação das atividades jornalísticas. Foi o caso de *O Berro*, folha que defendeu o republicanismo, em sua proposta mais radical e revolucionária, opondo-se ao sentido mais moderado que vinha dominando significativa parte do movimento antimonárquico lusitano naquela época. Sua circulação deu-se no primeiro semestre de 1896 e sua proposta, de acordo com o próprio título, era o de bradar pela causa republicana e contra a continuidade do regime monarquista. Uma das referências mais comuns do periódico ao jornalismo, foi relacionada com a figura do jornaleiro, que, fazendo jus ao nome estampado no cabeçalho, berrava a plenos pulmões, buscando compradores para exemplares do pequeno jornal¹⁵¹. Em gravura que bem representava a opção pelo revolucionarismo republicano da folha lisbonense, a dama do barrete frígio – tradicional símbolo da república –, – tal qual a obra de Delacroix, marchava guiando o povo, no caso um soldado e o próprio caricaturista do periódico¹⁵².

¹⁵¹ O BERRO. Lisboa, 9 fev. 1896.

¹⁵² O BERRO. Lisboa, 1º mar. 1896.





Os colaboradores da publicação humorística e crítica também traziam representações imagéticas para suas participações, como foi o caso do responsável pela edição das sátiras que, em traje de gala, tratava de escrever já sobre o nariz do personagem criticado¹⁵³. Na mesma linha, o escritor de uma coluna intitulada “Sinfonia”, aparecia como um maestro que, batuta à mão, preparava-se para orientar seus leitores, especificamente quanto aos preceitos republicanos, como revelava o barrete frígio que levava à cabeça¹⁵⁴. A censura e a coerção sobre a imprensa também eram denunciadas, como ao mostrar um militar que assumia as funções do caricaturista, só que trocando o uso do crayon pelo da espada¹⁵⁵. Da ala mais radical do republicanismo lusitano, *O Berro* criticava os jornais republicanos que considerava mais moderados, como foi o caso do *Século*, tanto que colocava como uma das “causas da decadência portuguesa, o conservantismo do *Século*”, estampando o retrato de seu redator¹⁵⁶ e, no mesmo sentido, carregando nas cores da ironia, colocava esse mesmo jornal como um dos “símbolos nacionais”¹⁵⁷. A publicação caricata ainda utilizou-se do recurso da representação da imprensa, para anunciar a chegada de um novo periódico¹⁵⁸ e para cumprimentar um colega caricaturista¹⁵⁹.

¹⁵³ O BERRO. Lisboa, 23 fev. 1896.

¹⁵⁴ O BERRO. Lisboa, 1º mar. 1896.

¹⁵⁵ O BERRO. Lisboa, 29 mar. 1896.

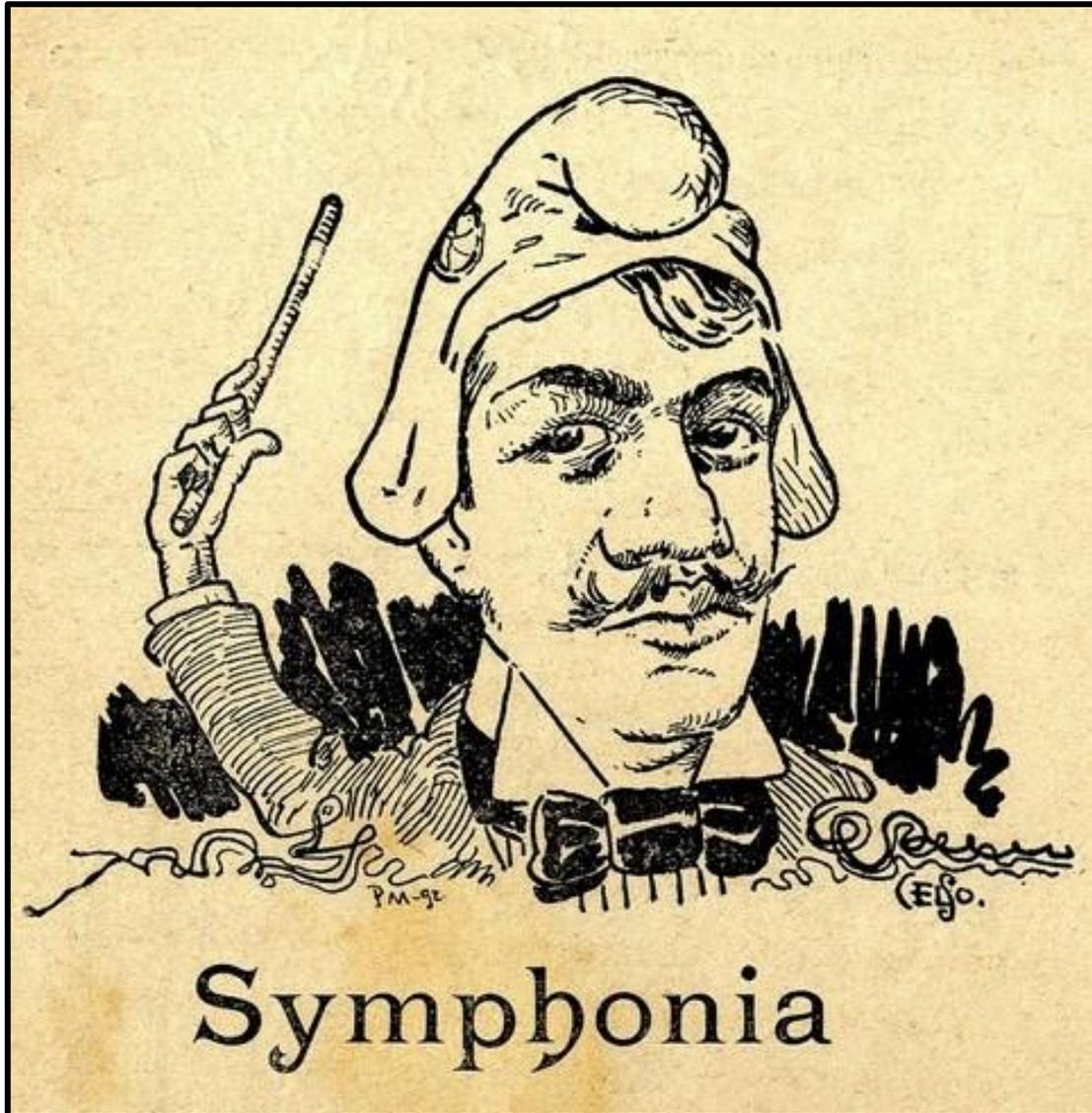
¹⁵⁶ O BERRO. Lisboa, 19 abr. 1896.

¹⁵⁷ O BERRO. Lisboa, 26 abr. 1896.

¹⁵⁸ O BERRO. Lisboa, 19 abr. 1896.

¹⁵⁹ O BERRO. Lisboa, 17 maio 1896.

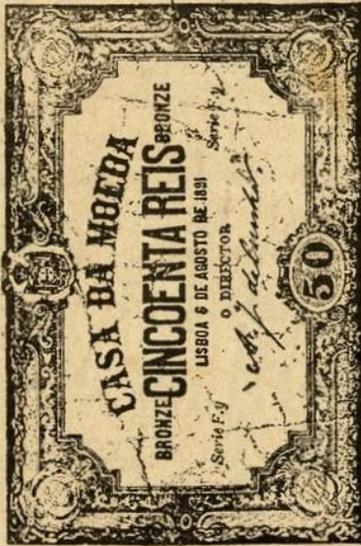




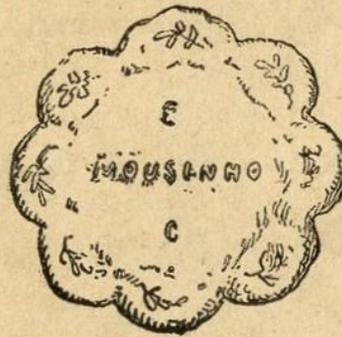




SYMBOLOS NACIONAES



A fortuna publica



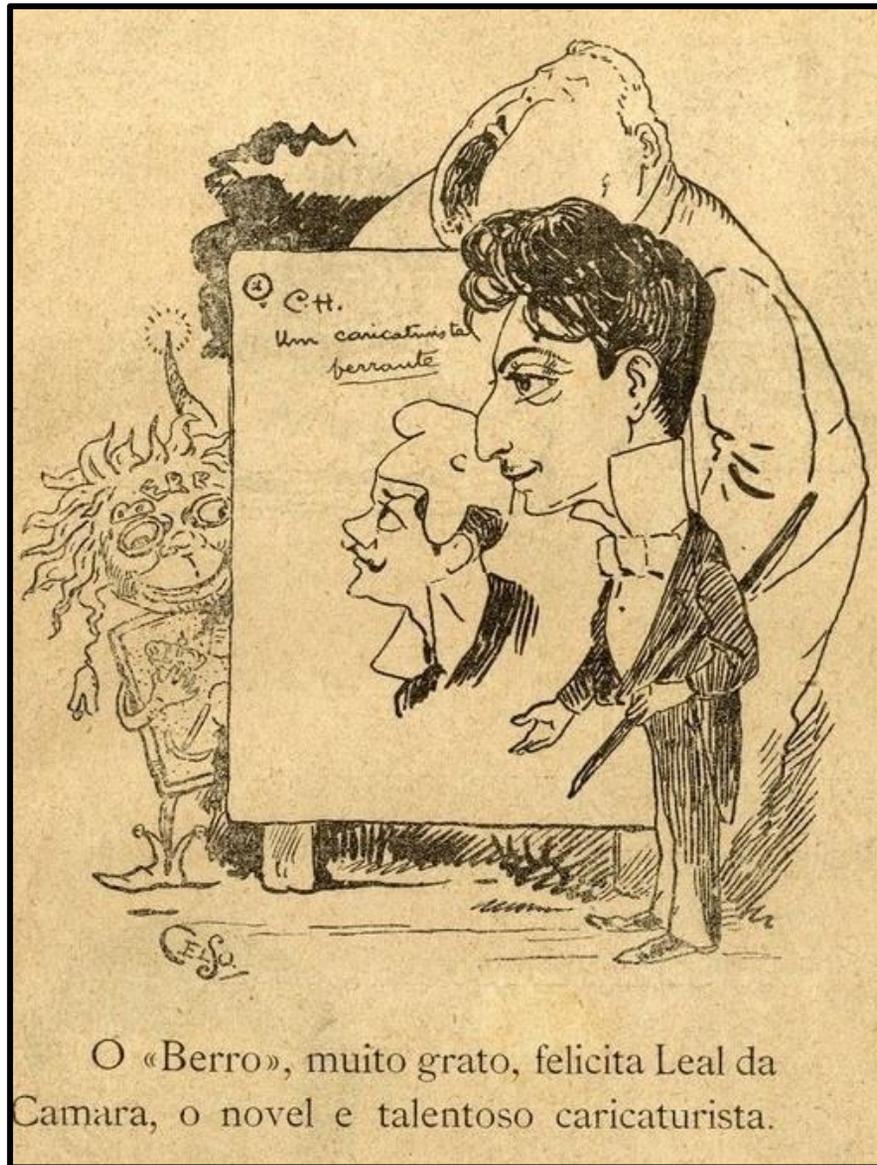
A gloria



O pensamento



Branco e Negro. — Nova publicação semanal ilustrada, de Antonio Maria Pereira



Ainda no contexto lisboeta, entre junho e outubro de 1898, circulou *A Corja*, que pretendia levar “uma sátira de ferro às multidões”, com uma proposta de combate incisivo ao regime vigente em Portugal, aparecendo o monarca e os homens públicos como seus principais alvos. Além da crítica política, o periódico também executou a de natureza social e a de costumes. Alguns dos integrantes da redação e colaboradores da folha foram apresentadas por meio da arte caricatural, como foi o caso do caricaturista que levava às mãos o crayon e seu caderno de desenhos¹⁶⁰ e de outro, que era recepcionado acaloradamente¹⁶¹, ato que teria chegado a despertar certa decepção por parte de suas conterrâneas¹⁶². Ainda no campo dos artistas da caricatura, houve uma homenagem a Rafael Bordalo Pinheiro, um prócere em sua arte, que serviu de inspiração para vários dos demais praticantes¹⁶³. O periódico também apresentou as disputas internas no seio do jornalismo luso, com o enfrentamento entre dois jornais diários, o *Correio da Noite* e a *Vanguarda*, que se digladiavam como se fossem espadachins¹⁶⁴. A recepção à nova publicação foi também apresentada de modo caricatural, mostrando o entusiasmo dos “baratos leitores” e das caríssimas leitoras” ao observarem *A Corja*¹⁶⁵.

¹⁶⁰ A CORJA. Lisboa, 29 jun. 1898.

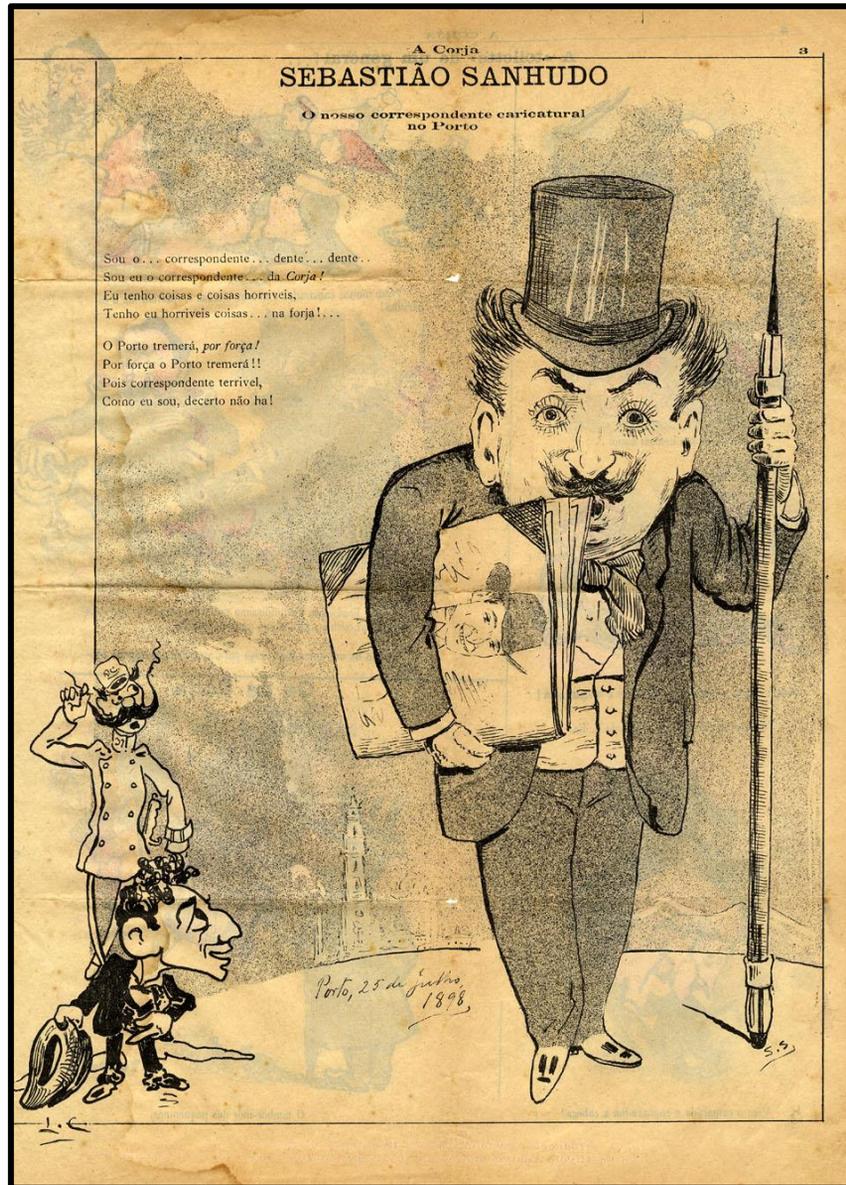
¹⁶¹ O BERRO. Lisboa, 3 jul. 1898.

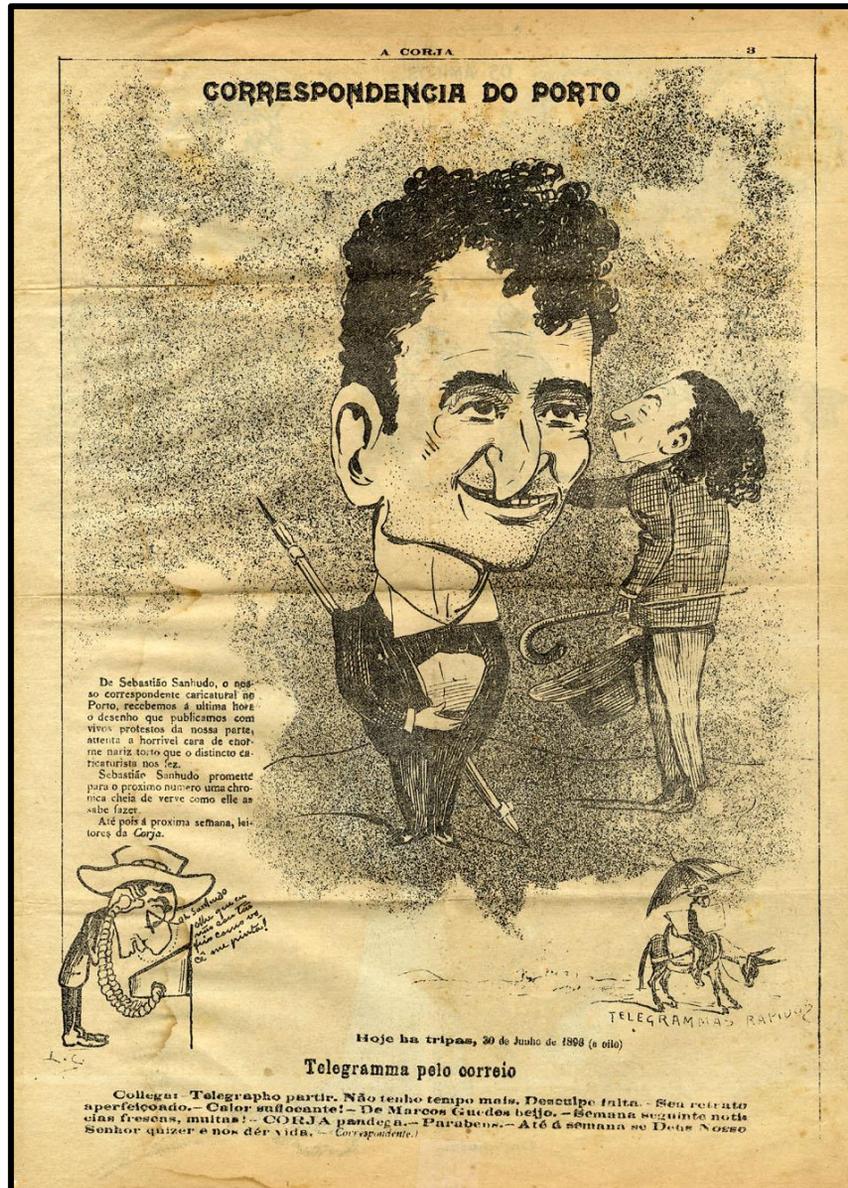
¹⁶² O BERRO. Lisboa, 10 jul. 1898.

¹⁶³ O BERRO. Lisboa, 9 out. 1898.

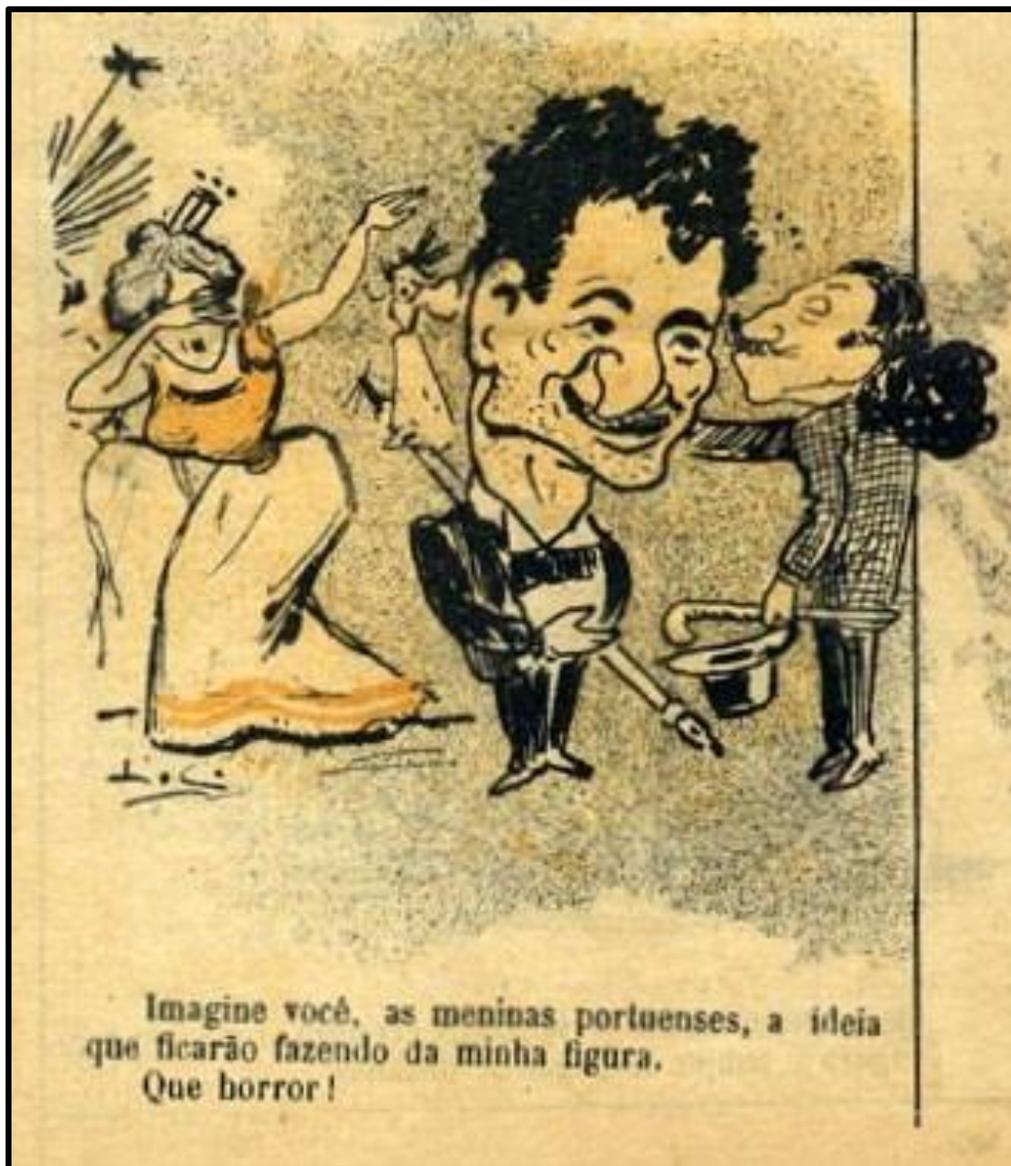
¹⁶⁴ O BERRO. Lisboa, 3 jul. 1898.

¹⁶⁵ O BERRO. Lisboa, 10 jul. 1898.













A coerção e censura governamental e a repressão policial foram denunciadas pela *Corja* foram denunciadas por meio de um conjunto de caricaturas que servia tanto para criticar o governo, como para justificar aos leitores o motivo de não terem obtido o exemplar da semana que passara¹⁶⁶. Frente às imposições censórias estatais e as tentativas de impedir a publicação de expressar-se politicamente, ela respondeu por meio de um gracejo satírico e sarcástico demarcado a partir de um conjunto caricatural, no qual anunciava que teria de apresentar uma “nova seção”, com seus respectivos redatores, que tratariam de temas estapafúrdios¹⁶⁷. Mas a folha não desistia, insistindo em atender ao seu público, como no caso do redator andando pela cidade de guarda-chuva em punho, para manter a coluna “Lisboa na Rua”, seguindo assim o pedido dos leitores¹⁶⁸. As práticas repressivas governamentais, entretanto, continuaram e o redator anunciou que a revista fora querelada por parte do poder público, intimando-o, ficando já prevista a sua possível prisão, mesmo que ele questionasse onde estaria a sua liberdade de imprensa¹⁶⁹. Ainda assim, com humor, o redator/caricaturista justificaram, sem perder o tom da pilhéria, que intimação realizada não tinha fundamento, uma vez que a caricatura que teria gerado as querelas não se referiam ao soberano português, contumaz alvo do periódico¹⁷⁰.

¹⁶⁶ O BERRO. Lisboa, 31 jul. 1898.

¹⁶⁷ O BERRO. Lisboa, 17 ago. 1898.

¹⁶⁸ O BERRO. Lisboa, 25 set. 1898.

¹⁶⁹ O BERRO. Lisboa, 9 out. 1898.

¹⁷⁰ O BERRO. Lisboa, 16 out. 1898.



A CORJA

NOVA SECÇÃO

A *Corja*, para de tudo tratar, começa hoje a publicar uma nova secção de caricaturas sem directa intenção política como fazem os melhores jornais de caricaturas estrangeiros. Assim, nesta secção, contar-se-ha tudo quanto a phantasia possa produzir de comico, desde historias e *blagues* até intencões criticas á sociedade portugueza.

Hoje, para começar, publicamos uma serie de caricaturas bordinadas ao titulo

O QUE ELLES ESCREVEM...



Dramas para o Principe Real
(60 mortes, 127 tentativas de assassinato, 224 suicídios, 1234 desastres e o ultimo acto passado no outro mundo por terem morrido todos os actores!)



Cartas de namoro



Listas de caffè



Parles carregadas



Decretos disparatados



O rol da roupa suja e cartas ás modistas



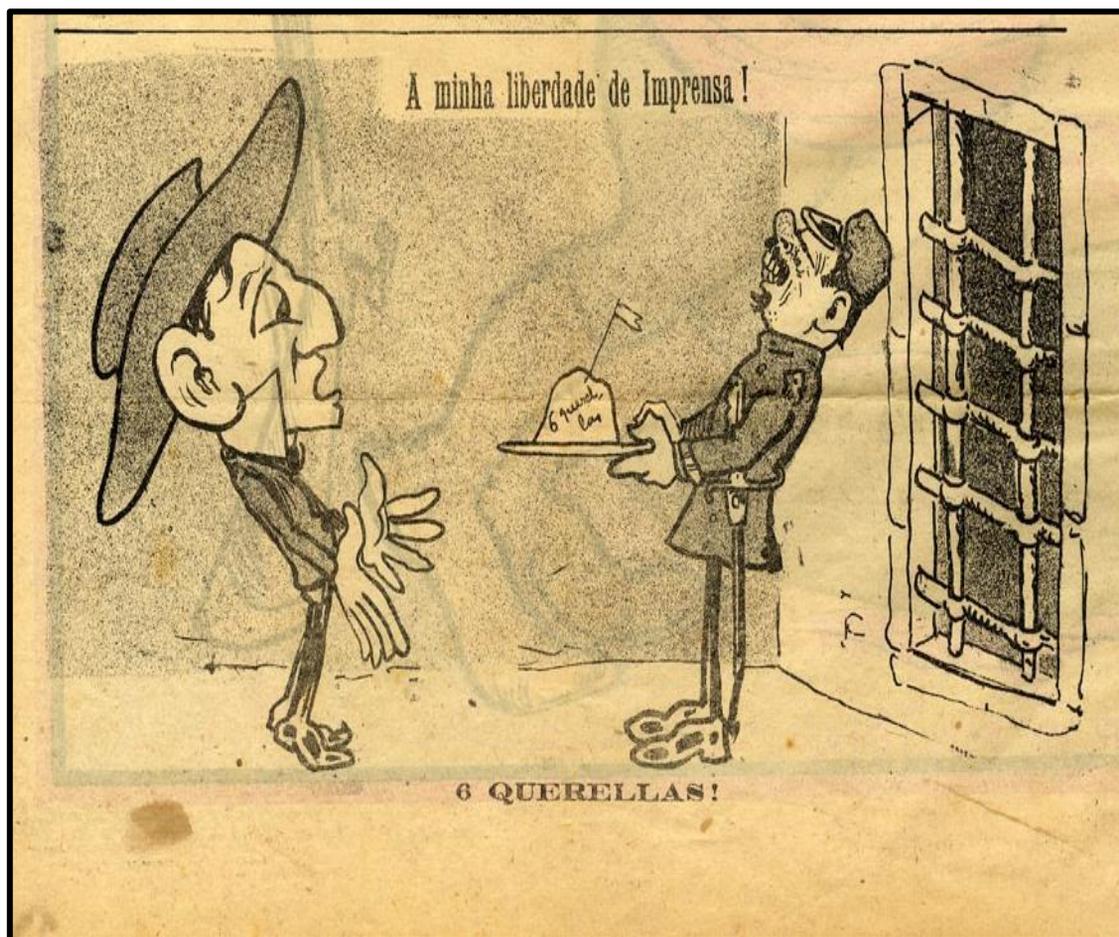
Cartas á familia pedindo dinheiro



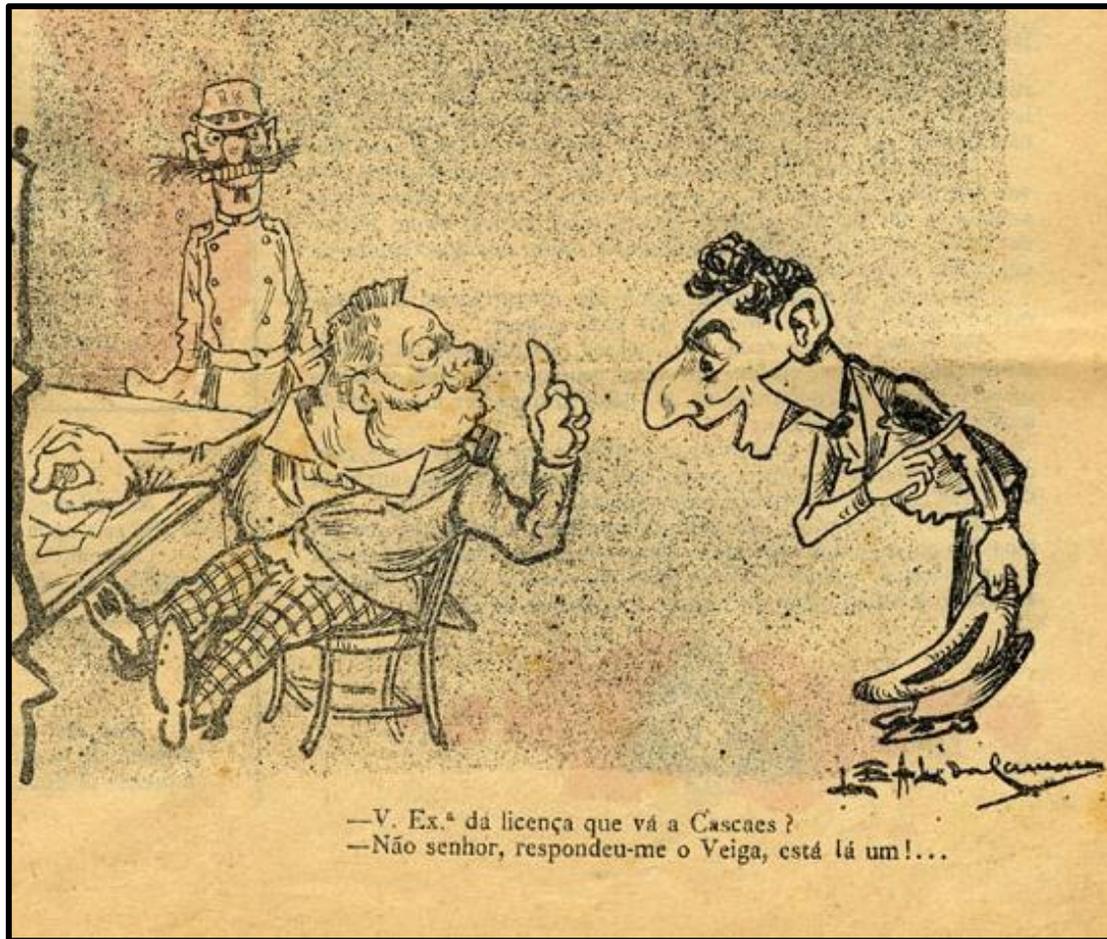
Está só sabe escrever e s no meio da rna quando vem bebodo!

Redacção e Administração - Rua da Rosa, 257, 2.
Editor - Nlydio Analyde da Costa. - Typ. Moderna - Beco dos Apostolos, 11









Outra publicação de vida efêmera que circulou em Lisboa, ao longo do mês de março de 1906 foi *O Vira*, que se anunciava no cabeçalho como “jornal humorístico”. Seu título advinha de uma dança e música popular portuguesa,

articulada com as danças de roda e um andamento mais lento, em geral acompanhada por vários instrumentos, como cavaquinho, rabeça, viola, ferrinhos e tambor. Ao apresentar-se, o periódico expunha uma realidade lusa marcada pela monotonia e, diante disso, pretendia constituir “o primeiro sinal de uma eficaz reação contra essa corrente nefasta”. Explicitava assim que não tinha uma proposta calcada em grandiosidades, de modo que não viria a por a pena e o lápis “ao serviço do que vulgarmente por aí se chama uma causa justa e nobre” e sim para “restituir ao povo o riso bom, o riso ingênuo e feliz dos tempos que passaram”.

Levando em conta o título que adotara, o hebdomadário teve como a representação de seu trabalho redacional o praticante daquele gênero musical e coreográfico, com trajes típicos e a viola como companheira inseparável. Nessa linha, na primeira capa editada, o *Vira* apresentava-se à “mesa censória”, ou seja, ao delegado, acompanhado de um policial, solicitando “licença” para atuar, em clara alusão à coerção e censura governamental exercida à época junto ao jornalismo. Ele aparecia também no clichê que ilustrava o texto de apresentação, praticando a dança em pauta junto de uma parceira¹⁷¹. Já na segunda edição, o *Vira* retornava às páginas do semanário para agradecer aos demais jornais lusos que publicaram “tão afetuosas palavras de simpatia e aplauso” para com a novel publicação. Em outra cena, o personagem surgia por uma porta entreaberta para espiar um homem público que se preocupava com

¹⁷¹ O VIRA. Lisboa, 1º mar. 1906.

as notícias veiculadas junto à imprensa¹⁷². Mais uma vez fazendo referência à repressão às lides jornalísticas, o periódico trazia o julgamento do responsável por um jornal, que era condenado por um juiz autoritário e venal, representado de forma zoomórfica, como se fosse um cão¹⁷³. Segundo a folha, a ação incisiva da imprensa, levara um político a tomar um “trambolhão” de sua cadeira. Os enganos e desenganos em meio à vida política, chegou a fazer com que um jornalista, com o instrumento que simboliza sua ação profissional, ou seja, a pena, parado no cais “a ver navios”, ou, em outras palavras, desapontado ou frustrado por não conseguir o que desejava. Já na última edição, a publicação ilustrada trazia a figura do caricaturista, crayon à mão, sem rumo, diante de uma bússola quebrada e tendo o “caminho perdido”¹⁷⁴.

¹⁷² O VIRA. Lisboa, 8 mar. 1906.

¹⁷³ O VIRA. Lisboa, 22 mar. 1906.

¹⁷⁴ O VIRA. Lisboa, 29 mar. 1906.

N.º 1 — Quinta-feira, 1 de Março de 1906

Preço — 20 réis

EDITOR — Manoel d'Oliveira Teóphilo

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
T. da Gloria, 22 A

ADMINISTRADOR
M. Moraes Canaveira

DIRECTOR ARTISTICO
PEDRO CID

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Lith. Artistica - Rua do Almada, 32 e 34

O Vira

JORNAL HUMORISTICO

Assignaturas
Um anno..... 1\$000 réis
Seis mezes..... 500 »

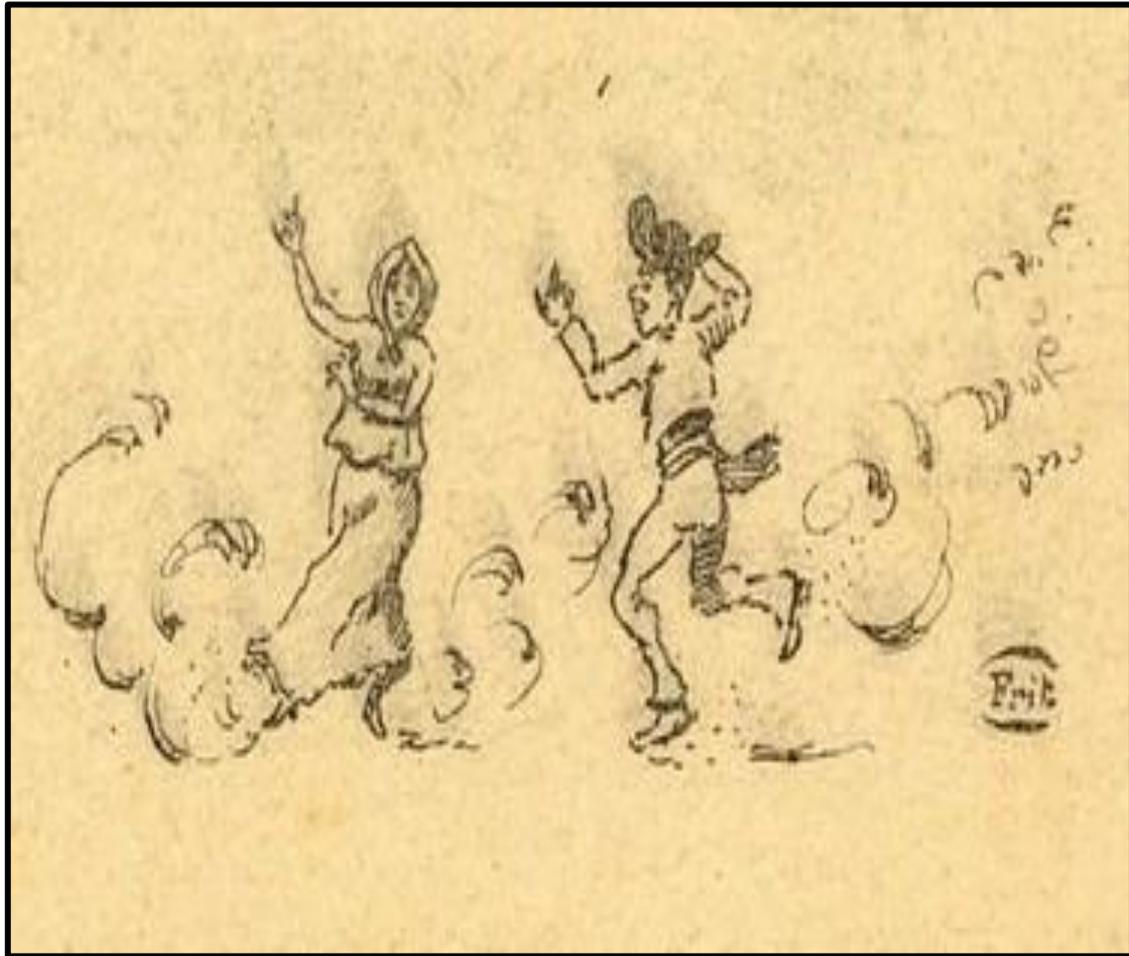
Para o estrangeiro accresce
o porte do correio

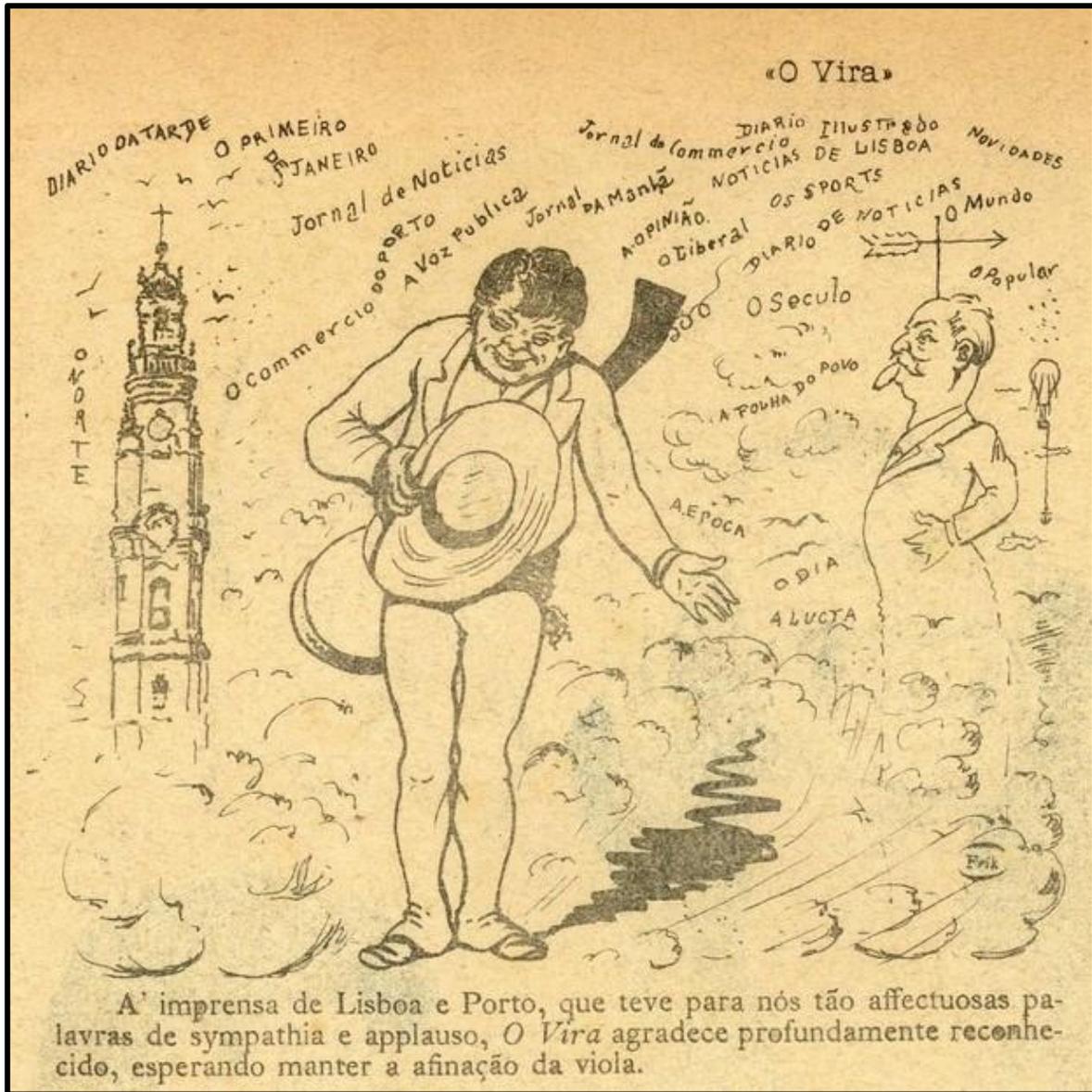
REDACTORES LITTERARIOS
ANNIBAL SOARES e ALBERTO COSTA

MESA CENSORIA

«O Vira» :— Dá licença?

Frik 1906



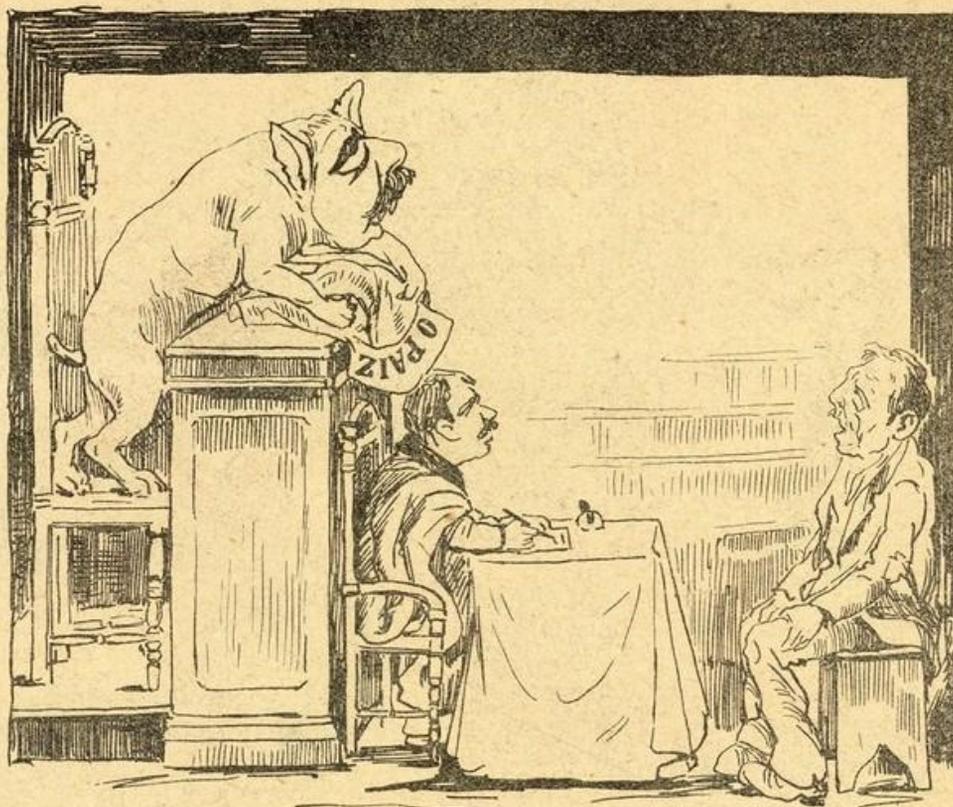




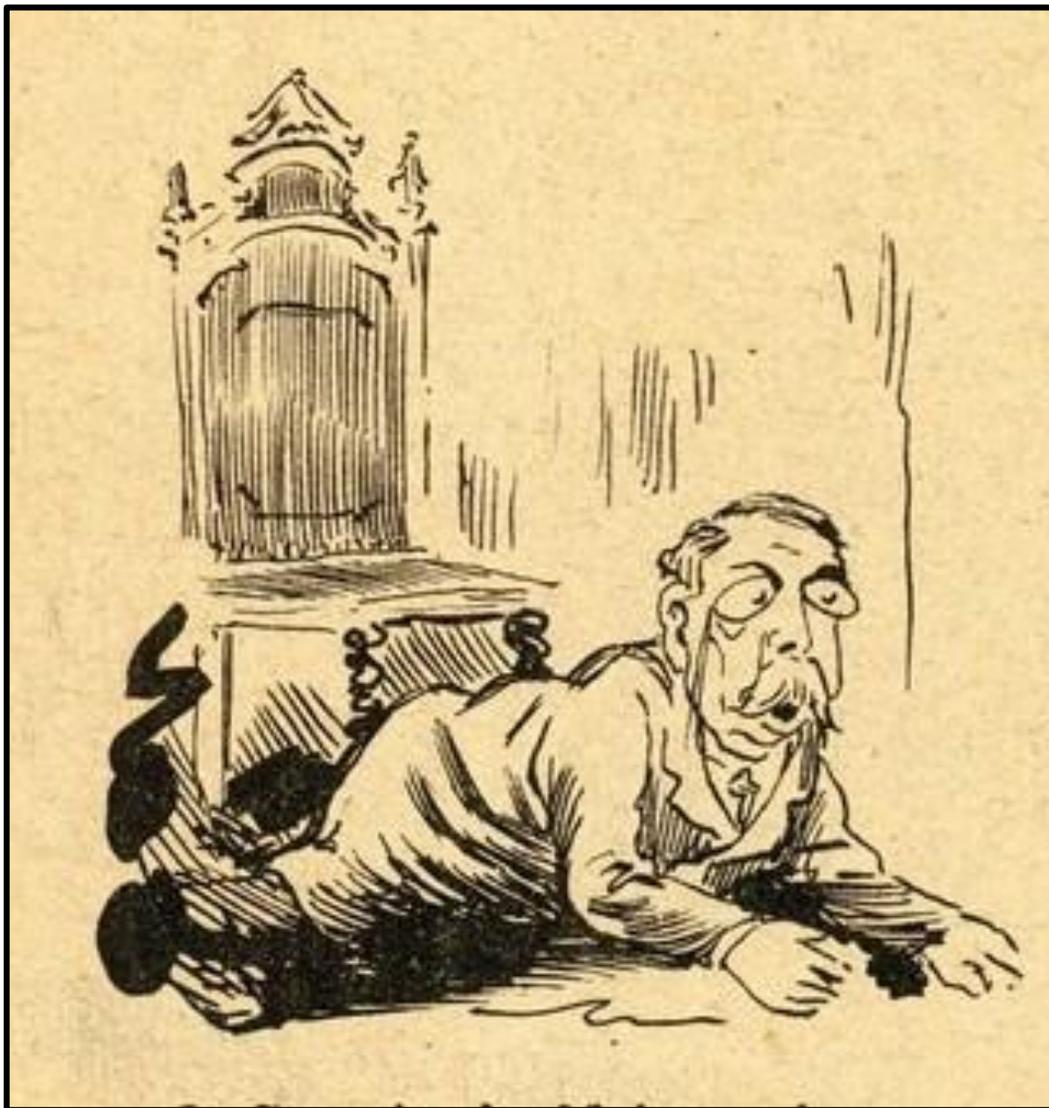
«O Vira»

NO ANTRO DA BOA-HORA

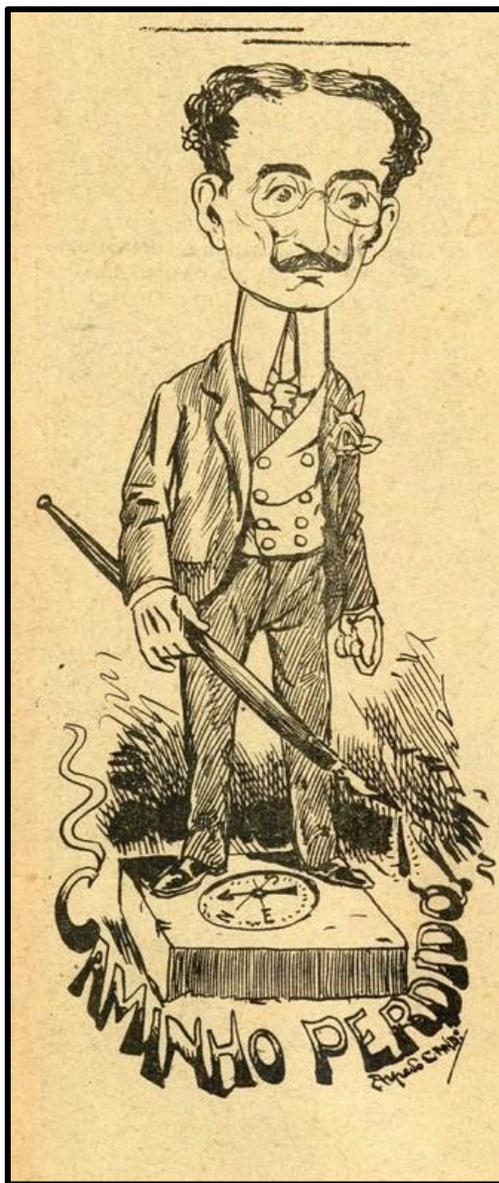
O Juiz - Cachorro



— Toma lá dez annos de cadeia, e
passa para cá ás custas!...







Desse modo, os seis representantes da imprensa ilustrada e humorística carioca e lisbonense, apresentados neste ensaio na forma de uma breve amostragem, trouxeram consigo uma das marcas registradas desse gênero, ao trazer representações imagéticas que designavam estratégias diferenciadas para designar as atividades jornalísticas. O conteúdo alegórico foi um desses perfis, com a criação de personagens que simbolizavam o corpo redacional, intentando estabelecer um modelo de identidade para com o leitor. Outras construções iconográficas vinculadas à arte caricatural também foram utilizadas nesse sentido, para apresentar detalhes das ações jornalísticas, levando em conta a produção das publicações, os conflitos entre os jornais, o impacto das folhas periódicas em meio ao público e as repercussões do periodismo em meio ao mundo político. Tais táticas estiveram bem de acordo com a forma de comunicação direta que esse tipo de periódico buscava estabelecer com seu público e que constituiu um significativo diferencial que contribuiu decisivamente com a sua popularidade.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



edicoesbibliotecariograndense.com



9 786553 060654

ISBN: 978-65-5306-065-4